

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB
Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade

**Ambígua África, memórias e representações da África
Antiga no livro didático: Egito, reinos e impérios africanos**

Jorgeval Andrade Borges

Vitória da Conquista

Dezembro de 2009

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB
Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade

Ambígua África, memórias e representações da África Antiga no livro didático: Egito, reinos e impérios africanos

Jorgeval Andrade Borges

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade, como requisito parcial e obrigatório para obtenção do título de Mestre em Memória: Linguagem e Sociedade.

Orientador(a): Ana Palmira Bittencourt Santos Casimiro

Co-Orientador(a): Lívia Diana Rocha Magalhães

Vitória da Conquista

Dezembro de 2009

B732a Borges, Jorgeval Andrade
 Ambígua África, memórias e representações da África antiga no livro didático: *Egito, reinos e impérios africanos*/ Jorgeval Andrade Borges._ Vitória da Conquista: UESB, 2009. 161 f; Ilu.

Orientadora: Ana Palmira Bittencourt Santos Casimiro
 Co-Orientadora: Lívia Diana Rocha Magalhães
 Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia.

1. História da África 2. Livro didático 3. Memória 4. representações I. Casimiro, Ana Palmira Bittencourt Santos. II. Magalhães, Lívia Diana Rocha. III. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. IV. Título.

Título em inglês: Ambiguous África, Memories and representation of Ancient Africa in the textbook: Egypt, Kingdoms and African Empires.

Palavras-chaves em inglês: History of Africa, textbook, memory, representations

Área de concentração: Multidisciplinaridade da Memória.

Titulação: Mestre em Memória: Linguagem e Sociedade.

Banca examinadora: Profa. Dra. Ana Palmira Bittencourt Santos Casimiro (orientadora), Profa. Dra. Lívia Diana Rocha Magalhães (Co-Orientadora), Profa. Dra. Maria Helena Matue Ochi Flexor, Prof. Dr. José Luís Sanfelice, Profa. Dra. Ana Elizabeth Santos Alves (suplente), Profa. Dra. Maria Regina F. Antoniazzi (suplente).

Data da defesa: 19 de dezembro de 2009

Programa de Pós-Graduação: Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade.

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade

BANCA EXAMINADORA



Profa. Dra. Ana Palmira Bittencourt Santos Casimiro (UESB)
(Orientadora)



Profa. Dra. Livia Diana Rocha Magalhães (UESB)
(Co-orientadora)



Profa. Dra. Maria Helena Flexor (UESB)



Prof. Dr. José Luís Sanfelice (UNICAMP)

Suplentes

Profa. Dra. Ana Elisabeth Santos Alves (UESB)

Profa. Dra. Maria Regina F. Antoniazzi (UFBA)

Local e Data da Defesa de Dissertação: Vitória da Conquista, 19/12/2009

Resultado:

Aprovada

*Em memória do professor e amigo
José Luis Pamponet Sampaio.*

*Aos amores da minha vida:
Beth, Lipe, Nanã e Lulu.*

AGRADECIMENTOS

Inicialmente, os agradecimentos se dirigem ao Programa de Mestrado em Memória: Linguagem e Sociedade, da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia pela oportunidade oferecida de realizar a pesquisa.

Em seguida, ao Departamento de História da referida Universidade da qual sou professor, pela liberação que permitiu a dedicação exclusiva aos estudos e investigação a medida que essa foi uma das condições que permitiram a realização desses estudos.

Agradecimento especial à professora orientadora dessa pesquisa Ana Palmira Bittencourt Santos Casimiro, pela paciência e, ao mesmo tempo, tenacidade em que interveio e acompanhou o andamento desse trabalho, assim como as horas de debates teóricos que proporcionaram novos direcionamentos nos estudos.

À professora Lívia Diana Magalhães, co-orientadora da pesquisa, pelas discussões sobre o campo da memória as quais contribuíram para a definição do marco teórico adotado.

Às professoras e colegas de departamento Tina Pina e Maria Aparecida por seus argumentos valorosos na banca de qualificação, suas sugestões foram levadas em conta nesse trabalho.

Às colegas de mestrado Dany e Edileuza são direcionados agradecimentos carinhosos pela solidariedade nos momentos mais difíceis do percurso que fizemos juntos.

Aqueles que a gente nunca esquece, os amigos-irmãos de sempre Belão, Binho e Cacá. Por tudo que já vivemos juntos e pela força enorme que deram desde o momento da proposta desta pesquisa foram grandes incentivadores dessa empreitada. Aos três, os mais profundos agradecimentos.

À colega Rita e a amiga Grayce pelo apoio e solidariedade sempre demonstrada.

À Beth, porque definitivamente essa pesquisa não existiria sem ela.

“A história é o relato dos fatos dados como verdadeiros, ao contrário da fábula, que é o relato dos fatos dados como falsos. Em todas as nações a história é desfigurada pela fábula até que, por fim, a filosofia vem para esclarecer o homem. E, quando chega no meio dessa escuridão, encontra a mente humana tão iludida por séculos de erros que mal pode desfazer o engano”.

(Voltaire, A filosofia da história)

Parafrazeando Voltaire pensando na África: até onde as fábulas se tornaram história ou a história virou fábula?

RESUMO

A pesquisa investigou a presença da história africana em livros didáticos do ensino médio, tendo como recorte a África antiga. Essencialmente, trabalhou com duas temáticas consideradas fundamentais para se obter uma compreensão de como a África está sendo abordada nos atuais livros didáticos de história, qual seja, o Egito antigo e os Reinos e Impérios africanos. A perspectiva teórica adotada utilizou os conceitos de memória e representação, por entender que as idéias centrais contidas nos textos didáticos se tornam representações mentais que, uma vez retidas e reelaboradas pela consciência, se transformam em uma memória de África. Tendo em vista que o que se apreende sobre a África na escola é intermediada por um processo pedagógico, a pesquisa se apoiou na teoria da aprendizagem mediada de Vigotski. Desse modo se atentou para o papel mediador do livro didático que possibilitaria uma memória mediada sobre a África. A combinação de procedimentos quantitativos e qualitativos resultou em um conjunto de representações sobre o continente africano que demonstrou o quanto de contradições existem na atual abordagem da história africana nos referidos livros. No quadro final se vislumbra a idéia de uma África inserida no livro didático dominado por uma concepção européia da história. No final a pesquisa sugere o aparecimento de uma representação geral nos livros consultados: uma África ambígua que combina atraso e desenvolvimento. Nesse sentido, os referidos livros produzem, em sua configuração atual, uma memória de indefinição do que se entende por África.

PALAVRAS-CHAVE

História da África; Livro Didático; Memória; Representações.

ABSTRACT

The study investigated the presence of African history textbooks in high school, focusing on the old South Africa. Essentially, he worked with two issues considered critical to achieve an understanding of how Africa is being addressed in current history, that is, ancient Egypt and the African Kingdoms and Empires. The theoretical approach adopted used the concepts of memory and representation, understanding that the central ideas contained in the text books become mental representations that once retained and reworked by conscience, become a memory of Africa. Given that what is learned about Africa in school is mediated through a learning process, the research relied on the theory of Vygotsky's mediated learning. Thus it looked at the mediating role of the textbook that would enable a mediated memory on Africa. The combination of quantitative and qualitative procedures resulted in a number of representations of Africa that showed how much of contradictions exist in the current approach to African history in those books. In the end in sight the idea of an Africa inserted in the textbook dominated by a European conception of history. At the end of the research suggests the emergence of a general representation of the books consulted: an ambiguous Africa that combines delay and development. In this sense, these books produce in its current configuration, a vague memory of what is meant by Africa.

KEYWORDS

History of Africa; Textbook; Memory; Representations

LISTA DE GRÁFICOS E TABELA

Gráfico 1	Amostra absoluta do espaço ocupado por área de conhecimento nos livros didáticos de história geral do ensino médio.....	74
Gráfico 2	Amostra relativa do espaço ocupado por área de conhecimento nos livros didáticos de história geral do ensino médio.....	75
Gráfico 3	Espaço absoluto ocupado por área de conhecimento no livro 01.....	77
Gráfico 4	Espaço relativo ocupado por área de conhecimento no livro 01.....	78
Gráfico 5	Espaço absoluto ocupado por área de conhecimento no livro 02.....	9
Gráfico 6	Espaço relativo ocupado por área de conhecimento no livro 02.....	80
Gráfico 7	Espaço absoluto ocupado por área de conhecimento no livro 03.....	81
Gráfico 8	Espaço relativo ocupado por área de conhecimento no livro 03.....	82
Gráfico 9	Espaço absoluto ocupado por área de conhecimento no livro 04.....	83
Gráfico 10	Espaço relativo ocupado por área de conhecimento no livro 04.....	84
Gráfico 11	Espaço absoluto ocupado por área de conhecimento no livro 05.....	85
Gráfico 12	Espaço relativo ocupado por área de conhecimento no livro 05.....	86
Gráfico 13	Espaço absoluto ocupado por área de conhecimento no livro 06.....	87
Gráfico 14	Espaço relativo ocupado por área de conhecimento no livro 06.....	88
Gráfico 15	Espaço absoluto ocupado por área de conhecimento no livro 07.....	89
Gráfico 16	Espaço relativo ocupado por área de conhecimento no livro 07.....	90
Gráfico 17	Espaço absoluto ocupado por área de conhecimento no livro 08.....	91
Gráfico 18	Espaço relativo ocupado por área de conhecimento no livro 08.....	92
Gráfico 19	Classificação dos temas da história da África em um universo de livros didáticos.....	95
Tabela 1	Classificação dos temas da história da África em um universo de livros didáticos.....	94
Figuras 1 e 2	Exemplo de Livros Didáticos que tematizam a História da África	93

LISTA DE SIGLAS

MEC - Ministério da Educação e Cultura

PNLEM/História - Programa Nacional do Livro para o Ensino Médio

SUMÁRIO

1 - INTRODUÇÃO	13
2 - PARÂMETROS ADOTADOS PARA O ESTUDO DO LIVRO DIDÁTICO DE HISTÓRIA	20
2.1 Considerações sobre a dialética	21
2.2 - Livro didático, representações e a memória mediada	24
2.2.1 - Sobre Memória	24
2.2.1.1 - Para Lembrar que a memória tem história	25
2.2.1.2 - Memória, representação do passado e mnemotécnica, arte da lembrança	25
2.2.1.3 - Quando a memória surge como conceito	27
2.2.1.4 - Elementos para uma possível caracterização de memória	29
2.2.1.5 - A memória mediada em Vigotsky	33
2.2.2 - Sobre Representações	44
2.2.3 - Sobre o livro didático	46
3 - CONSIDERAÇÕES SOBRE HISTÓRIA GERAL E DA ÁFRICA	53
3.1 - Uma filosofia da história?	54
3.2 - Sobre a construção da história africana	57
3.2.1 - Houve uma revolução na historiografia da África?	58
3.2.2 - Primeiro período: a África desconhecida de quem?	59
3.3.3 - Possibilidades de conhecimento sobre a antiguidade africana	60
3.3.4 - A avalanche árabe e sua diversificada influência na África	61
3.3.5 - A luneta européia perante a interferência do tráfico de escravos atlântico	65
3.3.6 - A luneta européia a partir das incursões geográficas ao interior do continente africano	66
3.3.7 - A luneta européia: diante do estigma da colonização	67
3.3.8 - Segundo período: a África descortinada por si mesma	70
3.3.9 - Para efeito de conclusão: um novo começo se apresenta à historiografia da África - Problematizando o europocentrismo	72
3.3.9.1 - Alguns problemas do ensino da história da África	75
4 - PROJEÇÃO DOS TEMAS DA HISTÓRIA AFRICANA NOS LIVROS DIDÁTICOS	79
4.1 - Projeção da história da África em um universo de livros didáticos	80
4.2 - Projeção da história da África na estrutura dos livros didáticos	83
4.3 - Projeção dos temas da história da África presentes nos livros didáticos	96
4.4 - Considerações	101
5 - A ÁFRICA ANTIGA NOS TEXTOS DOS LIVROS DIDÁTICOS	103
5.1 - Uma velha questão da história antiga da África nos livros didáticos: a identidade africana do Egito Antigo	104
5.1.1 Os livros analisados e a problemática da investigação	104
5.1.2 Caracterização e noção do processo histórico do Egito antigo nos livros didáticos	106
5.1.2.1 O Egito tratado como civilização do oriente	120

5.2 A inovação da história antiga da África nos livros didáticos: os reinos e impérios africanos	123
5.2.1 Os livros analisados e a problemática da investigação	123
5.3 A idéia das várias Áfricas	134
5.3.1 A idéia das várias Áfricas, associada a da autonomia africana	148
5.4 Considerações	152
6 CONCLUSÃO	154
REFERÊNCIAS	158

1- INTRODUÇÃO

Pretende-se, nessa introdução, primeiramente fazer uma apresentação, de forma problematizada, do tema e objeto da pesquisa, assim como uma exposição da metodologia, encerrando com a enunciação do referencial teórico. Em seguida, se buscará a contextualização em que se insere a temática dessa investigação. Isso se realizará através de breve colocação sobre as dificuldades que cobrem a efetivação concreta da lei de obrigatoriedade de inclusão dos estudos africanos no ensino. No final, apresenta-se a estrutura da dissertação.

A presente pesquisa realizou uma análise da atual presença da África no livro didático de história do ensino médio, sendo investigados livros didáticos reformulados a partir do ano de 2005. Precisamente, buscou-se proceder a um estudo sobre a incorporação da história africana nos referidos materiais escolares, propondo estabelecer uma correlação entre o livro didático de história e a historiografia africanista.

Assim, a pesquisa esteve centrada num instrumento pedagógico e envolta no universo do ensino de história da África, por conseguinte, na lei de inclusão de estudos africanos. Portanto, o objeto se configura como sendo a história africana nos livros didáticos no contexto de reformulação desses livros em função da lei de obrigatoriedade do ensino de África. A problemática que regeu a investigação esteve vinculada ao objetivo de observar se a atual abordagem da história da África no livro didático continua inserida no marco eurocêntrico ou se apresenta novas perspectivas teóricas.

Buscou-se identificar as representações da história africana presentes nesses livros. Compreendem-se aqui por representações as idéias centrais que se constituem como os eixos dos textos, gráficos e imagens nos livros didáticos, mais precisamente, as representações investigadas são concebidas como sendo as formulações baseadas em conceitos chaves que se apresentam como sustentação do

conteúdo dos livros didáticos. Apesar de os textos, gráficos e imagens desses livros conterem um manancial considerável de informações, não são estes os dados fundamentais que caracterizaram a proposta desse trabalho, pois, estes estão ancorados em conceitos, estando eles explícitos ou não. Por isso, se concebe que há sempre representações ou formulações basilares que sustentam e são sustentados pelo conjunto das informações. Sendo assim, os dados que se buscou foram estas formulações e seus conceitos chaves, pois são delas que se elabora uma concepção sobre um determinado tema no livro didático. É esse exercício que se intencionou efetivar na investigação sobre a história da África nos livros didáticos.

Trabalhar a relação da historiografia africana com o livro didático elucidava elementos de importância teórica na medida em que almeja realizar analogias entre formulações elaboradas pelos livros didáticos de história e obras especializadas em história da África. Tendo como pressuposto que as publicações didáticas não correspondem simetricamente à mesma complexidade e ritmos de inovações apresentadas pela bibliografia especializada, infere-se uma necessidade de realização de pesquisa sobre a reformulação feita pelos livros didáticos de história no que diz respeito à inclusão da África, buscando identificar seus referenciais teóricos.

O problema elucidado na pesquisa está relacionado à questão de saber se novos caminhos se abrem ao conhecimento histórico africano no ensino brasileiro atual. A essência da problemática historiográfica africana relativa ao livro didático e ao ensino de história é saber se a abordagem da África ainda continua europeizada ou superou definitivamente esta perspectiva. De certa forma, o problema da pesquisa direciona problemáticas historiográficas africanistas aos livros didáticos. Tendo isso em conta, a pergunta que orientou esse estudo pode ser assim formulada: a atual abordagem da África nos livros didáticos de história continua inserida no marco eurocêntrico ou apresenta novas perspectivas, nesse sentido em quais referenciais teórico-metodológicos esta sustentada? A busca das representações sobre a história da África nas fontes escolhidas pressupunha encontrar resposta para essa indagação teórica e também educacional. O que de fato se realizou nessa pesquisa foi uma investigação da história da África nos livros didáticos do ensino médio, identificando as representações ou idéias centrais a qual produzem uma imagem sobre esse continente e sua história, que possam vir a serem utilizadas nos bancos escolares.

Importante dedicar um breve espaço nessa introdução ao tema da metodologia. O tratamento do livro didático como fonte inclui dois aspectos: estudo da estrutura do livro e estudo dos textos. O estudo da estrutura geral do livro didático de história permitiu elucidar os padrões em que estão organizados os capítulos. No estudo dos textos, estabeleceu-se o processo de “dissecação” das fontes, descobrindo informações, conceitos e formulações.

Tendo em vista os dois aspectos do estudo, a estrutura do livro e os textos, os procedimentos adotados se submeteram à tipologia das fontes, requerendo uma série de procedimentos encadeados, necessitando adotar uma logística que pudesse permitir o domínio e controle dos dados. Nesse sentido, seguiu-se uma seqüência metodológica em seis etapas: classificação dos temas da história da África contidos nos livros didáticos, coleta de dados nos capítulos que abordam direta ou indiretamente a história da África, análise e ordenação dos dados, identificação dos referenciais historiográficos adotados pelos autores, analogia entre os referenciais teóricos adotados e o conjunto da historiografia existente e, por fim, construção dos quadros das representações.

Estes procedimentos requereram precauções no sentido de se estabelecer dois momentos distintos da pesquisa. O primeiro, o ponto de partida, deve ser a análise do objeto localizado na fonte primária, de onde se pode extrair a representação e o conseqüente referencial teórico em que se baseou o autor. O segundo momento será a analogia dessas representações com o conjunto da bibliografia especializada. Esse procedimento permitirá o diálogo com os autores do livro didático, discutindo outras possibilidades de representações.

Em resumo, a metodologia da pesquisa se pautará no tratamento primordial dado ao conteúdo da história africana nos livros didáticos, onde se envidou o procedimento da classificação temática da presença africana, seguida de análise dos textos, utilizando como parâmetro a bibliografia especializada.

Como foi indicada acima, a pesquisa esteve orientada por uma problemática basilar, a continuidade ou ruptura com o marco eurocêntrico na atual abordagem da história da África no livro didático, em especial, após a sanção da lei de inclusão de estudos africanos. Neste sentido, a investigação averiguou a incidência ou “espaço” ocupado pela história da África no livro didático. Isso possibilitou fazer relação entre a dimensão ocupada pela África e demais continentes na estrutura em que está organizado o livro. Por conta disso, a pesquisa se baseou em princípio quantitativo

quanto tratou da questão relativa à frequência da história da África nos livros didáticos. Não obstante, o princípio investigativo que rege a pesquisa é o qualitativo que se sustentou na dissecação do conteúdo de África expresso nos textos dos livros.

Merece menção a escolha dos livros didáticos que foram trabalhados como fontes primárias. Em 2008 foi divulgado o catálogo do PNLEM/História (Programa Nacional do Livro para o Ensino Médio). Este encarte contém as dezenove indicações de livros didáticos de história aprovados pelo MEC (Ministério da Educação e Cultura), que ficam em vigor por três anos. Este catálogo foi remetido às escolas públicas do país para avaliação e escolha dos professores. Os mais votados deveriam ser distribuídos pelo governo federal às escolas públicas. Nos “Princípios e Critérios Comuns à Avaliação de Obras Didáticas para o Ensino Médio” e nas “Orientações para Escolha”, contidas no catálogo, estética e conteúdo das obras são analisados pormenorizadamente. Desse catálogo oito livros foram escolhidos para a coleta dos dados, sendo considerados amostra significativa dos livros didáticos de história existentes. Nos títulos indicados pelo MEC e utilizados na pesquisa estão representados as principais editoras e autores (novos e antigos).

Seis temáticas da história africana são recorrentes nos livros didáticos e compreendem um amplo quadro histórico, estando inseridos de forma desigual nas obras consultadas. São eles: a origem da humanidade, Egito antigo, reinos e impérios africanos, escravidão e tráfico de escravos, a partilha da África e descolonização africana. Estes temas estão distribuídos em duas modalidades distintas de inserção da África no livro didático de história: em capítulos dedicados especialmente a história da África ou em itens contidos em capítulos que tratam de outro continente. Assim, concretamente, essa pesquisa almejou realizar um estudo da inserção da história da África nos livros didáticos que incluía uma análise da totalidade programática dos livros didáticos de história.

Uma ressalva importante: muitos tipos de assertivas aparecem nos textos dos livros didáticos despretensiosamente, em um contexto aparentemente desconectado. Isso acontece muitas vezes, não somente, porque as informações e formulações nos textos dos livros didáticos de história são assaz condensadas em pequenos espaços a qual os capítulos estão divididos que se denomina de item. Normalmente, esses itens são compostos de um único parágrafo. Essa estruturação do livro didático exige do pesquisador um olhar minucioso às fontes, para que não deixe escapar elementos

importantes que possam expressar idéias chave, podendo ser resgatadas no processo de construção da representação.

Do ponto de vista do marco teórico a pesquisa se sustenta em dois conceitos centrais: memória e representação. No trato desses conceitos e nos princípios metodológicos utilizou autores que se guiam pelo referencial teórico do materialismo dialético. No caso da memória, trabalhou-se com o conceito de memória mediada de Vigotsky, exposta em sua teoria da aprendizagem. No tocante ao conceito de representação, utilizou-se as formulações de Edmilson Carvalho, em especial, na clareza contida em sua concepção do real como dividido em duas dimensões interconectadas: o real concreto e o real representado. Na abordagem dos princípios de uma concepção de história que pudesse guiar a análise do livro didático, juntamente com as idéias básicas de Marx e Engel, se optou pelas reflexões de Jacob Gorender. Muito ricas são as idéias desses autores no que diz respeito a sua crítica à noção linear do processo histórico e da criação de modelos únicos explicativos do devir histórico. Nos princípios metodológicos se utilizou a formulação de Karel Kosik sobre o *detour* do método ou da dissecação do objeto.

A lei de inclusão dos estudos de história africana no ensino, apesar de ter entrado em vigor no ano de 2003, não obteve reflexo direto nos currículos escolares, pois estas não se comprometiam em acrescentar aos seus currículos os estudos africanos à medida que a visão eurocêntrica de mundo continuava a permear os bancos escolares. Em outras palavras, não obstante as conquistas institucionais relativas à questão da presença da África no ensino ser uma realidade, concretamente a situação não é simétrica. Isso ocorre porque existem dificuldades na implementação dos estudos africanos por parte dos educadores. Entre outras, se destaca a questão da formação dos docentes no que diz respeito ao conhecimento da realidade africana, pois os antigos currículos acadêmicos dos cursos de graduação, aos quais se originaram os licenciados, ignoravam este campo de conhecimento.

O surgimento da obrigatoriedade deste conteúdo no ensino se deparou com esta carência na formação profissional. Até o momento os cursos de capacitação e especialização que surgiram parecem não cobrir a demanda contida. Embora os livros didáticos tenham, em boa parte, realizado reformulações nas quais se inclui temáticas da história da África, carece aos professores discussão sobre específicas para este tema.

O interesse desse trabalho se relaciona com esse contexto atual de inclusão dos estudos africanos no ensino. Isso inclui os cursos de licenciatura, em particular, os de história que está intimamente vinculado à necessidade que gerou a pesquisa. As Licenciaturas colocam o desafio para os docentes de subsidiar o conteúdo da graduação com propostas pedagógicas. Na área de África desafios maiores aparecem quando se trata de orientar com materiais qualificados para o ensino básico. Levando-se em conta o exposta, esta pesquisa pretende ser uma contribuição nesta carência de trabalhos que analisem a presença dos povos africanos nos livros didáticos de história, quiçá podendo servir como material de orientação para os educadores e estudantes.

A dissertação compreende três capítulos: um dedicado ao trato das questões teóricas e dois à pesquisa empírica. No referente ao primeiro capítulo se destaca a definição de memória mediada sob a qual o livro didático pode ser trabalhado e a exposição sobre a historiografia africanista. Estes dois pontos se sobressaem por terem sido bastante úteis na conclusão, pois através deles se criou a reflexão final do trabalho.

A pesquisa das fontes está apresentada em duas modalidades: o estudo dos textos e o dos gráficos. O segundo capítulo se faz uma exposição mais ampla acerca dos temas da história da África inseridos nos livros didáticos estudados, para assim, no terceiro capítulo realizar uma escolha das duas temáticas consideradas mais importantes para se obter uma visão mais precisa da imagem que o livro didático faz sobre o continente africano e sua história. Uma última ressalva: muitas contradições foram encontradas nas fontes estudadas no que se refere às formulações sobre a África. Estes postulados dúbios do livro didático foi o que mais se explorou nessa pesquisa.

As conclusões do presente trabalho apontam para as idéias segundo as quais a atual presença da África no livro didático possa vir a si constituir como um momento de transição de uma África oculta para uma África plenamente histórica. Neste sentido, se apresenta uma caracterização ambígua em que as representações da história africana nos livros didáticos vêm se constituindo em uma memória da África sustentada no princípio da dúvida. No conjunto dos livros estudados observou-se um padrão de inserção da história africana baseado na lógica da história européia, em outras palavras, a atual expressão da história da África nos livros didáticos não modifica em sua essência a estrutura eurocêntrica a qual a concepção de história

geral ainda está vinculada. No final se alenta uma expressão que possa vir a expressar a realidade atual da história africana nesses livros: a África e sua história estão deixando de ser omitidas para serem reveladas, porém timidamente.

2 PARÂMETROS ADOTADOS PARA O ESTUDO DO LIVRO DIDÁTICO DE HISTÓRIA

São três os parâmetros escolhidos como referências teóricas para a pesquisa. Primeiramente trata-se de estabelecer a relação entre os conceitos adotados e o objeto proposto para investigação. Como representação e memória são os conceitos básicos da pesquisa, no primeiro ponto desse capítulo busca-se estabelecer as relações entre estes e o livro didático. Isso se justifica a medida que se pretende investigar as representações sobre a história da África que, uma vez elucidadas nos livros didáticos, permitam perceber a possibilidade de criação de uma memória que viesse a ser desenvolvida na prática escolar, onde estas representações estivessem sendo utilizadas mediante o uso desses instrumentos pedagógicos.

No segundo ponto do capítulo pretende-se apresentar alguns referenciais sobre a conceituação de história que orienta a investigação. Isso se torna necessário porque o livro didático analisado é de história geral. Por conta disso, parte-se do pressuposto de que uma concepção de história rege tanto a estrutura em que está organizado o livro didático como as abordagens contidas nos textos. No mesmo sentido, se colocou também a necessidade de abrir um item, nesse segundo ponto, que tratasse da historiografia africanista, permitindo ao leitor do trabalho estar situado na análise contida nos capítulos posteriores quando da exposição da investigação empírica, onde se tratará do processo histórico africano expresso nos livros didáticos. Sem esse referencial inicial a compreensão do conteúdo de África nos referidos livros se torna comprometida. Discutir antecipadamente a historiografia africanista tem a função auxiliar de estabelecer algum marco teórico referencial sobre a história da África a qual será utilizado na análise dos livros didáticos.

O terceiro ponto do capítulo faz breve exposição de princípios referente ao método adotado, fundamentalmente busca esclarecer alguns elementos que nortearam a análise do ponto de vista do trato do objeto. Em especial, procura-se situar o leitor sobre a perspectiva diacrônica a que se propõe a investigação, ou seja, conceber o livro didático a partir de seus elementos contraditórios.

Porém antes de discorrer sobre esses pontos, considera-se importante tecer alguns comentários a cerca da abordagem dialética, uma vez que pretende-se que a mesma percorra por todo o trabalho.

2.1 Considerações sobre a dialética

O fenômeno indica a essência e, ao mesmo tempo, a esconde. A essência se manifesta nos fenômeno, mas só de modo inadequado, parcial, ou apenas sob certos ângulos e aspectos. O fenômeno indica algo que não é ele mesmo e vive apenas graças a seu contrário. A essência não se dá imediatamente; é mediata ao fenômeno e, portanto, se manifesta em algo diferente daquilo que é. A essência se manifesta no fenômeno. O fato de se manifestar no fenômeno revela seu movimento e demonstra que a essência não é inerte nem passiva. Justamente por isso o fenômeno revela a essência. A manifestação da essência é precisamente a atividade do fenômeno (KOSIK, 1976, p. 11).

Segundo Engels, a dialética se inicia com os gregos e sofre pouca alteração até o século XVIII. A retomada de uma elaboração da dialética se daria somente a partir do início do século XIX, na Alemanha, tendo o pensamento de Hegel como ápice deste ressurgimento. O método dialético passaria desde então a ser aplicado à ciência da natureza, história humana e teoria do conhecimento. As características fundamentais que permeariam a lógica em todos esses campos dos saberes seriam a interconexão baseada nas ações recíprocas entre os elementos de uma realidade. Nessas reciprocidades nada permanece o que é, configurando uma dinâmica de movimento, alteração, devir e perecer.

Do ponto de vista do método o princípio básico seria conceber o fenômeno em seu conjunto observando as conexões entre seus elementos constituintes. Implica em deixar de lado a análise dos elementos particulares no início da observação, apreendendo o objeto em seu movimento com os outros elementos da totalidade. A

visibilidade do fenômeno apresentaria de forma parcial, pois a percepção estaria se dando a partir da aparência oferecida por um todo ainda não sujeito ao processo de análise.

Este modo de manejar a dialética é importante no sentido de explicar o caráter do conjunto, mas é insuficiente para explicar os elementos particulares que compõem a totalidade. A própria imagem do todo fica imprecisa sem o conhecimento de seus elementos. Por isso que para se conhecer o fenômeno é necessário, em um segundo momento, retirá-lo de sua conexão com o todo, analisando, a partir de sua especificidade, as causas e efeitos particulares que contém.

Para tanto é necessário um exercício de abstração que Kosik (1976, p.14) denomina o *detour* do método:

A característica precípua do conhecimento consiste na decomposição do todo. A dialética não atinge o pensamento de fora para dentro, nem de imediato, nem tampouco constitui uma de suas qualidades; o conhecimento é que é a própria dialética em uma das suas formas; o conhecimento é a decomposição do todo. O “conceito” e a “abstração”, em uma concepção dialética, tem significado de método que decompõe o todo para poder reproduzir espiritualmente a estrutura da coisa, e, portanto, compreender a coisa.

Neste procedimento, a parte se transforma em totalidade. Trabalhando as partes se explica seus detalhes objetivando chegar à essência. De posse disto, se pode fazer o retorno ao conjunto e explicar, de forma enriquecida, sua verdadeira conexão com a totalidade em que se encontra. Neste sentido, o primeiro passo é coleta de dados ou reunião de material necessário. O segundo passo é o exame desse material e informações através da comparação e classificação. A utilização do método para dissecar e separar as partes pode levar ao isolamento no momento de sua análise, evitando a totalidade. Compreender o fenômeno em seu isolamento fora da relação com o conjunto anula o movimento observando apenas a constância, ignorando a variabilidade e a dinâmica. Por isso, a necessidade do retorno ao todo, agora de posse dos elementos constituintes em detalhes. Uma coisa é conceber o todo sem o domínio do objeto, outra coisa bastante diferente é a compreensão desse todo com o conhecimento pleno do objeto após sua dissecação.

Este procedimento se justifica por entender ser a idéia central da dialética o reconhecimento de que a unidade ou a totalidade desdobra-se pela ação de partes entre si, ou seja, numa totalidade existem partes que se combinam contraditoriamente, formando uma unidade de opostos. Este fato é o traço principal da dialética, acontecendo também na representação ideacional, conceitual, teórica delas.

O particular contém e está contido no geral, e o geral contém e está contido no particular. A lei do geral tem sua origem na conexão dos particulares, ou seja, a lei do geral está de certa forma no particular. De modo inverso, a lei do particular é subsumida pela lei do geral, ou seja, a lei do particular está na lei do geral. Esta polarização dialética entre o particular e o geral está presente em todo o devir dos fenômenos. Outra polarização importante da dialética a ser levada em consideração é a relação entre a essência e a aparência. Na análise dos particulares, deixa-se de lado o casual, tudo que é detectado como aparente, centrando-se no que é comum e essencial.

Estes princípios gerais enunciados acima poderiam ser ordenados. A dialética se baseia na interconexão das ações recíprocas entre os elementos de uma realidade. Nessas reciprocidades nada permanece o que é porque se encontram em movimento de alteração, devir e perecer. Por isso que a primeira coisa a se observar no fenômeno é o conjunto e não os elementos, nesse caso, a percepção está se dando a partir da aparência. Tendo isso em conta, os passos iniciais do processo de conhecimento seriam os seguintes: dissecação do todo em partes isoladas, classificação das partes, estudo a partir do interior do objeto descobrindo suas configurações. O processo final seria o retorno a totalidade, que se coloca como uma nova reconstrução do objeto.

A idéia central da dialética seria então o reconhecimento de que numa totalidade existem partes que se combinam contraditoriamente, formando uma unidade. Este aspecto da dialética, por mais elementar que seja, tem que ser devidamente levado em conta. Tendo esse pressuposto como essencial, se buscou localizar nas representações referentes à história da África contidas nos livros didáticos elementos contraditórios no interior das partes e destas como o todo. As relações de contradição têm de ser captadas onde elas existam e funcionem como elemento-chave para a existência do objeto em estudo.

Nesse método, deixa-se de lado o casual, tudo que é possa ser observado como sendo a aparência e centra-se no que é comum e essência. Por isso que os conceitos da dialética recebem tratamento sempre dado em pares opostos. A dialética se constitui em pares opostos sendo que um está em relação com o outro, ao qual se opõe. No caso, por exemplo, do objeto em estudo nessa pesquisa tratar de temas relativos à África significa observar as contradições existentes no livro referentes ao atraso e desenvolvimento, historicidade e ahistoricidade, tradicional e moderno, acomodação e resistência, autonomia e dependência.

2.2 Livro didático, representações e a memória mediada

A organização desse ponto tratará dos dois conceitos adotados na pesquisa. Inicialmente discute a noção de memória que será utilizada e em seguida apresenta a compreensão do conceito de representação. Neste aspecto, se buscará estabelecer uma relação entre estes dois conceitos e sua aplicação ao estudo do livro didático. No item final se intenciona levantar alguns elementos sobre o livro didático que servirão como norteador da concepção desse material escolar e que auxiliará no trato empírico do objeto estudado.

2.2.1. Sobre Memória

Em Roma [...] um professor de retórica desconhecido compilou, para seus alunos, um manual prático [...]. É lamentável que essa obra, tão importante para a história da arte clássica da memória [...] não tenha outro título a não ser o pouco informativo *Ad Herrenium* [...]. Ao tratar da memória como parte essencial do conhecimento do orador, inicia sua análise com as seguintes palavras: [...] Há dois tipos de memória [...] uma natural e outra artificial. A natural é aquela inserida em nossas mentes, que nasce ao mesmo tempo que o pensamento. A memória artificial é aquela reforçada e consolidada pelo treinamento. Depois dessa breve introdução, o autor anuncia abruptamente: Agora falaremos da memória artificial (YATES, 2007, p.21).

O objetivo desse item é esclarecer a concepção que se tem do conceito de memória. Necessariamente não implica em uma conceituação fechada ou concluída, mas tão somente apresentar quais elementos parece ser fundamental para um

entendimento desse conceito. Portanto, visa elaborar uma visão mais ampla ou geral da memória. Isto se coloca como ponto de partida para uma opção conceitual de ordem particular, isto é, intenciona-se estabelecer qual o conceito de memória que será utilizado na especificidade do objeto dessa pesquisa.

A organização deste ponto foi a seguinte: inicia com um breve panorama histórico sobre o surgimento do conceito de memória quando passa a ser entendido como um recurso de análise. Na seqüência, apresenta-se elementos para uma possível caracterização da memória. Uma vez concebido a memória como conceito e detectados pressupostos para uma formulação atual de seu conteúdo, se propõe discutir o conceito de memória mediada, categoria estudada por Vigotsky (2007), sendo este adotado na pesquisa como referencial quando da análise do livro didático como instrumento pedagógico.

2.2.1.1 Para lembrar que a memória tem história

Pretende-se aqui discorrer sobre o momento em que a memória se cristaliza como um conceito possível de ser utilizado em análise dos fenômenos humanos. Para tal faz-se breve recorrido aos primórdios do uso da memória pelos seres humanos desde a antiguidade tentando demonstrar que na era moderna há um rompimento substantivo na forma de se tratar a memória, dando-lhe função diferenciada. Neste sentido, o foco é detectar o que se denomina no texto de pensadores clássicos ou fundadores desse conceito no sentido atual do termo. A intenção é apresentar um quadro de como a memória era vista no passado e como ela é concebida na atualidade, localizando o possível momento de ruptura entre uma antiga e nova forma de se ver a memória na história.

2.2.1.2 Memória, representação do passado e mnemotécnica, arte da lembrança

A função da memória na Antiguidade estava envolta em uma totalidade que configurava uma simbiose entre religião, mitologia, poesia e história. Acima de tudo, a memória estava envolta em aspectos míticos. No caso grego, por exemplo, Mnemosyne era a deusa que representava a memória, envolvendo-a em uma mitologia. Nesse caso, a memória era divinizada e objeto de culto. O entrelaçamento

entre mito e religião era comum, a novidade de Mnemosyne se encontrava na importância dada à memória.

O primeiro aspecto a ser destacado dessa forma de se tratar a memória é que continha uma determinada noção de tempo: aquele inacessível, isto é, o passado. O poeta que trabalhava com a memória ia ao passado, estando imerso nele e ao mesmo tempo fora. Nessa cosmologia antiga, a memória estabelecia a ponte entre os acontecimentos remotos e os do presente. Por isso estava umbilicalmente relacionada com a história.

A noção de passado expressa na memória pelos povos antigos é que ele continuava a existir em outra realidade, constituindo um mundo paralelo. Para os antigos gregos, o passado não era o que não mais existia e sim o que estava em outra dimensão. Neste quadro, a função da memória seria relacionar presente e passado, ela permitiria ao poeta transitar entre estes dois tempos. Dois elementos podem ser elucidados nessa compreensão: a memória estaria ligada a noção de temporalidade, isto é, o conceito de tempo está presente na memória. Correlata a essa noção, viria à idéia da existência de um passado. Esse passado de alguma forma se entrelaça com o presente. Tempo e passado são então componentes da memória.

Tendo enunciado esses dois elementos constituintes da memória na concepção dos antigos pode-se adentrar um pouco mais sobre outros aspectos, particularmente discutindo como seu funcionamento era compreendido nessa época. Nesse caso, especial interesse apresenta os conceitos de lembrança e esquecimento. Esquecer para poder lembrar e fixar apenas o que era necessário, este seria o procedimento da memória. Por isso que na mitologia grega Lethe (esquecimento) e Mnemosyne (recordação) se complementavam. Entretanto, apesar dessa ação siamesa, havia a noção de contradição entre esses dois pólos da memória. Esquecimento era considerado como a morte, que significava perda da lembrança e da consciência. Ao contrário, a memória era a tomada de consciência e a imortalidade, pois quem guardasse a memória se tornaria imortal.

Percebe-se a existência de dois pólos compondo a unidade de estruturação da memória: esquecimento e lembrança. Estes elementos da memória se complementam e se excluem mutuamente. Portanto, existe uma tensão no núcleo formador do fenômeno da memória. O ato de lembrar não existe separado do de esquecer, um é pressuposto para existência do outro. Só se esquece porque se lembrou de algo e só se lembra de alguma coisa porque se esqueceu de outra. Em

outras palavras, ao se lembrar de uma determinada experiência está implícito que se esqueceu de outras tantas e ao se esquecer de alguma experiência significa que outras estão sendo lembradas. Não há esquecimento e lembrança no absoluto. A amnésia é considerada uma anomalia e não o ser do fenômeno da memória, pois representa sua negação.

Nas épocas antigas, a memória era concebida em uma profundidade tal que os elementos apresentados podem servir para reflexões. No caso específico desse estudo, o resgate se restringe aos conceitos de tempo, passado, lembrança e esquecimento que servirão mais adiante para um diálogo com o objeto da pesquisa. Não obstante, a memória na Antiguidade estava envolta em uma dualidade: na forma mítica e técnica. Sendo parte de um conjunto mitológico que implicou em considerá-la objeto de técnicas variadas de rememoração. Qual o momento e de que forma a memória deixou de receber essa tradicional forma de tratamento e se tornou um conceito para efeito de análise? Esta será a questão que se tentará clarear abaixo.

2.2.1.3 Quando a memória surge como conceito

Parece ter sido David Hume¹, filósofo do início do século XVIII, o primeiro pensador a tratar a memória como conceito ao inseri-la em sua teoria do conhecimento. Em fins do século XIX, o filósofo Henri Bergson buscou dar ao conceito de memória um novo conteúdo relacionando-o aos estudos da ciência. Na primeira metade do século XX, sob provável influência de Bergson, o sociólogo Maurice Halbwachs também utilizou a memória como conceito. Seu elemento diferenciador foi não abordá-la na perspectiva dos antecessores, ou seja, de forma individualizada. Para ele a memória deveria ser analisada sobre ângulo coletivo, isto é, como advinda de um grupo (BORGES, 2009).

A memória assume funções diferenciadas nos três autores citados. Para Hume (s/d) ela copia, grava e ordena idéias, portanto não cria². Nos dois autores seguintes ela elabora. A memória como categoria surge em Hume, onde é considerada ordenadora de conceitos. Toma novos contornos em Bergson (2006)

¹ Para uma compreensão da utilização do conceito de memória em David Hume vide: BORGES, Jorgeval A. **Memória e Conhecimento: análise do papel da memória na teoria do conhecimento de David Hume.** Sorocaba, SP: PPGE da Universidade de Sorocaba, 2009. <http://periódicos.uniso.br/index.php/quaestio>.

² Para compreender estas colocações ver HUME, s/d.

como agente selecionador e reelaborador de imagens³. Halbwachs (2006) compreende também a memória como criadora, porém como expressão do coletivo no individual⁴.

Observa-se uma metamorfose: de uma compreensão reprodutora da memória para uma criadora; de uma visão individual para uma coletiva. Não obstante, a partir destes três autores, a memória não mais pode ser desconsiderada como conceito de análise. O passo sem retorno em conceber a memória como conceito havia sido dado por Hume e continuado por Bergson (2006) e Halbwachs (2006). Neste sentido, podem ser mencionados como os teóricos clássicos da memória.

A parte as diferenças a respeito da visão de memória nesses três pensadores parece ser aspecto comum a eles conceber a memória como produto da experiência. No caso de Hume, a experiência seria o ponto de partida para o conhecimento, conseqüentemente, para o funcionamento da memória. Em Bergson (2006), a memória é analisada como elemento do corpo e surgiria como experiência corporal. Em Halbwachs (2006), a memória se apresenta como resultado de experiência coletiva ou grupal. Nesses autores, a experiência gera uma produção de idéias, permitindo a criação de representações mentais. A memória seria um elemento importante na elaboração dessas representações do real à medida que permite relacionar experiências.

Do exposto acima se extrai algumas inferências. Primeiramente constatar que a partir da modernidade houve um redirecionamento sobre como a memória era concebida, isto é, sai do invólucro mitológico para receber tratamento de conceito, passível de explicar fenômenos humanos. A memória estaria vinculada na Antiguidade à noção de tempo, passado, lembrança e esquecimento e, a partir da era Moderna, passa a ser relacionada com os conceitos de experiência, conhecimento e representação. Na atualidade, a memória é um conceito para efeito de análise tanto filosófica como científica. No item abaixo se pretende levantar alguns elementos que possam vir a ajudar na compreensão desse conceito.

³ BERGSON, 2006.

⁴ HALBWACHS, 2006.

2.2.1.4 Elementos para uma possível caracterização de memória

A memória pode ser entendida do ponto de vista unicamente biológico, sendo reduzida a uma função cerebral. No entanto, se a memória fosse assim entendida pouco se poderia falar sobre o tema da lembrança e do esquecimento. Isso se coloca porque na lembrança e esquecimento entram questões relativas a uma lógica de seletividade, pois estão sujeitos a elementos de cunho afetivo e valorativo. De forma alguma se nega um caráter biológico da memória, conquanto que se aceite seus limites explicativos para este fenômeno em seu todo, isto é, como forma de conhecimento e, como tal, um componente social dos seres humanos.

Sem descartar a existência de uma física da memória, nesta pesquisa a dimensão utilizada é a subjetiva, ou seja, a memória será concebida como um fenômeno da consciência humana, entendido não como um mero elemento do cérebro, mas como um componente social relacionado ao fenômeno das representações. Neste aspecto, o que se pretende é elucidar elementos sociais da memória. No caso, aqueles direcionados ao processo de aprendizagem humana especificamente relacionada ao ensino escolar. Mais precisamente, a memória aqui se refere aquela gerada pela experiência educacional, estreitamente vinculada aos procedimentos pedagógicos.

Por conta disso, a memória será trabalhada como fenômeno criador que traz dupla característica: preservar e acrescentar conhecimento. A memória, como um elemento da consciência, conserva e produz imagens, idéias, conceitos e representações. A essa dicotômica característica de preservar e criar se poderia acrescentar outro duplo aspecto da memória, anteriormente mencionado, a relação intrínseca e dependente entre esquecimento e lembrança. No funcionamento da memória esquecer é a condição para lembrar. Isso acontece porque a memória é seletiva, isto é, ela precisa esquecer coisas para poder lembrar outras. Aquilo que lhe pareça essencial deveria ser lembrado e o secundário relegado. Esse exercício abstracionista faz da memória um elemento crucial no desenvolvimento humano. Este aspecto será melhor trabalhado no próximo item em que se discutirá a memória dentro da teoria do desenvolvimento humano de Vigotsky.

Foi visto no primeiro item que essas dubiedades da maneira de ser da memória eram percebidas desde tempos remotos. A memória esteve relacionada à idéia de morte e vida onde lembrar estava relacionado à tomada de consciência. Isso

está vinculado à idéia de que a memória permite falar de um passado à medida que é a capacidade para reter e gravar o tempo acontecido, impedindo que desapareça, mantendo-o presente na consciência. Daí a expressão consciência de um passado, ou seja, ter em mente que ele existiu. Neste sentido, o ser sem passado é mesmo que inexistente. Como potencial da memória, a lembrança permite esclarecer aquilo que aconteceu: como as coisas se formaram ou como eram, elucidando origens e transformações. Por isso está estritamente vinculada à existência.

Disso resulta uma finalidade importante da memória relacionada ao tema da identidade do indivíduo: possibilita acoplar o passado ao presente, compondo o todo do seu ser. Portanto, a ausência da memória significaria a impossibilidade de se definir como ser. Foi visto acima que a memória, como um elemento da consciência, possui a qualidade de perceber as diferenças temporais. Isso significa que admitir a existência de um passado está vinculada às lembranças que dele se tem. Por conseqüência, a construção da identidade de um indivíduo, grupo ou povo tem um laço forte com esse ato de recordar o que se foi para reconhecer o que se é.

Por conta do exposto, se pode considerar a memória como sendo um meio de estabelecer a ponte entre passado e presente, isto é, trazer o passado para o presente. A memória então une o que se foi ao que se é. Unindo assim um fenômeno ao processo de sua formação. Resulta disso outras formas dicotômicas em que a memória se expressa: passado e presente, ser e origem, existência e inexistência. O passado se acopla ao presente como formador dele e o presente apesar de se colocar como resultado do passado se projeta como ruptura. Isto implica em entender que o ser está vinculado a sua origem, mas, também é rompimento com ela, caso contrário não haveria o desenvolvimento do próprio ser. Por isso que a memória une o presente ou o ser ou a existência ao passado, a origem ao não mais existente. Permitindo elucidar tanto a formação de um fenômeno como as rupturas através da noção de presente. Portanto, a relação entre memória e identidade pressupõe uma noção de continuidade e ruptura. A memória como elemento da formação da identidade será retomada mais adiante quando do trato do livro didático e sua implicação no processo de aprendizagem, especificamente na formação de uma imagem sobre a África.

Outro elemento importante a ser abordado se relaciona ao caráter multidimensional da memória. Não se pode falar em uma única forma de existir da memória, sendo mais coerente formular uma concepção de varias modalidades de

memórias. Para tomar apenas como exemplo pode-se mencionar a noção dupla de memória elaborada por Henri Bergson. O referido filósofo francês apresenta duas formas de memória. Existiria então a memória-hábito ou automática, baseada na repetição, com baixo teor de consciência e a memória “verdadeira”, guardiã de algo por seu significado. Pode-se dizer que existem dois tipos de manifestação da memória: aquela por repetição deliberada e a espontânea, surgida pelo impacto que venha a ter na vida do indivíduo.

A idéia central seria a da variedade de memórias. A memória vista no plural. Existiria então uma memória básica ou de reconhecimento que permite conhecer coisas imediatas, sendo fundamental para a solução dos problemas de sobrevivência cotidiana. Diferenciada seria a memória denominada de fluxo de duração pessoal, marcada pela significação provocada pela afetividade e ação valorativa do indivíduo. Esta segunda modalidade compreende a dimensão social e histórica da memória (BERGSON, 2006).

Como foi enunciada, a parte essa memória social, existe uma memória biológica da espécie, tanto conectada às funções cerebrais como direcionada à reprodução genética, de caráter inconsciente e físico. Pode-se falar também de uma memória de caráter técnico mecânico dos computadores. Fica o registro de que o campo de estudo da memória é bastante vasto e isso exige cautela do pesquisador que intenciona utilizar este conceito.

No caso dessa pesquisa o conceito de memória a ser utilizado observará as funções exercidas por ela. Interessa especificamente saber as funções que a memória exerce para o conhecimento humano. Vale destacar a função de retenção do conhecimento; podendo com isso reconhecer e produzir dados, estabelecendo a relação entre o já conhecido e o novo conhecimento. A partir daí viria à função de recordar, possibilitando fazer analogias entre elementos diferenciados. A memória assim configurada passa a ser considerada fundamental para o conhecimento.

A perspectiva particular dessa pesquisa trabalha a relação da memória com a educação, especificamente no processo de aprendizagem. Desde os antigos a memória era relacionada ao fenômeno da aprendizagem. Por conta disso, criaram-se métodos de memorização ou “memória artificial”, que constituíam a “arte da memória” (LE GOFF, 2003). Portanto, a memória era elemento essencial do ensino e aprendizado sendo usada por várias disciplinas. Por ser elemento substancial da aprendizagem postulou-se que era possível criar uma memória artificial que pudesse

auxiliar a memória original. Essa memória artificial seriam as técnicas elaboradas para os exercícios de memorização. A memória artificial dos antigos diferencia-se da memória técnica atual. Essa diferença basicamente consiste na concepção antiga de que a memória era uma capacidade do sujeito do conhecimento, enquanto a atual transfere a memória para as máquinas, induzindo a desnecessidade de utilização da memória humana.

A falta da memória implicaria em desconexão com a noção de tempo. Logo, o indivíduo ou sociedade “sem memória” seria o mesmo que dizer sem passado e futuro, viveria numa espécie de “presentismo”, ou seja, num presente desconectado ou absoluto, mais próximo da não existência. Portanto, todo indivíduo ou sociedade tem memória, o que se faz é a tentativa de ocultá-la. A “perda de memória” é o paradoxo da confirmação de sua existência. Os processos que levam ao camuflar da memória são de caráter social e histórico e não ontológico. Em outros termos, a espécie humana possui memórias seja no âmbito individual, coletivo ou social, o que se denomina de grupos ou povos “sem memórias” são representações criadas e que devem ser explicadas a partir de um contexto histórico. Esse raciocínio será retomado adiante na discussão da historicidade africana.

Tendo em vista o exposto nesse item, dois elementos sobre a memória se tornam importantes: a relação entre memória e aprendizagem e a discussão em torno da ocultação da memória. A memória advinda da aprendizagem envolve por completo o objeto da pesquisa por entender ser o livro didático um elemento mediador no processo pedagógico capaz de gerar memórias. A problemática que se apresenta é saber quais memórias (da África) foram escondidas ou elucidadas nos livros didáticos de história. Com essa problematização a pesquisa se propôs investigar as representações da África nos livros didáticos no intuito de detectar as possibilidades variadas de memórias existentes nestas obras. Com este ponto de vista a aproximação das idéias de Vigotsky se tornou necessária para substanciar a relação entre aprendizagem e memória.

Antes de adentrar nas considerações teóricas da memória relacionada à formação do ser humano posta por Vigotsky (2007), se faz necessário rever os elementos da memória expostos neste item. O primeiro elemento apresentado é de caráter geral, qual seja a memória compreende um grande universo de abordagens estando vinculada aos mais diversos campos dos saberes. Isso implica entender

também que a memória cumpre uma variedade de funções tanto no que diz respeito ao seu caráter biológico como social.

Por conta desse campo de demissões da memória ela acarreta múltiplas definições. Não obstante essa multidimensionalidade da memória, alguns aspectos são comuns nesse universo que permitem entrelaçar as definições mais diversas. Esses aspectos serão considerados como pressupostos para existência da memória. O pressuposto elementar ou básico da memória seria o ato de preservar e reelaborar conhecimentos, ações, imagens, etc. Daí o seu caráter conservador e criador ao mesmo tempo. O segundo pressuposto é decorrente do primeiro, o movimento de abstração elaborado pela memória. Daí seu caráter seletivo estritamente ligado a sua atividade criadora. Os três pressupostos essenciais para uma definição de memória seriam então conservar, elaborar e abstrair.

Tendo visto a memória como um campo do conhecimento e enunciado o que seria seus pressupostos elementares, cabe por fim direcionar o tema para o foco específico da pesquisa, o livro didático. Nesse sentido, devem-se estabelecer duas relações cabíveis para a memória: com a educação e com o processo de formação da identidade do indivíduo. Estas questões serão tratadas no próximo item.

2.2.1.5 A memória mediada em Vigotsky⁵

Para as crianças, pensar significa lembrar; no entanto, para o adolescente, lembrar significa pensar [...]. (VIGOTSKY, 2007, p. 49).

A intenção desse ponto é estabelecer o marco teórico em que se referenciará a pesquisa, que está relacionado à problemática sobre em que medida e de que forma o livro didático produz um determinado tipo de memória. O recurso teórico utilizado é o conceito de memória mediada de Lev Vigotsky. Conceito este que está vinculado ao de aprendizagem e à prática pedagógica. O livro didático como material escolar cumpre a função de instrumento pedagógico e por conta disso é passível de ser analisado a partir da teoria *vigotskyana* à medida que cumpre função importante no processo de aprendizagem escolar.

⁵ Sobre memória mediada ler: VIGOTSKY, Lev Semenovich. **A Formação Social da Mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores**. 7 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

A organização do raciocínio a seguir busca inicialmente discutir a importância e o caráter da memória que traz Vigotsky para, em seguida, relacioná-lo ao papel que cumpre o livro didático nesse processo de aprendizagem mediada. A concepção de memória mediada em Vigotsky está vinculada à sua teoria dos signos que, por sua vez, se inclui na teoria do desenvolvimento humano elaborada por esse pensador. Portanto, a memória está ligada à aprendizagem que está relacionada ao desenvolvimento humano. Logo, a memória é fundamental para o processo de formação do indivíduo. Todo instrumento que se vincula a esse processo participa da criação de memória. Esse é o caso do livro didático. Interessante como ao se referir à memória, o autor, a trata no plural, como pode ser visto na passagem seguinte:

O estudo comparativo da memória humana revela que existem dois tipos fundamentalmente diferentes de memória. Uma delas [...] caracteriza-se pela impressão não mediada de materiais, pela retenção das experiências reais como a base dos traços mnemônicos (de memória). Nós a chamamos de memória natural [...] (VIGOTSKY, 2007, p. 31).

Esta descoberta de uma duplicidade de memória está presente em Vigotsky e Bergson. A primeira forma em Vigotsky é denominada de natural e em Bergson de espontânea. Nos dois casos têm o mesmo sentido, isto é, uma memória de cunho imediatista sustentada primordialmente pelo aspecto biológico humano. Uma segunda forma de existência de memória é elucidada por Vigotsky (2007, p.33) na citação abaixo:

[...] a memória natural não o único tipo encontrado. Ao contrário, coexistem com ela outros tipos de memória, pertencentes a linha de desenvolvimento completamente diferentes. [...] Elas estendem a operação de memória para além das dimensões biológicas do sistema nervoso humano, permitindo incorporar a ela estímulos artificiais, ou auto gerados, que chamamos de signos. Essa incorporação, característica dos seres humanos, tem o significado de uma forma inteiramente nova de comportamento.

Assim como Bergson (2006), Vigotsky vislumbra a potencialidade da memória humana para além das funções herdadas ou mecânicas. Nos dois autores, existe também uma memória produzida, ou seja, resultado do meio social ou do

processo cultural. É esta modalidade de memória que interessa a pesquisa a qual merece uma abordagem mais detalhada.

Para Vigotsky a essência da memória está relacionada ao fato de os seres humanos serem capazes de lembrar com ajuda de signos, fazendo desta uma das principais manifestações do comportamento humano. Para se compreender o funcionamento e o papel que cumpre a memória no desenvolvimento humano se fez necessário investigar as leis que compõem a lógica do desenvolvimento das ações com signos. Segundo o autor, as leis relativas ao uso dos signos poderiam ser apresentadas, de forma muito especial, no estudo do fenômeno da memória. O referido autor considerava o estudo da memória o mais apropriado para se detectar as mudanças introduzidas pelo signo nas funções psicológicas dos seres humanos. Fundamentalmente o que o autor queria dizer é que o estudo do fenômeno da memória humana revelou, sem subterfúgios, a origem social dos signos e seu importante papel no desenvolvimento do indivíduo.

Portanto, a memória está estritamente vinculada ao uso dos signos, mais ainda, está relação se dá porque ambos são componentes sociais. Segundo Vigotsky (2007), o signo revela o aspecto social da memória. O mais importante nessa perspectiva é que a memória faz parte do ciclo de desenvolvimento psicológico humano, estando amarrada às leis desse desenvolvimento à medida que pertence a essa estrutura. Vale a ressalva de que para este pensador não existe desenvolvimento humano de cunho unilateralmente biológico, pois este se dá entrelaçado ao cultural. Por sua vez, o aspecto cultural do desenvolvimento humano não está dissociado da estrutura social.

Na concepção de Vigotsky existem dois tipos diferentes de memória. A primeira denominou de memória natural, que seria a forma existente nas culturas sem escrita. Esta forma de ser da memória tem sua existência estruturada na atividade de retenção de experiências imediatas, portanto, não mediada por elementos especiais. Esse tipo de memória estaria muito próximo da percepção sensorial, uma vez que surge como consequência direta dos estímulos externos.

No entanto, a memória natural não é a única existente nos seres humanos, pois coexiste com ela outro tipo denominado de memória mediada. Esta pertenceria a uma linha de desenvolvimento completamente diferente da anterior. Este nova forma de ser da memória é aquela relacionada ao uso dos signos. Para se entender essa outra possibilidade de memória é preciso ter como pressuposto que os seres

humanos ultrapassaram os limites das funções psicológicas imposta pela natureza, desenvolvendo uma organização diferenciada e culturalmente elaborada de seu comportamento, a dos signos. A memória humana acompanhou esta lógica. A que se ter em conta, portanto, que a atividade com signos não existe em outras espécies de animais. As operações com signos são produtos das condições específicas do desenvolvimento social. Por estar envolta nessa realidade, a memória humana se diferencia das dos outros animais por se encontrar imersa em meio cultural respondendo a suas determinações.

Entre as funções dos signos se encontra uma muito especial, as de auxiliares mnemônicos. A partir do uso dos signos se modifica a estrutura do processo de memória à medida que este permite ampliar a ação desta, fazendo-a superar sua dimensão biológica. Esta introjecção do signo na memória é possível porque ela permite incorporar em sua estrutura estímulos artificiais externos. Em outros termos, os estímulos externos levados á memória se denomina de signos. Portanto, a incorporação de signos na comunicação e no processo de aprendizagem se apresenta como sendo específica da espécie humana e tem um impacto determinante na mudança de qualidade do comportamento humano e no funcionamento da memória.

Vigotsky denomina de forma elementar de comportamento aquele sem uso de signos. Esta forma pressupõe uma reação direta do organismo a situações concretas. A forma de comportamento com utilização de signos ele denomina de superior. Nesta forma o organismo responde a situações a partir de uma mediação. As funções psicológicas elementares são fundamentalmente determinadas pela estimulação do ambiente. As funções superiores são estimuladas a partir da criação de meios artificiais que passam a determinar o comportamento.

Disso se infere que a estrutura de ações superiores requer um elo intermediário entre o estímulo e a resposta. Segundo Vigotsky, esse elo intermediário é um estímulo de segunda ordem a qual se denomina de signo. Este é posto dentro da ação comunicativa preenchendo a função especial de criar uma nova relação entre estímulo e resposta. Nesse caso, o processo simples de estímulo resposta é substituído por um ato complexo, mediado, pelo signo. Com o advento desse novo processo o impulso direto para reagir é barrado à medida que é incorporado, no processo, um estímulo auxiliar. Este estímulo auxiliar teria a função de facilitar a complementação da ação complexa por meios indiretos. Esse é um tipo

básico de organização de ação superior, como foi visto, existente somente no ser humano.

Neste momento parece necessário fazer um esclarecimento conceitual relativo ao termo mediação. Em Vigotsky, mediação significa ter um elemento intermediário entre um processo e outro. Portanto, mediação se iguala à noção de intermediação. Mais precisamente ele chamou a isso de elo intermediário. Merece aqui colocar uma precaução: o elo intermediário não é um meio para aumentar a eficiência da ação, logo, não deve ser considerado como um elo adicional a um processo. Para ele, esse estímulo auxiliar possibilita realizar um salto qualitativo, criando uma forma nova e superior de ação humana. Com o auxílio de estímulos externos os seres humanos podem controlar seu próprio comportamento. Em resumo, a invenção dos signos possibilita a espécie humana desenvolver uma estrutura específica de comportamento que supera o aspecto unicamente biológico, possibilitando outras formas de processos psicológicos advindos da cultura. Com base nesse raciocínio Vigotsky defende a existência de um processo de aprendizagem sustentado por uma memória mediada.

Para se entender o papel da memória mediada no processo de formação do indivíduo é importante explicar como o referido autor vislumbra o que denomina de três estágios de desenvolvimento humano. O primeiro seria o pré-escolar, marcado pela incapacidade da criança em controlar seu comportamento através da influência de estímulos intermediários. O segundo seria o escolar, cuja característica principal a respostas positiva quando do uso de estímulos externos. Nesse estágio, a utilização do estímulo especial torna mais eficaz a atividade. É interessante frisar que, nesse estágio, o sistema de estímulos externos auxiliares ou estímulos especiais adquirem uma função de instrumento, isto é, são vistos como algo externo. O estímulo auxiliar é apropriado como um instrumento psicológico que age a partir do meio exterior, servindo como elo intermediário. O terceiro estágio seria o adulto, onde as respostas a situações acontecem em condições distintas e superiores. Segundo Vigotsky (2007), nesse estágio superior do desenvolvimento humano, o comportamento se dar completamente mediado. A diferença entre o estágio escolar e o adulto se encontra no fato de que no primeiro, os estímulos externos necessitam manter sua forma corpórea, enquanto que no segundo, os estímulos auxiliares estão desvinculados de suas formas externas iniciais.

No caso adulto, acontece o que Vigotsky chama de internalização⁶, ou seja, os signos externos, de que as crianças em idade escolar necessitam, transformam-se em signos internos, produzidos pelo adulto como meio de memorizar. Segundo o autor isso mostra como se desenvolvem as formas de comportamento mediado e conseqüentemente a mudança do papel da memória para o ser humano em estágio adiantado de desenvolvimento.

Em resumo, o primeiro estágio de desenvolvimento humano a mediação inexistente, no segundo, ela aparece como elemento externo e no terceiro como elemento internalizado. Existe então um estágio necessário de transição entre a não mediação para a mediação plenamente amadurecida. Este estágio de transição necessita da mediação em forma externa, através de instrumentos adequados. Corresponde este estágio à idade escolar. É neste momento do desenvolvimento humano que se apresenta a prática pedagógica, conseqüentemente, onde se localiza o uso do livro didático.

Como foi enunciado, em Vigotsky o aspecto mediado das ações constitui uma característica essencial do processo mental superior, mas não é resultado de uma lógica onde se desenvolve automaticamente uma intuitiva atitude abstrata. Segundo o autor, isto seria um ponto de vista metafísico, pois teria que admitir a existência de processos psicológicos inerentes que antecederse a qualquer experiência. Para este pensador, essa seria uma concepção apriorística das funções psicológicas superiores. Na perspectiva materialista dialética, a que se insere Vigotsky, as ações com signos aparecem como resultado de um processo prolongado e complexo, relacionados às leis do desenvolvimento psicológico.

Para ele é um pressuposto essencial partir da premissa de que a atividade de utilização de signos na criança não é inventada e tampouco ensinada pelos adultos. A ação com signos surge de uma situação anterior onde não existia mediação, tornando-se uma ação desse tipo através de transformações qualitativas. Nesse processo de transformações, o estágio anterior cria as condições para o seguinte e, ao mesmo tempo, é condicionada pelo precedente. Portanto, essas transformações estão ligadas entre si como estágios de um processo.

⁶ Sobre a discussão sobre internalização vide: MÉSZÁROS, István. **Educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2005.

Este processo de desenvolvimento das funções psicológicas superiores permitiu a Vigotsky elaborar uma teorização que defende a existência de duas linhas qualitativamente diferentes. Estas linhas se diferenciam fundamentalmente quanto à origem: os processos elementares seriam de origem determinantemente biológica e as funções psicológicas superiores de origem determinantemente sócio-cultural, conseqüentemente, mediado por signos. Pode-se ver com clareza na passagem seguinte:

À medida que a criança cresce, não somente mudam as atividades evocadoras da memória, como também o seu papel no sistema das funções psicológicas. A memória não mediada ocorre num contexto de operações psicológicas que podem não ter nada em comum com as operações psicológicas que acompanham a memória mediada [...] (VIGOTSKY, 2007, p. 47).

O processo mediado de memorização é parte dessa história do desenvolvimento humano a qual se refere Vigotsky. O surgimento de funções psicológicas com mediação, nesse caso, a memória mediada, representa uma linha especial de desenvolvimento. Nesse aspecto é que se localiza a necessidade de instrumentos auxiliares à memorização. Estes instrumentos facilitarão a ação da memória em crianças e jovens na fase escolar. Salienta que mesmo em adultos, onde o processo de memorização mediada está amadurecido, a utilização de instrumentos adequados age de forma a permitir uma dinâmica qualitativamente distinta da memória. Cabe ressaltar que nos adultos a mediação acontece inclusive na ausência de auxiliares externos especiais, pois já existe na memória o processo de internalização dos signos.

Do exposto até o momento percebe-se que, durante o processo de desenvolvimento do ser humano, as atividades que provocam a memória mudam, assim como mudam também o papel da memória nas funções psicológicas. A memória não mediada ocorre num contexto de ações de caráter simples e são bastante diferentes das ações advindas da memória mediada. Observa-se que algumas funções psicológicas são substituídas por outras e a memória acompanha essas mudanças.

A memória no primeiro estágio de desenvolvimento humano além de ser diferente tem um papel diferente na atividade cognitiva. Para a criança pequena pensar é lembrar, pois o seu conhecimento está baseado nas suas lembranças. Neste caso, o conteúdo do ato de pensar é determinado pelas lembranças concretas e não pela estrutura lógica de algum conceito. Nesse estágio, as representações do mundo sustentam-se nas lembranças de exemplos concretos, pois ainda não são providas de uma ação sustentada na abstração conceitual.

Na outra ponta do desenvolvimento humano, a fase adulta, os conceitos são compreendidos eminentemente por sua estrutura lógica. Neste caso, a memória auxilia na construção dos conceitos e não apenas como um ato de recordar, como no caso da criança pré-escolar. Segundo Vigotsky essa diferença da função da memória entre a criança e o adulto acontece por conta do papel que tem a experiência na criança. Na idade pré-escolar, a experiência não mediada fica registrada na memória e determina a estrutura do pensamento da criança pequena. No adulto a memória age a partir da experiência mediada pela conceituação que dela tiver. Têm-se então uma memória mediada.

Na teoria elaborada por Vigotsky, é a memória e não o pensamento abstrato que define os primeiros estágios do desenvolvimento cognitivo. Na adolescência ocorre uma transformação, as relações envolvendo a memória mudam de direção. Como foi visto acima, para as crianças pensar é o mesmo que lembrar. Para o adolescente, acontece o contrário, lembrar permite pensar. Segundo o referido autor, essa inversão de sentido na relação entre a memória e o pensamento, se localiza no fato de que, diferentemente da criança pequena, no adolescente a memória está umbilicalmente atrelada ao uso da lógica. Nesse estágio intermediário, a lembrança está submetida à ação destinada a encontrar relações lógicas. Essa logicização a partir da adolescência indica como as relações entre as funções cognitivas mudam no curso do desenvolvimento humano e o uso diferenciado da memória cumpre função central nessa mudança.

O primeiro e o mais importante tema a se aventar na teoria de Vigotsky para essa pesquisa é a mediação simbólica. Segundo ele a invenção e o uso dos símbolos como auxiliares para solucionar um determinado problema psicológico tais como lembrar, comparar, selecionar e escolher foi uma revolução no desenvolvimento humano. Para ele a criação dos signos equivale à invenção e uso de instrumentos, sendo que no campo psicológico. Daí surge o conceito de mediação, entendida como

intermediação, algo interposto entre uma coisa e outra. Isto está sustentado em sua idéia central para o desenvolvimento do ser humano a qual postula que a relação do homem com o mundo não é direta, ao contrário, é mediada através de instrumentos ou signos. A mediação por instrumentos se baseia na relação que os seres humanos estabelecem com o mundo usando ferramentas.

Os signos são formas posteriores de intermediação que fazem uma mediação de natureza semiótica ou simbólica. Eles realizam uma intermediação entre o sujeito e o objeto de conhecimento de uma forma que não é concreta, como se faz com os instrumentos, mas de uma forma simbólica. O signo é algo que representa uma idéia e todos compartilham dessa representação à medida que os usuários sabem o seu significado. A primeira forma de signo ainda tem uma forma de existência concreta. Usar um objeto para lembrar algo é utilizar um elemento de natureza simbólica, mais ainda de cunho concreto. Apesar de serem concretos, estes tipos de signos não têm natureza de instrumentos por agirem no plano simbólico. Tem-se então o primeiro plano dos signos, o de natureza concreta, com auxiliares externos.

O outro plano dos signos pertence a uma dimensão diferente. É um plano totalmente simbólico, internalizado. Neste caso, as coisas são postas para dentro do sistema psicológico, funcionando como mediadores semióticos ou simbólicos. Com isso aparece uma característica tipicamente humana que é a representação mental, ou seja, a possibilidade de transitar por um mundo que é puramente simbólico. Isso implica entender que as relações dos seres humanos com as coisas não são mais unicamente de caráter concreto, pois é também mediada por elementos de natureza simbólica que se encontra na mente em forma de conceitos, palavras e imagens. Portanto, existe uma representação das coisas do mundo que está dentro da pessoa que não é o próprio mundo, mas representações do mundo. A representação é exclusivamente humana e permite transitar por dimensões do simbólico. Por exemplo, permite ao indivíduo transitar por dimensões de tempo usando o recurso da memória, quando se propõe a lembrar e pensar em coisas que aconteceram.

Segundo Vigotsky existe a relação direta com o mundo, não mediada, a partir de uma primeira experiência. Numa segunda experiência, a ação é passível de se tornar mediada pela lembrança da anterior. Na primeira experiência a relação é direta, não mediada entre a pessoa e a coisa. Na segunda é indireta, mediada pela lembrança, utilizando o recurso da memória. Existe também uma relação mediada entre a pessoa e a coisa ou fato diferente. Nesse caso, não é resultado da própria

experiência, mas por uma informação fornecida por outra pessoa. Em termos educacionais, isso é demasiado importante, tendo em vista que grande parte da ação dos seres humanos no mundo é mediada pela experiência dos outros. Isso implica em aceitar que a pessoa não precisa experimentar tudo em primeira mão. Este aspecto é essencial para os processos de desenvolvimento histórico. Caso contrário cada ser humano teria que começar sempre do zero.

A segunda questão a ser alçada e ainda não discutida é a relação entre desenvolvimento e aprendizagem em Vigotsky. Ele considera essa relação muito importante, tendo um grande peso em sua teoria. Por isso que trabalha a psicologia estritamente unida à educação. Isto está amparado por um postulado basal de sua teoria, o desenvolvimento se dá de fora para dentro. Isto ocorre porque o ser humano está imerso em um meio cultural.

Por conta dessa premissa o autor valoriza extremamente a aprendizagem. Para ele a aprendizagem é fundamental na definição dos rumos do desenvolvimento. Na verdade é a aprendizagem que promove o desenvolvimento, pois ela pulsa esse processo. Esta forma de raciocinar prevê que o caminho do desenvolvimento está em aberto, pois é a cultura, em grande medida, que irá defini-lo. Por isso que a especificidade de cada sujeito, para ser definida, depende substancialmente da sua interface com o mundo, especialmente, na sua experiência com a aprendizagem. A importância da aprendizagem é que ela decide em que rumos o desenvolvimento vai se dá. Esta questão é um ponto decisivo de contraposição entre Piaget e Vigotsky. Para Piaget o motor do desenvolvimento é endógeno. Ele entende que por desenvolver-se é que o indivíduo pode aprender. O sujeito aprende porque está em determinado estágio de desenvolvimento. Em Vigotsky se dá o contrário, o sujeito se desenvolve porque aprende.

O terceiro ponto a ser discutido trata do tema da intervenção pedagógica. Um aspecto peculiar e central em Vigotsky (2007) sobre a teoria do desenvolvimento e aprendizagem é a importância da intervenção das outras pessoas no desenvolvimento de cada sujeito. Neste aspecto entra um elemento importante: a cultura ou a existência do outro social. Entretanto, não em termos de um ambiente onde o sujeito está simplesmente imerso. Ele colocou o sujeito se relacionando com um mundo de informações, significados, modos de ser, onde não é um ser passivo que recebe inerte estas informações do ambiente. Para ele a cada momento o sujeito age sobre o ambiente, dialogando e pondo significado, trazendo a sua subjetividade,

seu modo de ver o mundo, sua própria história na relação com aquela situação de aprendizagem.

Portanto, a intervenção ativa de outras pessoas nos rumos do desenvolvimento não pressupõe um sujeito paralisado. Para Vigotsky (2007) a intervenção pedagógica é essencial para a promoção do desenvolvimento porque o sujeito não percorre caminhos sem ter experiências de aprendizagem, cujo resultado se deve em muito a intervenção de outras pessoas. Por isso que interagir intencionalmente no desenvolvimento das crianças e jovens é extremamente importante na definição de seu desenvolvimento. Segundo o autor, o sujeito depende dessa intervenção para se desenvolver adequadamente nos rumos que determinada cultura supõe como os adequados para o desenvolvimento.

Isto não anula o sujeito, ao contrário, o coloca em atividade com a cultura e o meio social em que vive, podendo assim interagir sobre ele. Quanto menos exposto estiver a uma atividade pedagógica, mais afastado estará do meio sócio educativo e isso traça rumos de desenvolvimento inadequado. Por isso que para Vigotsky, desenvolver-se em uma sociedade com escola é totalmente diferente de desenvolver-se em uma sociedade sem escola. Escola em uma sociedade escolarizada é uma condição social extremamente importante para a definição dos rumos de desenvolvimento e a intervenção pedagógica é essencial nesse processo. É nesse referencial teórico que se pretende inserir a discussão do livro didático.

Como foi analisado acima, o conceito de memória mediada está relacionado ao de signo que, por sua vez, se relaciona com o de representação. Tem-se então uma tríade conceitual memória, signo e representação se interagindo no processo do conhecimento humano. Este quadro teórico se completaria com a introdução dos conceitos de aprendizagem e intervenção pedagógica. Uma vez completado a exposição desse quadro teórico pode-se inserir em seu seio a discussão do livro didático. Neste sentido, a direção tomada é esclarecer o conceito de representação, pouco discutido acima e que necessita de outro apoio teórico complementar a Vigotsky (2007). Em suma, uma vez vinculado o conceito de representação ao de memória, necessário se faz esclarecer com mais precisão o que se compreende sobre representação e em seguida, levantar algumas questões relativas ao do tema do livro didático.

Antes, porém, uma última reflexão. Memória não é uma simples imaginação. Como configura corretamente Hume (s/d): a imaginação estimula a memória e esta

alimenta a imaginação, mas são dois aspectos distintos da consciência. A imaginação não retém, ela cria a partir do que é retido e ordenado pela memória. Por sua vez, a memória se torna criativa utilizando o recurso da imaginação, não se limitando apenas ao que reteve e ordenou, ampliando sua potencialidade. A criatividade humana depende do entrelaçamento desses dois elementos do conhecimento. Como denuncia Ricoeur (2007, p.27):

O problema solicitado pela confusão entre memória e imaginação é tão antigo quanto a filosofia ocidental. Sobre esse tema, a filosofia socrática nos legou dois *topoi* rivais e complementares, um platônico e outro aristotélico. O primeiro, centrado no tema da *eikōn*, fala de uma representação presente de uma coisa ausente; ele advoga implicitamente o envolvimento da problemática da memória pela da imaginação. O segundo, centrado no tema da representação de uma coisa anteriormente percebida, adquirida, preconiza a da problemática da imagem na da lembrança. É com essas versões da aporia da imaginação e da memória que nos confrontamos sem cessar.

A parte da emblemática discussão grega sobre memória e imaginação, a memória é uma representação, seja de uma coisa ausente, do que não se está à vista, como um espaço ou objeto, no caso da perspectiva platônica ou de algo acontecido, do passado, como na perspectiva aristotélica. Em outras palavras, a memória é sempre uma representação, seja do ausente ou do acontecido.

2.2.2 Sobre representações

Quando recordamos um objeto ou um fenômeno qualquer, surgem em nossa memória as imagens dos objetos anteriormente percebidos. Estas imagens se denominam representações (CARVALHO, 2008, p. 23).

A discussão sobre representação neste trabalho se apóia substancialmente nos estudos de Carvalho (2008). O primeiro elemento a ser colocado quando se trata de discutir a categoria representação é que ele elucidada a dupla dimensão da realidade: a objetiva e a subjetiva, ou seja, o real concreto e o real pensado. A

primeira dimensão da realidade seria o concreto e a segunda, as idéias ou representações desse concreto. A representação seria então a apreensão subjetiva do mundo exterior que, pode ou não corresponder plenamente ao conteúdo da realidade objetiva. Portanto, as representações não são realidades imaginárias, pois a elaboração está associada à existência do real concreto.

Pode-se inferir que a representação apresenta uma relação com a realidade de forma indireta, mediada, à medida que está situada no campo das idéias e da interpretação. Na representação, a realidade objetiva reaparecer na realidade subjetiva. É importante perceber apesar de a realidade representada entrar na esfera de apreensão não deixa de permanecer ligada à objetividade. Importante esclarecer que a representação não é um reflexo da matéria, a medida que possui relativa autonomia com capacidade de criar novas dimensões conscientes da realidade como a memória, por exemplo. Esse aspecto da representação como potencial em criar memórias, será retomado mais adiante na conclusão do item.

A representação mantém certa distância da realidade concreta por ser conhecimento, mas isso não permite compreendê-la como estando totalmente desvinculada da realidade objetiva. É importante ter em conta que esse distanciamento relativo possibilita a representação se apresentar como elemento constituinte da memória. Isso pode ser melhor entendido tendo em vista que existe o conhecimento ligado diretamente ao contato com a coisa conhecida, desenvolvendo-se a percepção sensível. Entretanto, um objeto pode ser representado sem sua presença física. Isso acontece através da recordação (esforço para lembrar) de um objeto anteriormente percebido utilizando o recurso da memória. Nesse caso o conhecimento é mediado pela memória.

A idéia central é que a representação é um conhecimento e por isso uma abstração da realidade concreta, mesmo advindo dela. No entanto, a representação se apresenta em duas condições. A primeira forma de representação é aquela originária da apreensão de uma determinada experiência concreta. A segunda forma representacional da realidade a que é mediada pelo processo de aprendizagem.

A representação aqui em discussão esta relacionada ao conhecimento. Por conhecimento se compreende a interiorização da realidade conhecida e a representação como sendo o seu resultado. Em outros termos, representação é a produção da realidade concreta no espaço da consciência. Entretanto, a realidade concreta a ser conhecida não se apresenta de imediato na subjetividade. Para que o

objetivo se subjetive é necessária uma mediação. Portanto, a subjetivação do concreto pressupõe um intermediário: a conceitualização (KOSIK, 1976).

O conceito é que permite a abstração, podendo ser considerado como um elemento criado no espaço da consciência. O uso encadeado dos conceitos pode levar a uma representação, ou seja, resultar em uma idéia central ou imagem final ou representação do objeto. Pelo exposto, pode-se concluir que a representação é sempre o resultado do concreto pensado, ou seja, são idéias que se elaboram na consciência humana sobre o real, mas a que se ressalvar que carregam em si possibilidades distintas, isto é, a representação pode tanto atingir a essência das coisas como negá-las.

O objeto dessa pesquisa trabalha com as representações em nível categorial, portanto, já, passadas pelas experiências de pesquisa empírica anteriores. Este é o estatuto do livro didático por ser resultado de pesquisas sustentadas em arcabouço bibliográfico. Neste sentido, as representações da história da África no livro didático são consideradas elaborações teóricas que permitem produzir imagens a qual pode ser utilizada pela memória. Como a memória tem poder de evocação, ou seja, tem a capacidade de trazer a tona imagens que se possui sobre determinado tema, as representações estudadas nessa pesquisa serão consideradas como memórias da África contidas no livro didático. O livro didático então é o lugar onde estas memórias estão alojadas em forma de representações, podendo ser evocadas em variadas situações.

Algumas reflexões sobre características do livro didático que se consideram fundamentais para uma definição mais precisa sobre material escolar será abordada no item abaixo. Após estas reflexões virá uma conclusão desse ponto buscando uma totalização parcial das relações entre memória, representação e o livro didático. Permitindo assim uma compreensão mais elaborada da definição do objeto da pesquisa.

2.2.3 Sobre o livro didático

A primeira questão a ser posta é uma definição de livro didático, para em seguida discutir suas características e aspectos funcionais. No que diz respeito à definição cabe observar a linha de abordagem de Thais Nívia de Lima e Fonseca que vincula a existência dos livros didáticos à história das disciplinas escolares, onde as

definições estariam simetricamente identificadas. Segundo essa autora, o livro didático existe em função da disciplina escolar, nesse sentido, a história dessas duas realidades educacionais está umbilicalmente relacionada. Para melhor compreensão desse raciocínio, vale a pena fazer, através de algumas citações, um exercício de aproximação entre o conceito de disciplina escolar e livro didático realizados pela autora:

As disciplinas escolares têm sido estudadas no seu processo de constituição e de consolidação, no qual saberes antes restritos ao âmbito da produção científica, ou próprios de outras dimensões da vida social – como o profissional, por exemplo - acabam por tornarem-se saberes escolares, constituindo conjuntos organizados de conhecimentos, apropriados para a escola, tornando-se assim, disciplinas escolares (FONSECA, 2006, p. 9).

O primeiro elemento posto se refere à formação das disciplinas escolares que está relacionado ao conceito de saberes escolares, entendidos como apropriação pela escola de conhecimentos produzidos fora dela. A organização desses conteúdos por áreas de saberes seriam as disciplinas escolares. A questão é se essa apropriação de conhecimento tem um caráter de reprodução ou de transformação. Segundo a autora, duas concepções distintas se apresentam quando se trata de definir o caráter das disciplinas escolares. A primeira será exposta abaixo:

A história das disciplinas escolares [...] apresentou, ao longo dos anos, algumas tendências [...]. Uma delas, já tradicional, ancorada na Sociologia da Educação, é a que analisa as disciplinas escolares como conjuntos simplificados – e muitas vezes distorcidos – de conhecimentos científicos, adaptadas por meio de uma série de mecanismos de “transposição didática” para o ensino dos níveis fundamentais de escolarização. Dessa forma, as disciplinas escolares seriam simplesmente instrumentos de vulgarização de saberes mais elaborados (FONSECA, 2006, p. 10).

Essa tendência, exposta acima, se enquadra dentro da noção reprodutivista do saber escolar. Nessa perspectiva as disciplinas escolares seriam cópias de conhecimentos elaborados em âmbito alheio à escola. Portanto, trata-se de um processo de adaptação, cuja lógica leva ao reducionismo desse conhecimento. Esse processo pode ser entendido como vulgarização, simplificação ou mesmo distorção do conhecimento original. A segunda concepção se diferencia da primeira no que ela tem de essencial. Isso pode ser constatado na próxima passagem:

[...] ao se constituírem, as disciplinas escolares estariam adquirindo um outro estatuto, distinto do conjunto de saberes que lhes teria dado origem. Isso significa dizer, por exemplo, que a gramática ensinada nas escolas teria uma estrutura que lhe seria específica, pois no processo de sua constituição em disciplina escolar ela teria se formado com características próprias, com elementos muitas vezes distintos daqueles que marcam sua face acadêmica (FONSECA, 2006, p. 11).

Apesar do exemplo da gramática, o que de fato interessa a autora é o conceito de disciplina escolar. Nessa segunda posição o saber escolar é negado como sendo reprodução de conhecimento adquirido. A idéia desse ponto de vista é conceber a disciplina escolar como um conhecimento que apesar de manter sua relação com o conhecimento extra-escolar é em si mesma uma nova forma de conhecimento. Portanto, se constituem a partir de uma lógica própria, sendo por isso objeto de pesquisa. Logo, não se trata de um simples processo de vulgarização do conhecimento, mas de uma reelaboração com estrutura apropriada aos seus fins.

Têm-se então duas concepções sobre disciplinas escolares: uma que afirma seu caráter subalterno e outra que afirma seu caráter criativo. A primeira vê a disciplina escolar como transposição de conhecimento adquirido e a outra como um processo de produção de conhecimento. A tendência da autora é se aproximar da segunda concepção, estabelecendo o estudo das disciplinas escolares como elemento importante na história da educação. Esta posição fica esclarecida na passagem abaixo:

[...] foi de fundamental importância o enfoque voltado para a questão do processo pelo qual um determinado conhecimento se escolariza, isto é, se transforma em conhecimento escolar. Esse foi o campo privilegiado da “Sociologia dos saberes escolares”, que considera esses saberes como produto de uma seleção cultural, correspondendo também a estruturas e valores sociais determinados (FONSECA, 2006, p. 17).

As disciplinas escolares são realidades sociais, mas com estatuto de existência própria, por conseguinte, não são consideradas como reflexo de

conhecimentos sociais transpostos à escola. É nesse ângulo de visão que Fonseca (2006) coloca o conceito de “transposição didática”, onde se inseri o livro didático. Na citação abaixo se completa o exercício proposto de aproximação entre disciplina escolar e livro didático:

Além da seleção cultural dos saberes, a educação escolar realizaria também um trabalho de “adaptação”, para que eles se tornassem transmissíveis e assimiláveis no espaço da escola e da sala de aula, processo denominado “transposição didática”, ou seja, o trabalho de reorganização e de reestruturação do conhecimento, por meio de dispositivos mediadores, a fim de tornar assimilável, pelo público escolar, o conhecimento produzido em outras instâncias, tais como a universidade e os centros de pesquisa científica. (FONSECA, 2006, p. 17-18).

O processo de “transposição didática” exige elementos mediadores entre eles o livro didático. O livro didático é, portanto, depositário de saber escolar e como tal está sujeito tanto a avaliações de concepções reprodutivistas como de análises que afirmam sua autonomia relativa. Nesse ínterim o livro didático deve ser concebido como depositário de conhecimento na perspectiva da autora citada, ou seja, como uma literatura que mantém relação com conhecimentos diversos, mas mantendo uma lógica de criação. Muito embora tenha vinculações com a produção de conhecimento social mais amplo, as representações existentes nos livros didáticos são elaborações próprias desses livros. Em conclusão pode-se argumentar que tanto as disciplinas escolares como os livros didáticos que as subsidiam são realidades da história da educação. Portanto, o livro didático é considerado como produtor de conhecimento e não como reprodutor.

Entendendo o livro didático dessa forma parte-se do pressuposto de que não existe um modelo de livro didático que se poderia ter como referência para ser utilizado como parâmetro de crítica aos demais. Tendo isso em vista, a investigação se guia pelo desmembramento do conteúdo, através de procedimento analítico dos textos e iconografias, percebendo suas contradições internas. O livro didático é um produto cultural complexo, sendo importante distinguir duas dimensões para seu estudo: o conteúdo dos textos e imagens e sua utilização escolar. O conteúdo do

livro didático e seu uso são dois momentos que se entrelaçam e, ao mesmo tempo, são distintos.

O livro didático é também um elemento intermediário na pedagogia e a escola o principal lugar onde ele é manuseado, apesar de não ser o único espaço onde seja utilizado. Trata-se, portanto, de um tipo de material escolar, cuja função de instrumento a ser trabalhado no processo pedagógico o coloca como elemento importante na aprendizagem. Como tal, são importantes na produção, circulação e apropriação de conhecimentos, sobretudo daqueles em que a difusão é responsabilidade da escola.

Em sua estrutura, os livros didáticos contêm textos, ilustrações e gráficos. Através desses elementos constituintes, ele obedece a uma lógica de funcionamento que almeja ser possível a resolução dos exercícios e atividades propostas. A realização desses exercícios e atividades seria a comprovação da aprendizagem, completando assim sua abrangência. Nessa racionalidade, o livro didático é concebido para funcionar com eficiência. Se isso não se confirma o problema deve ser localizado fora dele, ou seja, em sua utilização não recomendada.

Nessa logística todos os componentes do livro didático devem estar em função da aprendizagem que ele promete. Como a composição desse tipo de livro não inclui apenas a linguagem verbal, sua estruturação requer que todas as linguagens existentes estejam em consonância, suas partes devem estar em combinações simétricas, não pode haver contradição. Isso significa que suas ilustrações e gráficos têm por finalidade complementar reiterar o que está representado nos textos. Esta suposta coerência interna deveria ser o aspecto inquestionável do livro didático.

Em resumo, o livro didático é planejado tendo como objetivo a prática pedagógica. Ele possibilita a aprendizagem com a condição de que ela não se restrinja ao conteúdo que oferece, mas, em conjunto com a concretização das atividades que propõe. Caso contrário, seu alcance não se completa e o efeito passa a ser interrogado. A condição da aprendizagem com o livro didático é lê-lo e praticá-lo.

Tendo apontado aspectos funcionais e logísticos do livro didático é importante mencionar alguns princípios a respeito da investigação desse objeto de estudo. O primeiro seria o preceito elementar do livro didático: não poder conter dados considerados incorretos ou inadequados, com toda relatividade que estes

termos implicam. O segundo é mais uma sugestão: para se estudar o livro didático o recomendável seria a leitura integral da obra. O terceiro é o mais significativo: trabalhar em classe com um livro didático implica em ter que suplantar o fenômeno do fetiche que o envolve, ou seja, abordá-lo como produto do trabalho humano. A elaboração teórica existente em seu conteúdo deve ser nomeada como produção humana, logo, não é uma coisa com ares de verdade suprema. Descortinar o livro didático de seu fetiche é a condição necessária para uma pedagogia crítica de seu uso. Admitir que o livro merece ressalvas ou que possa não estar condizente com a produção do conhecimento existente, são posturas capitais para análise desse tipo de material escolar. É importante ter em conta esse fato, pois o livro didático aparece ao aluno recoberto por uma auréola do saber, não sendo visto como um instrumento e sim como a própria fonte do saber. Este estigma de poder do conhecimento que o acompanha é corroborado por sua forma e linguagem.

Por isso que uma cautela deveria guiar a utilização do livro didático: não pode ser utilizado sem adaptações. No caso da história da África é impraticável um aprendizado desta temática exclusivamente com a utilização do livro didático. Este aspecto será visto com mais atenção nos capítulos destinados à pesquisa empírica.

A compreensão de Hume sobre a memória ilustra um cenário atraente a respeito das representações. Para este autor representação, imagem e memória se compõem como um conjunto inseparável. Ao mencionar a memória de um objeto alude-se a imagem ou representação que dele se tenha. Hume afirma ser a capacidade de registro e de recordação ordenada é fundamental para elaboração do pensamento complexo. Com isso assenta a importância da memória para o pensamento abstrato. Em decorrência, não há conhecimento humano sem a memória. Vigotsky (2007) complementa assegurando que não há aprendizagem nem cultura sem memória.

Nesse sentido é que se poderia apresentar uma problemática em torno da representação ou imagem da África nos livros didáticos de história, tendo ciência que estas representações poderiam se configurar como elemento propulsor de uma modalidade de memória sobre esse continente. Isso ilustra a importância do conhecimento gerado pelos livros didáticos e sua perpetuação a partir da retenção de determinadas representações fixadas e reproduzidas na memória. Portanto, trabalhar com as representações no livro didático sugere admitir as memórias possíveis de serem criadas a partir dessas representações. Por conseguinte, o livro didático se

confirma como um objeto que possibilita criar memórias mediadas. Assim sendo, a pesquisa procurou trabalhar na perspectiva teórica do materialismo dialético associando os conceitos de memória mediada, representação e aprendizagem ao livro didático.

3 CONSIDERAÇÕES SOBRE HISTÓRIA GERAL E DA ÁFRICA

Este capítulo se justifica porque o livro didático pesquisado é o de história geral. Ao elaborar uma obra sobre história geral os autores do livro didático implicitamente partem da premissa da existência de uma história geral da humanidade. Tendo isso em vista, algumas questões se colocam como desafios para construção de uma proposta desse nível. Para o pesquisador que se apraz e analisa tais livros esta situação se apresenta com a mesma veemência. Quais seriam então estas questões?

A questão principal é indagar a possibilidade de uma história geral da humanidade, em caso afirmativo, surgiriam a seguinte problemática: quando se iniciaria essa generalização, desde o aparecimento do ser humano ou outro marco histórico? Essa história geral da humanidade teria um curso de desenvolvimento e seria possível um modelo único explicativo deste?

Tendo em vista o debate historiográfico africanista essas questões são vitais, pois a construção da história africana não se distancia em momento algum da problemática acima elucidada. As grandes questões da história da África rodam em torno de saber quais as características específicas da história africana e em que medida ela se insere em uma história geral da humanidade. Em outras palavras, o que a África tem de comum e diferenciado da história dos outros continentes e de que forma ela pode está imersa em um contexto da história mundial. A relevância dessa problemática se reforça por conter minúcias tais como a afirmação da historicidade africana e de sua contribuição ou legado para o conjunto da humanidade, das influências que recebeu do exterior, assim como das que exerceu em outros continentes.

Para o estudo da história africana no livro didático se poderia acrescentar o debate em torno do eurocentrismo. Neste caso, seria relevante levantar questões tais como a tendência marcante da visão europocentrica que marcam a estrutura e conteúdos de tais livros. Em muitos casos resultando em ocultação completa ou

parcial da história do continente africano e quando incluída, muitas vezes, como apêndice da história da Europa. Casos raros são os que tentam romper com este padrão alentando uma historicidade própria da África.

Neste capítulo se buscará três discussões fundamentais para o estudo da história africana e sua presença nos livros didáticos. Primeiramente apresentar algumas premissas referentes ao debate sobre a possibilidade de uma história geral e em que parâmetros ela se daria. Em seguida apresentar um panorama da historicidade africana que auxiliaria a compreensão dos capítulos destinados a pesquisa empírica e serviram como norteadores para a análise da visão exposta no livro didático sobre a história da África. No item final, como conclusão, se levanta algumas questões sobre o assunto do ensino de história da África nos limites que se propõe um livro didático. Espera-se que com os temas trabalhados nesse ponto se possa estabelecer um diálogo consistente com os textos dos livros didáticos, pois serviriam como norteadores da pesquisa tanto no que diz respeito à concepção de história que guiam esses livros como sua abordagem da África.

3.1 Uma filosofia da história?

Pretende-se nesse ponto levantar algumas considerações a respeito da concepção de história que se tem como referencial para a análise a ser feita no livro didático. Portanto, não se trata de uma exposição de uma teoria da história. Mas, tão somente estabelecer parâmetros de uma visão de história geral sob a qual se pode discutir a inserção da historicidade africana. A problemática posta em questão é debater quais elementos de uma compreensão geral da história condiz com a presença da África.

Deve ser salientado que a concepção da história que se tem como marco teórico da pesquisa é a que se situa no campo do materialista dialético. Cabe colocar que esta concepção trabalha com a noção de lei histórica. Estas leis possuem duas dimensões, oportunamente elucidadas por Jacob Gorender: as leis *unimodais* e as *monomodais* da história. As primeiras são consideradas leis gerais da história que buscam, de maneira abstrata, captar a lógica mais ampla do movimento das sociedades humanas. A segunda modalidade de leis históricas surge das especificidades, pois, cada formação social humana deve ser analisada a partir de

suas contradições internas, onde se descobre suas leis próprias de desenvolvimento (GORENDER, 1982). Portanto, existem conceitos da concepção materialista dialética que são referenciais a todas as sociedades, mas, isso é uma abstração que não invalida, ao contrário, necessita uma investigação específica de cada fenômeno histórico concreto, onde se descobre os conceitos particulares a este fenômeno. Equivale dizer que não existem leis gerais da história se sobrepondo às específicas, que descartem a investigação concreta.

Esse aspecto da questão é um parâmetro fundamental para o estudo da África, pois, trata-se de saber que categorias gerais se utilizam para a história africana e, nesse sentido, não a diferenciando da história humana, e que categorias são específicas da experiência histórica africana que possibilite vê-la em sua particularidade. Nesse aspecto se buscou averiguar como os livros didáticos de história utilizam esses horizontes, ou seja, em que momento trabalha a África numa perspectiva da história geral da humanidade e nisso como trata as especificidades da história africana.

Há uma forma de tratar a história como um todo observando as leis gerais de seu curso. Este procedimento é essencial para a ciência, pois esta necessita desse tipo de abordagem, porque nele está à possibilidade das teorias, caso contrário se reduzira o conhecimento histórico a trabalhos monográficos, não saindo do âmbito dos fenômenos particulares, perdendo assim a dimensão de totalidade.

Esta forma de ver a questão reforça a necessidade de estudos das especificidades. O geral ajuda a esclarecer o particular e na reciprocidade, o particular permite a construção das teorias gerais. Ter em conta estas duas dimensões de se ver e analisar a história é fundamental para o processo investigativo aqui proposto. Isso implica em notar os aspectos gerais em que a história da África está incluída no livro didático. Para em seguida, observar como as especificidades do desenvolvimento histórico das sociedades africanas estão sendo abordadas nesses livros.

Esta seria então a primeira premissa da história que a pesquisa leva em conta: a África vista como elemento da história humana e por conta disso responde a lógica geral do processo histórico e, ao mesmo tempo, dela se distingue por representar uma particularidade. A análise de um determinado tema histórico se efetua quando a abordagem leva em conta a dimensão histórica mais ampla em que se dá o fenômeno investigado, mas isto não pode ser utilizado como referencia para negar a existência

da tensão entre particular e geral. O geral e o particular na relação entre a história da África e da humanidade se combinam e distinguem, se configurando a África como um exemplo de particularidade da história humana. A particularidade da África não a exime de aspectos gerais, assim como aspectos gerais não permitem deduzir elementos que lhe são específicos. Seria então recomendável a quem se propõe trabalhar com a história da África munir-se de uma concepção de história humana e, ao mesmo tempo, estar atento à realidade concreta africana.

Outro aspecto importante para a concepção materialista dialética a ser destacado é que a história não se desenvolve por meio de um processo evolutivo, isto é, linear. De certo que, nesta concepção, o movimento da história se configura por meio de períodos, cuja duração não pode ser projetada antecipadamente. As categorias, modos de produção e formações sociais, foram cunhadas com finalidade de poder servirem de elementos teóricos que permitissem uma compreensão desses períodos. O importante a ser discutido no uso desses conceitos é que as formações sociais não seguem uma sequência linear, ou um modelo a ser obedecido. O mais interessante desse raciocínio para o estudo da África é entender que nenhum povo passou por todas as formações sociais conhecidas.

O terceiro elemento a ser considerado na pesquisa é ter em consideração que determinadas realidades são consideradas históricas, acima de tudo, porque estão em movimento, ou seja, respondem a um processo de nascedouro, crescimento ou perecimento. Nessa perspectiva, os possíveis conceitos universais para a história têm que passar por esta lógica de metamorfoses, superações e rupturas. Isso implica entender que, do mesmo modo que as relações materiais, os conceitos a serem utilizados em uma análise também passam por transformação.

Nesse sentido, sociedades desaparecem e reaparecem diferenciadamente em cada momento e lugar e deverão ser investigadas levando-se em conta estas circunstâncias de sua formação e curso. Isso reforça a idéia de que as formações sociais não podem ser igualmente compreendidas a partir de um mesmo e único conjunto de conceitos que sejam válidas para todas as épocas históricas. Portanto, não existe um único modelo teórico que possibilite uma visão unívoca dos diversos processos históricos continentais.

Por isso que o materialismo dialético é considerado nessa pesquisa como um método que procura compreender a história como ciência, por conseguinte não elabora leis a priori. Nesse sentido, busca explicar as características e as

transformações de umas formações sociais em outras, mas, não plantea um arcabouço teórico para explicar a todas de uma mesma maneira.

O fundamental para este método é a compreensão da essência do fenômeno entendida como seu aspecto diferencial, ou seja, encontrar o que faz de determinado objeto ou fenômeno ser ele próprio e não outro. Pode-se dizer que para o materialismo dialético a diferença é crucial em cada formação social. É com esse pressuposto que se concebem as formações sociais na história humana como totalidades possíveis de serem localizadas teoricamente pelos seus traços próprios, sem nunca se apresentarem com linearidade e nem com idêntico grau de duração e de expansão. Não se supõe, portanto, uma sequência linear, nem um conjunto único na história dos modos de produção. Esse resgate do princípio da diferença deve ser norteador para o estudo da história africana.

3.2. Sobre a construção da história africana

Existe pouca publicação sobre a historiografia da África em língua portuguesa. No entanto, a obra *História Geral da África*⁷, em seu primeiro volume, contém uma série de artigos voltados para o debate a respeito da produção do conhecimento histórico africano, perfazendo um balanço da historiografia africanista. Esses artigos tanto remontam a aspectos históricos de como se processou o conhecimento sobre a história africana quanto a discussões sobre as fontes e técnicas para a construção de uma história da África na atualidade.

Do ponto de vista da concepção de história, dois elementos parecem ser o alicerce das análises contidas nesses artigos: a idéia de se construir uma história geral do continente africano e o aspecto interdisciplinar da ciência histórica na África. Pretende-se, tão somente, apresentar uma interpretação das posições contidas nesses artigos e com isso possibilitar um panorama da construção do conhecimento histórico africano que possa auxiliar na análise que se fará dos conteúdos da história da África no livro didático. Esclarecimentos sobre temas da história e geografia

⁷ A coleção *História Geral da África* é resultado de um projeto da UNESCO. Para elaboração dessa coleção foi criado, no ano de 1969, um comitê internacional de especialistas onde 2/3 eram africanos. No total, essa coleção está constituída em oito volumes. No Brasil foram publicados pela Editora Ática apenas quatro volumes (vols. I, II, IV e VII).

africana que as análises da historiografia não abordam serão feitos em notas com pretensão de auxiliar na compreensão das discussões apresentadas.

3.2.1 Houve uma revolução na historiografia da África?

A idéia central a qual se parte considera a existência de um marco fundamental para localizar o que venha a ser uma produção historiográfica sobre a África. A partir da década de cinquenta do século passado a produção do conhecimento histórico africano assumiu o *status* de uma ciência no sentido moderno do termo. Até então, os trabalhos referentes aos estudos das sociedades africanas e seu desenvolvimento não chegaram, em vários aspectos, a possuir um caráter de uma história propriamente dita. Isto não quer dizer que não houvesse tentativas e mesmo grandes trabalhos ligados a história da África antes do marco acima indicado. Entretanto, tratou-se de estudos localizados em determinadas regiões e ademais, não foram trabalhos especialmente voltados para investigação histórica. As obras se caracterizavam por serem estudos amplos que incluíam conhecimentos de geografia, antropologia, etnologia etc. Algumas exceções existiram e podem ser ressaltadas no decorrer da exposição.

O fato é que uma historiografia da África concebida em sua totalidade e com procedimentos epistemológicos (objeto, metodologia, fontes, etc) exigidos atualmente é produto do pós-Segunda Guerra Mundial. Pode-se dizer que a historiografia da África possui duas etapas? Antes e posterior aos anos cinquenta do século XX? Assim concebe o historiador inglês John Fage, enfatizando que não se trata de um corte mecânico, mas de um processo cumulativo que, por uma variedade de condicionantes, possibilitou um salto qualitativo a partir do já enunciado referencial (FAGE, 1982).

Tendo isso em conta, a análise aqui esboçada toma como orientação a seguinte trajetória: primeiramente busca realizar uma abordagem dos trabalhos, direta ou indiretamente relacionados a história da África, desde os primórdios até a primeira metade do século vinte, para em seguida, discutir o salto pelo qual passou os estudos da história da África durante os anos 1950 e sua continuidade nas décadas posteriores. O disparate cronológico nesta forma de conceber a produção do conhecimento histórico africano não nos deve iludir. A intenção é demonstrar que se

trata de dois momentos qualitativamente distintos. Neste sentido, a idéia primordial esta relacionada à justificativa da existência de uma revolução na historiografia africana a partir da segunda metade do século vinte.

Tendo o exposto acima como referência, a exposição foi dividida em dois pontos centrais: o primeiro realiza uma abordagem panorâmica das produções relacionadas à história dos povos africanos desde as épocas mais antigas indo até o momento da colonização. Este acúmulo de conhecimentos a respeito da África e sua história possibilitaram a base para uma virada a partir do fim da Segunda Guerra Mundial. O segundo ponto leva em conta este desenrolar anterior dos estudos sobre a África, mas, dedicará sua atenção aos novos elementos que formaram a alavanca para elevar a história da África ao patamar das demais historiografias mundiais, apresentando aportes com inovações fundamentais para a produção historiográfica em outras partes do mundo.

3.2.2 Primeiro período: a África desconhecida de quem?

O primeiro período a ser submetido à análise não só compreende uma dimensão cronológica muito ampla, como também não se trata de um todo homogêneo, tão pouco de uma evolução linear: houve rupturas e descontinuidades. Para melhor compreensão de como a história africana fora tratada nesta etapa é interessante levar em conta uma divisão cronológica que esteja relacionada ao processo de desenvolvimento das sociedades africanas. Alguns momentos serão destacados: inicialmente a antiguidade com seus observadores clássicos, em seguida, os trabalhos dos historiadores árabes ou norte-africanos que escreveram em língua árabe. Na seqüência, se apresenta os escritores europeus que elaboraram documentos e obras sobre a África. Será visto então a produção européia durante três momentos distintos e de suma importância para a história da África: o que foi produzido durante a existência do tráfico atlântico de escravos, o século XIX e as novas incursões européias pelo interior do continente, por fim, a historiografia da colonização compreendendo a primeira metade do século vinte.

3.3.3 Possibilidades de conhecimento sobre a antiguidade africana

Durante a antiguidade, os historiadores ou estudiosos que, de alguma forma, elaboraram trabalhos ligados ao conhecimento histórico não tomaram a África como objeto específico de seus estudos. Preocupavam-se ou se ocupavam com o conhecimento o mais amplo possível a respeito do mundo até então alcançado por suas respectivas civilizações. Desta forma, para os escritores gregos, por exemplo, a África setentrional fazia parte do mundo e por isso fora objeto de suas observações e estudos.

O mesmo não aconteceu com a África ao sul do Saara. Se ao norte houve várias incursões dos antigos no intuito do conhecimento *in loco* destes povos, na África conhecida como subsaariana o conhecimento que adquiriram era de segunda mão. As informações contidas nos textos antigos a respeito desta parte do continente africano são esporádicas. Para se ter uma noção do conhecimento sobre África por parte dos escritores antigos pode-se citar Heródoto. Este dedica atenção especial ao Egito sem, contudo, deixar de observar a Etiópia, ou seja, a África ao sul das fronteiras do antigo Egito (FAGE, 1982)⁸.

Nesta referência à antiguidade clássica se pode observar que se por um lado o continente africano era objeto de alguns escritos, notadamente a África mediterrânea, por outro lado, não se trata de tomar as sociedades da África como objetos específicos de estudos. Por exemplo, embora Heródoto se ocupasse ainda ao norte e por vezes a região da Núbia, em remontar (montar) o passado dos povos etíopes (negros), no entanto o fazia pensando no conhecimento do mundo em sua totalidade que propriamente a África. Por isso, as obras dos antigos geógrafos, viajantes e historiadores não podem ser considerados como obras ligadas a historiografia particular da África. Entretanto, se constituíram como fontes escritas para construção de uma história africana. Por isso, não pode ser negligenciada sua importância, devendo ficar a ressalva de que estes textos são provas que comprovam a existência histórica de civilizações africanas desde a antiguidade. São estas fontes antigas escritas disponíveis para o período que vai do século quarto anterior a era cristã ao quinto da era cristã. Exceção feita aos antigos escritos dos egípcios que

⁸O termo etíope divulgado pelo historiador grego Heródoto, significando povos de rosto queimado, possivelmente tenha sido o primeiro termo generalizado a se referir aos povos negros africanos. Muito embora, seja mais provável que Heródoto fizesse referência apenas aos Núbios, povos negros que mantinham um poderoso império ao sul do antigo Egito. (FAGE, 1982).

antecederam a este período, porém restritos à civilização egípcia e cuxita (UNESCO, 1989)⁹.

3.3.4 A avalanche árabe e sua diversificada influência na África

O conhecimento das sociedades africanas e seu passado fora ampliado com a presença dos árabes ao norte do continente e sua influência, nas regiões conhecidas como Faixa Sudanesa (DAVIDSON, 1970)¹⁰ e Costa Indica africana (MURREY, 2004)¹¹. Tratou-se de escritores árabes ou norte africanos arabizados, isto é, falavam e escreviam em língua árabe, ao mesmo tempo em que comungavam a mesma religião, o Islã. Estavam melhores informados que os antigos, não se tratando, de esporádicas incursões pelo interior saariano, de breves estadias no Egito ou em circunstanciais viagens pelo Índico através do mar vermelho (DJAIT, 1982). O comércio transaariano (HERNANDES, 2005)¹² e suas rotas levaram inúmeros eruditos mulçumanos de varias origens – Magreb (MURRAY, 2004)¹³, Andaluzia,

⁹ Cuxita faz referência a Cuxe (Cush). Por sua vez, Cuxe se refere aos povos da Núbia, região ao sul do Egito. Cuxe foi um poderoso Estado que se desenvolveu nas fronteiras ou portas sul do Egito, abaixo de Assuam. Este Estado manteve relações políticas, culturais, comerciais e bélicas com a antiga civilização egípcia. Relações estas bastante paradoxais, pois de dominados pelos egípcios, fizeram uma das mais fantásticas reviravoltas da história, quando dominaram seu antigo colonizador, se constituindo em dinastia faraônica, conhecida como a vigésima quinta ou dinastia etíope. Portanto, é de salientar que as fontes egípcias são também relevantes para se compreender a civilização núbia ou cuxita. Os cuxitas tiveram, em determinado momento, uma escrita autóctone, porém ainda não decifrada. O que se pode conhecer dessa civilização africana se extrai de fontes egípcias ou dos monumentos arqueológicos de sítios ao norte do atual país Sudão, onde se localizava este antigo império, ao mesmo tempo, parceiro e rival do antigo Egito. (UNESCO, 1989).

¹⁰ A palavra Sudan veio do árabe “Bilad es Sudan”, país dos negros. Este termo foi utilizado pelos árabes antigos para se referirem aos povos africanos que habitavam as regiões abaixo a do deserto do Saara. Este termo perdurou e atualmente a expressão “Faixa Sudanesa” é uma terminologia genérica que se refere a uma região geográfica e cultural da África. Esta região está situada abaixo do deserto do Saara, e compreendendo seus limites, no sentido oeste-leste, o oceano Atlântico e os planaltos etíopes. Vários países africanos fazem parte desse bloco geográfico-cultural africano. Povos sudaneses são as populações que vivem nessa área africana. Cultura sudanesa seria então uma diversidade de culturas africanas, não significando um termo étnico. (DAVIDSON, 1970).

¹¹ Região da África banhada pelo oceano Índico, fazendo parte da chamada África Oriental ou Leste africano. Moçambique, Quênia, Tanzânia, etc. são países localizados nessa região africana. (MURRAY, 2004).

¹² O comércio transsaariano se constitui como sendo uma intrincada e extensa rede de comércio com caráter internacional, pois, além de interligar o norte e o sul do deserto do Saara, possibilitou trocas comerciais entre sociedades africana, asiáticas e européias. Para a importância desse comércio na integração interafricana vide: HERNANDES, 2005.

¹³ O Magreb é uma terminologia geográfica para se referir a uma região específica localizada ao norte da África. Este termo é oriundo do árabe significando o ocidente. Quando os árabes utilizaram este conceito para a África buscaram definir a área que compreende o atual Marrocos, Tunísia e Argélia. (MURRAY, 2004).

Oriente Médio, etc. – ao contato com as civilizações do Saara, do Sudão e, em caso mais extremo, nas franjas da floresta tropical africana próximas ao Golfo da Guiné¹⁴. Este comércio favoreceu a presença de norte-africanos no Sudão Ocidental (MURRAY, 2004)¹⁵, dando a estes oportunidades de conhecerem os reinos sudaneses (DAVIDSON, 1970)¹⁶, assim como, em contato com a tradição oral, escrever obras sobre estas sociedades.

Do mesmo modo o comércio da Costa Oriental Africana (DAVIDSON, 1970)¹⁷ levou vários eruditos árabes a percorrem as cidades costeiras e portos ligados às ilhas vizinhas da Costa Índica. Portanto, também favoreceu o conhecimento dos árabes sobre as civilizações urbanas, costeiras, comerciais e marítimas, dando origem à síntese cultural Swahíli (UNESCO, 2001; SILVA, 2002).¹⁸

Do século IX ao XVI uma variedade de historiadores e geógrafos árabes ou arabizados percorreram o império mulçumano e as regiões com as quais se relacionavam comercialmente, dando como resultado uma imensa produção de obras que retratavam as culturas por eles conhecidas. A África pertenceu ao universo abarcado por estes intelectuais, destacando-se os trabalhos do geógrafo Ibn Batuta (KI-ZERBO, 1999)¹⁹ e do historiador Ibn Kaldum (JALDÚN, 1997)²⁰, ambos do século XIV.

¹⁴ A região da África conhecida como Golfo da Guiné está situada nas latitudes norte próxima a linha do equador e banhada pelo Atlântico. As áreas vizinhas à costa litorânea dessa região possuem uma paisagem marcada por uma floresta tropical, semelhante à mata atlântica brasileira. Países como Togo, Benim, Guiné Conacri, etc estão localizados nesta área.

¹⁵ O “Sudão Ocidental” é a área africana pertencente à “Faixa Sudanese” localizada ao norte da linha do equador e que se projeta para o Atlântico. É também conhecida como a “Protuberância africana”. Longitudinalmente é a região da África mais extrema no sentido oeste. (MURRAY, 2004).

¹⁶ Reinos sudaneses é uma conceituação genérica utilizada para se referir a um conjunto de processos históricos onde se configuraram o desenvolvimento de uma série de sociedades estatais africanas na região conhecida como “faixa Sudanese”. A variedade de formas estatais assumidas por estas civilizações africanas e a extensa temporalidade a qual esta envolvida, compreendendo o período que vai do século quinto ao dezenove da era cristã, demonstram a complexidade histórica da África. (DAVIDSON, 1970).

¹⁷ Este comércio índico ligava a Costa Oriental africana às longínquas terras das índias e China e Golfo Pérsico. É considerado como sendo a contrapartida ao comércio transaariano nesta região. Área que vai da Península da Somália ao Canal de Moçambique. (DAVIDSON, 1970).

¹⁸ A cultura Swahíli (Suafíli) é uma expressão cultural africana da Costa oriental Índica. Esta cultura é marcadamente conhecida por dois aspectos essenciais: a língua Ki-swahíli e a fusão de elementos culturais da África e Ásia. O que se denomina de Swahíli é uma cultura africana que sofreu influência marcadamente árabe com elementos secundários da Índia. (UNESCO, 1991); (SILVA, 2002).

¹⁹ Ibn Batuta geógrafo e viajante norte africano, comumente confundido como sendo árabe exatamente por falar a língua árabe e ser mulçumano, provavelmente nascido no Marrocos. Foi um dos maiores viajantes da História humana percorreu quase todo o império árabe no século quatorze. Muito escreveu sobre as sociedades e reinos africanos. (KI-ZERBO, 1999).

Alguns aspectos das obras desses autores muçulmanos podem ser mencionados, três parecem ser de suma importância. A primeira característica a se destacar se refere ao fato de terem sido obras, em sua maioria, descritiva. São considerados trabalhos profícuos no que diz respeito ao manancial de informações que oferecem sobre as sociedades da época. No caso da África, além da região norte e da costa oriental, a faixa sudanesa está plenamente envolvida em suas viagens e estudos. Não deixaram de fazer referências e tentativas de construir o passado dos povos pesquisados. Neste caso, deve-se levar em conta a segunda característica da produção histórica dos muçulmanos, a saber, o fato de seus escritos não se preocuparem com uma montagem sincrônica dos fatos do ponto de vista cronológico. Muitas vezes não se sabe claramente se em determinado momento estão se referindo à sua contemporaneidade ou a épocas anteriores. De outra ordem é a terceira marca desses estudos a situação referente a autenticidade dos relatos feitos pelos autores ou das fontes onde adquiriram as informações. Este é o centro da problemática. Na maioria das vezes há dúvidas se são informações adquiridas *in loco* ou relatos de viajantes e comerciantes. Exceção a ser feita quando se trata do incansável viajante Ibn Batuta, conhecedor direto do mundo muçulmano. Parece-nos que esses autores muito valorizaram os conhecimentos adquiridos pela tradição oral, não se sabendo com precisão que critérios utilizaram para interpretação dos dados oferecidos pela oralidade.

Neste contexto, merece destaque especial Ibn Kaldun, considerado por muitos como sendo um historiador moderno. Segundo Jonh Fage, o fato do norte-africano ter sido criterioso nos procedimentos metodológicos, desde o uso do processo de seleção das fontes a utilização do princípio da analogia entre os dados, faz deste um historiador no sentido pleno do termo (FAGE, 1982). Outrossim, foi também um filósofo da história ao elaborar, em seus estudos sobre a África, uma concepção cíclica ou elíptica do processo de desenvolvimento das sociedades (JALDÚN, 1997).

Outros textos africanos de caráter histórico em escrita e língua árabe foram as crônicas compiladas da tradição oral. São vários manuscritos espalhados pelas cidades do Sudão e da Costa Índica. Significando tentativas de por em linguagem

²⁰ Ibn Kaldun foi um estadista norte-africano muçulmano que viveu no século quartoze, portanto contemporâneo de Ibn Batuta. Como teórico Ibn Kaldun foi um iminente historiador e filósofo da história. (JALDÚN, 1997, p. 31-90).

escrita o que a tradição oral havia acumulado até então. Destacam-se: as crônicas das cidades de Kano²¹ e Kilwa²², cidades de regiões que embora não estivessem incorporadas ao império mulçumano, não deixaram de ser islamizadas. No entanto, em regiões vizinhas não islamizadas, o processo se repetiu, como no caso da antiga Costa do Ouro²³ onde se evidenciou a existência de crônicas históricas, escritas em alfabeto árabe, mas em língua africana (SILVA, 2002).

Importante, também, para a historiografia africana os dois estudos de Tombuctu (OLIVER, 1997)²⁴ intitulados Ta'rikh al-sudam e Ta'rikh el-Fattasch. Escritos no século dezessete, estes documentos históricos contam, narram, descrevem e interpretam o presente e o passado do Sudão Ocidental, em especial a história dos reinos do Gana, Mali e Songai, utilizando fontes escritas e orais. Como de práxis, foram escritas em árabe na língua africana. Talvez as duas maiores fontes escritas para a montagem da história desta região africana e um dos mais importantes trabalhos sobre a história escritos na África.

Caso de peculiar singularidade são os trabalhos de história realizados na Etiópia. Esta região possuía sua própria língua semítica, o aramaico. A literatura etíope fora preservada durante dois mil anos e no século quatorze produzia trabalhos de vulto como a "História das guerras", escrita pelo imperador Anda Syôn (KI-ZERBO, 1999)²⁵.

O impacto da produção intelectual de influência árabe mulçumana deu novos rumos aos estudos históricos africanos. Os trabalhos de eruditos muçulmanos, em especial dos geógrafos e historiadores, as crônicas compiladas da tradição oral, os Tarikh de Tombuctu e a tradição etíope, elucidam que a história era objeto de

²¹ Cidade Estado situada no Sudão Ocidental. Esta cidade africana, de tradição milenar, foi protagonista de um processo histórico que envolveu o processo de islamização de uma vasta região da África. Atualmente Kano está localizada ao norte da Nigéria e é composta hegemonicamente pela etnia háussa. No Brasil estes povos foram conhecidos como Malês. (SILVA, 2002).

²² Cidade Estado situada na Costa Indica africana, Kilwa foi um dos centros comerciais mais importantes da cultura Swahíli. (SILVA, 2002).

²³ Costa do Ouro era o antigo nome do atual país Gana. Foi uma importantíssima região da Costa Atlântica africana onde se estabeleceu grandes empórios comerciais desde os tempos do tráfico de escravos e da colonização. (SILVA, 2002).

²⁴ Cidade às margens do rio Níger, verdadeiro centro de cultura, famosa durante a existência das civilizações imperiais do Mali e Songai, Tombuctu é vista pela historiografia africana como exemplo da magnitude em que atingiu o desenvolvimento cultural africano durante os séculos doze e dezessete. (OLIVER, 1997).

²⁵ A Etiópia possui uma história singular na África. Desde a antiguidade existia nessa região do nordeste africano um império conhecido como Axum. Posterior à antiguidade Axum passou por um processo de cristianização se constituindo um importante Estado cristão contemporâneo ao império Bizantino. Durante essa época foi escrita uma obra de história monumental intitulada "História das guerras" possivelmente escrita pelo imperador etíope Anda Syôn. (KI-ZERBO, 1999).

pesquisa e análise de muitos estudiosos das mais variadas regiões. Não obstante, o continente como um todo ainda era desprovido de tais vantagens. Se por um lado algumas regiões são objetos dessas investigações, por outro, um espaço imenso necessitaria ser incluído numa história do continente em sua totalidade.

3.3.5 A luneta europeia perante a interferência do tráfico de escravos atlântico

A partir do século XV os europeus da era moderna produziram materiais que passaram a serem utilizados como documentação para o conhecimento histórico africano. Em sua maioria, foram trabalhos de descrição sobre as sociedades que tiveram contatos na costa africana e em seu interior imediato por conta do tráfico mercantilista de escravos (HRBEK, 1982). Quatro regiões se destacam: a Costa da Guiné (PESTANA, 2006)²⁶, região centro africana do Congo²⁷, vale do Zambeze²⁸ e Etiópia. Os europeus não haviam tomado o continente africano em seu conjunto como objeto próprio da história. Entretanto, estas obras dos séculos dezesseis e dezessete formaram fileira aos escritos árabes como contribuição a historiografia africana.

Na segunda metade do século XVIII o movimento abolicionista do tráfico e da escravidão contribuiu para despertar o interesse europeu sobre o continente africano no intuito de conhecê-lo mais detidamente. No que se refere ao conhecimento histórico, as produções estavam voltadas para a defesa da abolição ou manutenção do binômio tráfico-escravidão. Neste contexto, são produzidos trabalhos importantes como as Histórias do famoso reino do Daomé (THORNTON, 2004)²⁹. Em âmbito maior, ainda na primeira metade deste mesmo século (1736-1765), a História Universal publicada na Inglaterra continha capítulo dedicado a

²⁶ Costa da Guiné é uma região da África voltada para o Atlântico, onde se estabeleceu um grande sistema de feitorias e fortes armadas com finalidade de estruturar o comércio entre a África e a Europa. (PESTANA, 2006).

²⁷ A região centro africana do Congo compreende a porção ocidental da África onde estão localizados países com a República Democrática do Congo e Angola.

²⁸ O Zambeze é um dos maiores rios da África. Nasce na região central da África e seu curso toma a direção do oriente desembocando no oceano Índico. Na região do Zambeze se desenvolveu um importante império africano conhecido como Monomotapa. Este Estado africano era controlador de uma poderosa rota comercial que ligava a floresta africana ao litoral índico. Países como Zâmbia, Zimbábue e Moçambique são territórios por onde corre este caudaloso rio.

²⁹ O reino do Daomé esteve localizado na Costa Ocidental da África onde hoje estão os países do Togo e do Benin. Direcionado suas atividades para o comércio Atlântico este reino africano é concebido por parte da historiografia como tendo sido um Estado especializado no comércio de escravos sendo comumente apresentado como exemplo do envolvimento dos africanos nesse tráfico. (THORNTON, 2004).

África, onde foram utilizadas fontes como os escritos europeus dos séculos dezesseis e dezessete e as obras dos árabes, em particular os trabalhos de Leão, o Africano (UNESCO, 1982)³⁰. Portanto, pode se observar que a partir do século dezoito a história da África aparece timidamente em obras de História Geral e em alguns trabalhos regionalmente localizados. Esse padrão de inserção da África como elemento secundário em compêndios de História Geral, perdura até os dias atuais, servindo inclusive como modelo para os manuais escolares.

Um balanço sobre a produção de materiais historiográficos a respeito da África a partir da intervenção européia durante a existência do tráfico atlântico de escravos apresenta, no aspecto quantitativo, um manancial incalculável referente à documentação e, no aspecto qualitativo, algumas características apontando para a África como objeto específico de estudos históricos, como no caso citado dos historiadores abolicionistas. No mesmo sentido, houve uma ampliação do conhecimento referente às áreas abrangidas, como a África Atlântica, por exemplo. Não obstante, mantêm as características assinaladas quando da análise dos antigos e árabes, ou seja, a África ainda era desprovida de um conhecimento histórico em sua totalidade e a maioria dos trabalhos podem ser considerados de caráter etnográfico do que propriamente histórico, se configurando como documentação para os historiadores.

3.3.6 A luneta européia a partir das incursões geográficas ao interior do continente africano

A partir do século dezenove a posição dos europeus em relação ao continente africano tomou a forma de assertiva, posteriormente assumida pelo colonialismo, isto é, a convicção de que os povos africanos não possuíam história. É comum relacionar a matriz dessa concepção de aistoricidade dos africanos a Hegel e, em certa medida, ao positivismo com o estabelecimento das fontes escritas oficiais como sendo o critério "científico" para a determinação da existência de povos "com" ou "sem" História. Esta é uma discussão que merece pesquisa mais detalhada. Não

³⁰ Leão, o africano foi um intelectual mulçumano da África que viveu no século dezesseis. Após ser capturado pelos europeus e transformado em escravo fora presenteado ao papa por ser rapidamente identificado como grande estudioso. Muito do que os europeus passaram a conhecer sobre o continente africano nesse período se deveu aos escritos desse intelectual estadista africano. (UNESCO, 1982).

obstante, foi exatamente neste período que começou a investigação e exploração da África em sua totalidade motivado por interesses variados: desde a luta contra a escravidão e o tráfico da Costa Índica africana, até um simples sentimento de aventura, perpassando por objetivos missionários, etc.

A literatura a respeito dos caminhos percorridos pelos europeus no século dezenove e suas incursões à África é vasta. Do Saara ao extremo sul do continente muito se escreveu para tornar conhecido da Europa os povos e a geografia da África. Com certa reserva, pode-se afirmar que pela primeira vez este continente fora objeto do conhecimento em sua totalidade. Apesar de se ter escrito trabalhos sobre a geografia e história africana, o principal resultado foi o grande manancial de materiais recolhidos durante as viagens e estadias desses europeus no interior africano. Documentação esta de grande valia no sentido de poder ser utilizadas para a construção do conhecimento histórico africano. Esses viajantes recolheram e organizaram documentos escritos, assim como compilaram tradições orais e quaisquer traços que se referisse ao passado e presente africano (KI-ZERBO, 1999)³¹.

3.3.7 A luneta européia: diante do estigma da colonização

A partir do último quartel do século XIX a relação do continente africano com a Europa modificou-se. O processo de redivisão do espaço africano pelos países europeus e a consequente ocupação e colonização deu vez a uma concepção que, se não surgida nesse momento, tomou corpo e se consolidou com a conquista do continente. Trata-se da pregação, em várias esferas do conhecimento, da inferioridade dos povos africanos em relação a outros povos do planeta, principalmente em sua analogia com o europeu.

A ideologia do racismo é o aspecto imperativo da historiografia africana que vai desde as últimas décadas do século antepassado às vésperas da Segunda Guerra Mundial. Segundo o historiador Jonh Fage, Hegel não exerceu influência direta

³¹ Uma lista “infindável” de literatura sobre a África feita por esses “desbravadores” poderia ser mencionada sendo publicadas em várias edições em sua época. Destacou-se o cientista Henrich Barth que percorreu o centro do Saara até o Sahel ocidental deixando valiosos relatos das sociedades e culturas que conheceu na África. O mais famoso desses “exploradores” foi o missionário David Livingstone que publicou trabalhos sobre o sul do continente tomando, neste íterim, a defesa do abolicionismo. Seus livros ganharam repercussão extraordinária, conquistando a simpatia do público europeu. (KI-ZERBO, 1999).

sobre a historiografia africana (VOLTAIRE, 2007)³², entretanto, pode-se argumentar que as idéias desse pensador europeu estavam, por assim dizer, diluídas em vários trabalhos sobre a África (FAGE, 1982). Constatase, por exemplo, nos escritos do viajante Richard Burton (1821-1890) (RICE, 1991)³³ afirmações quanto a "verdadeira colocação" dos africanos na escala das raças, ou seja, na "camada mais inferior". No início do século vinte, essas idéias foram explicitamente defendidas, com plena aceitação, quanto ao fato de a África não possuir história, sendo considerada apenas objeto unicamente de outras ciências como a antropologia, etnologia e arqueologia.

O racismo também se manifestou por omissão em várias publicações de História Geral editadas neste período. A África, quando era citada, ocupava um espaço irrisório, sendo vista apenas como apêndice da política externa da Europa. Como vimos anteriormente, este aspecto vem desde o século dezoito. Interessante reafirmar o quanto os livros didáticos se referenciam nesta historiografia européia ao representar a África como mera extensão da História da Europa.

Talvez uma exceção possa ser apresentada: o investigador alemão Leo Frobenius (2007)³⁴ que muito escreveu sobre a África durante as quatro primeiras décadas do século vinte. Seus trabalhos contêm o paradoxo de serem obras com bastantes dados, porém, especulativa em suas análises, especialmente quando trata das origens das civilizações africanas. Nos trabalhos de Frobenius (2007) a África era objeto simultaneamente de estudo antropológico, arqueológico e histórico.

Neste período, parte do que se poderia chamar de História da África foi escrita por pessoas que trabalharam na administração colonial. Suas obras, foram monografias que, ora reproduzindo preconceitos, ora tentando superações, são frutos de experiências vividas na África como agentes da colonização.

Ressalva especial deve ser dada aos trabalhos dos historiadores africanos que tiveram, durante a colonização, uma formação européia e escrevendo em língua

³² As idéias hegelianas afirmam ser a África desprovida de história por não fazer parte do processo de "auto- alienação do espírito". Essas idéias estavam incluídas dentro da sua concepção da filosofia da história segundo a qual a natureza possui caráter ahistórico por não expressar "autoconsciência de si mesma". Nesta lógica, os povos africanos são igualados à chamada "natureza morta", isto é, não saíram do "estado animal" no sentido pejorativo do termo. Estas afirmações foram reforçadas pela teoria do "darwinismo social" em fins do século dezenove. (VOLTAIRE, 2007).

³³ Aventureiro inglês, um dos responsáveis pela descoberta, no século dezenove, das fontes do rio Nilo. (RICE, 1991).

³⁴ Este estudioso autodidata alemão muito contribuiu para o conhecimento dos povos e culturas africanas sem, contudo deixar de reproduzir axioma racista, tais como buscar fora da África às origens das civilizações africanas. (FROBENIUS, 2007).

estrangeira. Criticavam os princípios axiomáticos do racismo contidos na versão colonialista. São, por assim dizer, uma espécie de “resistência” à ideologia colonizadora, quiçá sua antítese mais imediata. De outra ordem, são as monografias feitas por autores africanos e em língua africana, configurando-se uma historiografia importante de autores locais. Importante pesquisa seria estudar estas duas possibilidades de uma historiografia africana ainda no período colonial. Infelizmente quase não existe texto em português sobre este aspecto do conhecimento africano.

Se o racismo colonialista é a marca fundamental desse período, isto deve ser compreendido tendo em conta o papel que as ciências humanas tiveram para o conhecimento das sociedades africanas. A África foi um dos seus grandes campos de estudos da antropologia. As teorias antropológicas que defendiam teses especulativas sobre as origens das civilizações africanas tiveram grande aceitação nesse período. A obra *Raças da África* de 1930, do antropólogo Seligman popularizou a idéia de uma origem "camita oriental" para o avanço das sociedades africanas. Se bem que, a partir de 1930, as obras de Malinovski e Radcliff Brow tenham posto fim a essas especulações sobre a origem estrangeira como sendo fator determinante para a evolução africana, não deixou, porém, de tratar essas sociedades dentro de uma perspectiva metodológica ahistórica. A arqueologia e a paleontologia surgem no mesmo processo que a antropologia. A colaboração da linguística, organizada na década de 1920, dentro da concepção estruturalista de Sussure, para a história da África. Já é por demais conhecido, bastando salientar o avanço que a história da África subsaariana obteve com as teorias dos lingüistas (OLDEROGGE, 1981; GREENBERG, 1981) a respeito da "Dispersão Bantu" (DALBY, 1981; DIAGNE, 1981).

Embora muito material fosse descoberto por estas ciências ainda estavam preocupados com determinados aspectos das sociedades do que com o seu conjunto. Apesar do fato de que grandes contribuições fossem feitas para a historiografia africana até as vésperas da Segunda Guerra Mundial, o salto qualitativo para construção de uma História Geral da África estaria por vir.

3.3.8 Segundo período: a África descortinada por si mesma

O surgimento e proliferação das universidades contemporâneas africanas (OLIVER, 1997)³⁵, acompanhadas pelo processo político de descolonização e formação dos Estados Nacionais na África foram os fenômenos históricos que, após décadas de dominação cultural européia, determinaram o que se passou a chamar de "renascimento cultural africano". A historiografia da África participou desse movimento.

O processo de descolonização e a consequente independência dos povos africanos se constituíram como um fator decisivo para a "virada" da historiografia da África, configurando-se como uma espécie de "revolução" historiográfica. Esse fenômeno na produção do conhecimento histórico africano possuiu dois sentidos: primeiramente dotou a história da África de uma metodologia criteriosa, moderna e científica; segundo, realizou uma crítica ideológica à visão colonizadora. Portanto, não se tratou apenas de afirmar o caráter histórico da África, mas, desenvolver uma nova qualidade nesses estudos históricos. Dois momentos devem ser elucidados: o período dos movimentos de descolonização (1947 a 1960); e, a partir de 1960, o período da formação dos Estados Nacionais.

No primeiro momento a historiografia africana foi marcada pelo advento e expansão das universidades modernas na África e a fundação da Sociedade Africana de Cultura e sua revista "*Presença Africana*" (HERNANDES, 2005)³⁶, a qual empenhou-se na construção, entre outros objetivos, de uma história descolonizada. A atuação dessa revista se deu primordialmente nos países europeus, onde havia uma geração de intelectuais africanos formados nas técnicas européias de investigação histórica, que começara a produzir trabalhos voltados para o passado africano, tendo como ponto de vista o africano, na perspectiva de buscar uma identidade cultural negada pelo colonialismo.

³⁵ O acontecimento de universidades na África é muito antigo. Por volta do século treze e quatorze cidades como Tombuctu e Djené na África Ocidental eram verdadeiros centros culturais onde instituições universitárias se proliferaram. Nesta parte desse texto a referência às universidades está relacionada àquelas criadas a partir do fim da Segunda Guerra Mundial. Essas universidades foram implementadas por iniciativa das antigas metrópoles européias, fazendo parte de um amplo projeto de reformas políticas e educacionais visando conter os movimentos de independência africanos. (OLIVER, 1997).

³⁶ A revista "*Presence Africaine*" foi criada no de 1947 e teve papel importantíssimo na criação de uma visão descolonizadora da África. (HERNANDES, 2005).

Para a historiografia da África, a multiplicação das universidades, a partir de 1948, teve significado decisivo à medida que essas universidades organizaram, a seu modo, Departamentos de História. Esses Departamentos de História a princípio era compostos basicamente de historiadores europeus, não tardando a surgir profissionais africanos. Portanto, durante a década de 50 a historiografia africana irá se equiparando às de outros continentes. Por isso, se podem considerar os estudos da História da África, como sendo, atualmente, uma atividade bastante consolidada e com especialistas de alto nível.

Se as universidades africanas foram importantes para a criação da ciência histórica propriamente nacional na África, a partir dos anos sessenta, as independências dos países africanos, com a conseqüente formação dos Estados Nacionais, assumem papel de vital importância no sentido de popularizar o conhecimento da História da África. Isso implica em observar que a História da África parte do contexto acadêmico para se incorporar ao sistema de ensino básico. Uma questão fundamental a ser colocada sobre esta tentativa dos Estados africanos em disseminar o conhecimento da História foi o ímpeto de se criar uma variedade de "histórias nacionalistas africanas" que, pouco se preocupa com o estudo da totalidade do continente e, muito menos ainda, com a incorporação da História da África à História Geral da humanidade, apresentando, junto à problemática do eurocentrismo, a do "chauvinismo africano" (FAGE, 1982).

Entretanto a necessidade de um tratamento geral a ser dado a História da África não se diluiu com essa perspectiva nacionalista. A comprovação disso acontece em 1969 com a execução, pela Unesco, do projeto de construção de uma História Geral da África. O caráter dessa proposta criada pela UNESCO não se restringe ao fato de o continente ser objeto da ciência histórica como um todo, mas, sobretudo, nas suas relações com outros processos civilizatórios dos demais continentes. A História da África é, pois, uma singularidade num todo da evolução humana. Possui, portanto, um conteúdo geral assim como, um aspecto particular no desenvolvimento das sociedades humanas.

A transformação que passou a historiografia da África muito se deve aos fatores internos nela desenvolvidos. Entretanto, não se deve negligenciar a expansão que a história da África obteve, neste mesmo período, fora do continente. Foram as duas principais metrópoles colonizadoras, Inglaterra e França, que tomaram a iniciativa de criar a disciplina História da África nas universidades dos seus próprios

países. A partir dos anos sessenta, a História da África se expande além das fronteiras europeias, notadamente na América do Norte (EUA e Canadá). Nessa época surgem, nesses países, muitos estudiosos interessados em especializações na história africana. Entretanto, na América Latina, os estudos sobre a história da África só toma corpo nos anos oitenta e é nesse contexto de inserção tardia da história da África no ensino que se encontra o Brasil.

3.3.9 Para efeito de conclusão: um novo começo se apresenta à historiografia da África - Problematizando o europocentrismo

Novos caminhos se abrem ao conhecimento histórico africano? Pode-se dizer que sim e não. Esta forma de encarar a questão parece ser um mero jogo de linguagem, entretanto, se for contextualizada toma um significado relevante, ou seja, ir à questão essencial das problemáticas historiográficas africanas, qual seja, a abordagem da África ainda continua europeizada ou superou definitivamente esta perspectiva, mesmo em autores africanos? Muito embora a historiografia africanista seja atualmente considerada de alto nível, o que possui de original? (BÃ HAMPATÊ, 198L; VANSINA, 1982). Questão análoga se coloca na análise dos livros didáticos atuais: a inclusão da África superou a “camisa de força cultural” europeia em que são estruturados esses livros?

Essas questões requerem pesquisas aprofundadas, tanto da historiografia africanista como dos atuais livros didáticos. Neste ínterim, cabem alguns posicionamentos que possam servir de guia para investigação. Primeiramente, salientar que estudos da África e sua história merecem estar lastreado primordialmente em autores africanos. Entretanto, esse procedimento indispensável não esgota a questão, pois, os próprios autores africanos devem ser passados por um clivo crítico, tanto do ponto de vista ideológico como científico, isto é, se superaram os postulados europeus ou se guardam filiações a formulações eurocêntricas e, no aspecto epistemológico, analisar as qualidades de domínio metodológico. Portanto, as obras de autores africanos não são em si mesma garantia de postulação ideológica e científica homogênea. Ademais, existem obras de autores não africanos que trazem contribuições as quais não podem ser ignoradas.

Por esse motivo, as análises sobre a África devem ser diacrônicas, observando o que realmente há de inovador na bibliografia e o que permanece no padrão anterior.

A problemática que rege este trabalho de investigação no livro didático de história se situa na temática da continuidade da visão europocêntrica da história, marcadamente determinando a estruturação e os conteúdos desses livros. Esta forma de apresentar o contexto em que está situado o problema da pesquisa impõe saber o que se entende por concepção eurocêntrica da história. Aparentemente essa é uma questão relativamente fácil de resolver, ou seja, seria a concepção que vislumbre a Europa como centro de um processo e dinamizadora do desenvolvimento das demais áreas do planeta a qual teve contato. Eurocentrismo seria a concepção de mundo que coloca o continente europeu como propulsor do desenvolvimento da humanidade, pelo menos desde os gregos antigos.

Nessa perspectiva, uma concepção que se contrapunha à idéia de que os povos europeus tenham cumprido o papel de demiurgo do desenvolvimento sócio-mundial seria necessariamente anti-eurocêntrica. Esta afirmativa pode ser aferida ao se colocar em questão uma obra clássica da historiografia africanista: o livro de Walter Rodney, *Como a Europa subdesenvolveu a África*. Esta obra marcou época nos anos setenta do século passado quando estabeleceu ser a Europa a responsável não pelo desenvolvimento africano, mas, pelo seu subdesenvolvimento. Esse autor inverteu a premissa basilar do eurocentrismo, responsabilizando a Europa pelo denominado atraso africano e, conseqüentemente, interrompendo o desenvolvimento autônomo das sociedades neste continente. A tese de Rodney surgiu no momento em que vigorava as teorias do “subdesenvolvimento terceiro mundista”, constituindo-se como a versão africanista desse referencial teórico. Essa obra passou a ser um marco importante na releitura da história da África contrária às teses europeizadas.

A questão que se coloca na atualidade é a validade do postulado que concebe a superação do eurocentrismo referenciado na denuncia das mazelas européias causadas à África. Isso não significa que a atual historiografia africanista perca seu aspecto de denúncia. Ao colocar a Europa como responsável pelos problemas do continente africano, não continuaria sendo a Europa o demarcador da história da África? Só que com um viés negativista, ao contrário da visão eurocêntrica que era otimista? De uma forma ou outra, a história da África continuaria sendo explicada a partir da intervenção européia sob seu curso.

Esta é a forma como os livros didáticos de geografia têm se colocado. Em pesquisa de sondagem em livros didáticos de geografia para o ensino fundamental, observou-se que a África é apresentada como o continente subdesenvolvido e a causa desse problema se explicaria por uma condicionante histórica: o colonialismo europeu que condenou este continente ao atraso. Esta tem sido a representação do continente africano nos livros didáticos de geografia: a África subdesenvolvida produto do colonialismo. Dessa representação se extrai alguns elementos. Primeiramente, cria o estigma da África como área atrasada do planeta. Em segundo lugar, a história da África só passa a existir a partir do colonialismo no século XX, logo, não havia história da África anterior à presença européia. A África aparece como um espectro na história, do nada surge no século XX em decorrência da invasão européia sobre si. Em terceiro lugar, uma dedução das assertivas anteriores, a África atual é considerada como produto da intervenção Européia.

A historiografia africanista atual não permite mais essa modalidade de reducionismo (CURTN , 1982; HAMA, BOUBOU; KI-ZERBO, 1981). A África possui o desenvolvimento social mais antigo do planeta, tratando-se de um processo civilizatório milenar. A África atual deve ser compreendida como síntese que envolva aspectos de sua longa história e elementos da contemporaneidade. Portanto, a África combina e tensiona a realidade de suas estruturas tradicionais com as inovações imposta pelo imperialismo contemporâneo. Essa forma de ver a questão do desenvolvimento histórico africano rejeita o ponto de vista de conceber a realidade africana como mero expoente da mazelas do colonialismo europeu.

Tendo isso em conta voltamos ao início da problemática exposta acima: a idéia de que a Europa conduziu os destinos da África. Atualmente este postulado é considerado insuficiente, pois significaria ignorar a história autônoma da África. Isso não deve ser interpretado como uma negligência da importância do colonialismo para a história da África e o quanto esse fenômeno foi responsável pelos problemas que este continente vive na atualidade. O fundamental, nesse aspecto, é evitar o reducionismo. Portanto, construir uma história não eurocêntrica para a África atualmente implica em não mais tratar os marcos europeus como definidores de sua história e sim como elementos constituintes dela. Esta condição será essencial para se ampliar o horizonte histórico do continente africano que possibilite ver a África em sua dimensão própria, ou seja, sua história não se resumiu a ser fornecedora de mão de obra e matérias primas. Este talvez seja o

estigma mais contundente que a atual historiografia africanista tem apresentado. Saber se os livros didáticos de história publicados no Brasil têm acompanhado esse processo de inovações no conhecimento histórico africano faz parte da problemática da pesquisa.

3.3.9.1 Alguns problemas do ensino da história da África

Conhecer a África pressupõe, antes de qualquer estudo, desconstruir as estereotípias que estigmatiza este continente. Tendo isso em conta, a questão de se levar à história africana para sala de aula engloba dois processos correlatos. Inicialmente discutir preconceitos sob os quais o aluno poderá estar munido. Sustentado nesta sondagem surge o desafio de como trabalhar a África desfazendo e refazendo conceitos. Isto se coloca porque uma série de equívocos conceituais revestiu a visão sobre os povos africanos, desfazê-lo não é simples, mas forçoso e urgente. Como foi posto acima, a compreensão do continente africano foi marcada pela interpretação eurocêntrica, restringindo os estudos sobre sua história aos temas do tráfico de escravos e colonialismo. A África antiga, dos grandes reinos e civilizações, não era mencionada nos livros didáticos e ignorada nas salas de aula. Reconstruir esta África nos livros didáticos passa pela reflexão de um novo pensar sobre conceitos e por um novo olhar sobre o próprio mundo

De modo recente, se admite a participação da África em acontecimento histórico mais amplo, como a origem humana. Esta questão, confirmada pela paleontologia atual, aparenta ser simples para uma defesa, no entanto, acarreta implicações não observáveis de imediato. Aprender que a origem da humanidade foi na África, implica em admitir que o fenômeno da cultura e da civilização que acompanha o advento dessa espécie foi também neste continente. Portanto, a África é simultaneamente o lugar de origem da humanidade, cultura e civilização. Isto parece ser uma dose excessiva de conhecimento para que o livro didático assumira sem restrições ou ocultamentos. Isso se verá mais adiante nos capítulos destinados à pesquisa.

Como exemplo recorrente nos livros didáticos de história vale mencionar o caso do Egito antigo. A civilização egípcia, apesar de ser apresentada com esplendor, era referenciada ao oriente e não ao continente africano. A conceituação do crescente fértil demonstra essa perspectiva de dissociar o Egito de sua verdadeira

localização, pois está em seu âmago relacionar o Egito ao oriente médio, deslocando-o do seu centro, a África. Nesta especificidade, é fundamental trabalhar o Egito antigo como uma civilização nilótica e com isso relacioná-la a outras civilizações antigas existentes no curso do rio Nilo é de suma importância para inseri-lo na história da África³⁷. Portanto, o abandono do conceito de crescente fértil, substituindo-o pelo de civilização nilótica se torna passo importante para uma revisão do estudo do Egito antigo, por conseguinte, da presença africana no livro didático. Essa discussão será retomada mais detidamente quando do trato desse tema.

A história dos reinos antigos a exemplo de Axum, Cuxe, Gana, Mali, Songai, Benin, Congo, as cidades-estados Youruba, Haússas e Swuahíli na maioria dos casos, são desconhecidas dos professores. Este desconhecimento histórico é por sua vez histórico, à medida que não existia, até recentemente, nas universidades a obrigatoriedade da disciplina história da África. A questão que se coloca é se a realidade do momento com a obrigatoriedade de inclusão do estudo da história africana em todos os níveis de ensino pode ser vista como transição. Percebe-se mudança na proliferação de cursos de especialização oferecidos por variadas instituições. Do mesmo modo, o enquadramento dos livros didáticos que incluíram a história africana pode está inserido nessa lógica de um ensino que omitiu a África

³⁷ Pouco depois do surgimento dos antigos egípcios apareceu outra civilização africana chamada de Cuxe (Cush). A civilização cuxita se localizou no mesmo curso do rio Nilo, porém mais ao sul numa área denominada Núbia, região de minas de ouro. Durante sua existência, o Estado cuxita manteve variados tipos de relações internacionais com o Estado vizinho, o Egito. De início, essas relações eram de caráter comercial, depois conflitos territoriais e guerras de fronteiras, posteriormente houve uma invasão egípcia à região da Núbia e o conseqüente domínio sobre os cuxitas com o objetivo principal de ter sob seu controle as minas de ouro. Com este acontecimento deu-se um processo de aculturação dos núbios, isto é, foram obrigados a aceitar a língua, a escrita, os costumes, as artes e, principalmente, a religião dos dominadores; deste modo, não aconteceu somente à ocupação militar, mas também um fenômeno de dominação ideológica. Enfim, deu-se uma completa colonização com todos seus requisitos culturais, ideológicos, econômicos e sociais. Foi um dos mais antigos sistemas de colonização do mundo. Com o tempo, os cuxitas expulsaram os egípcios e conquistaram sua independência. O mais interessante é que posteriormente os cuxitas deram o troco: invadiram o Egito e dominaram esse Estado por meio século tornando-se faraós. O processo de criação de Estados e Impérios na África iniciou-se há muito tempo, entretanto, esteve longe de se resumir a essa região ou cronologia. Na parte ocidental do continente, ao lado do Oceano Atlântico, em torno do grande rio Níger, estados poderosos sucederam-se ao longo dos séculos XV e XVI, como por exemplo, os reinos de Gana, Mali e Songai. Perto do litoral do golfo do Benin, povos se organizaram em cidades-estados independentes como os chamados Yorubás e outros em confederações a exemplo dos Achantis. Mais ao sul, beirando a floresta equatorial, desenvolveu-se os reinos do Congo e Ngola. Do outro lado do continente, na sua parte oriental, existiu um Império de nome Monomotapa controlador da rota do ouro desta área, assim como o foi o reino do Gana na África Ocidental. Na costa africana oriental, banhada pelo Oceano Índico, desenvolveu-se uma civilização formada por cidades-estados autônomas e em conflitos pelo domínio dos mares e o comércio internacional com árabes, indianos e chineses. Estes povos, conhecidos como civilização Swahili, criaram uma cultura tão profundamente enraizada que até hoje marca os países dessa região da África.

para um que a põe em evidência. O termo transição se coloca tanto pelo aspecto tímido das mudanças como por uma série de contradições existentes, aspecto notório quando se analisa a África no livro didático de história.

Isto posto é apropriado aventar algumas questões da história da África basilar para o ensino e análise do conteúdo do livro didático. De há muito tempo o continente africano é apresentado pela imprensa mundial como sendo a área do planeta onde predominam a fome, as guerras, as epidemias e os extermínios em massa. Em suma, é o lugar mundial da pobreza e da morte. A causa dessas calamidades é apresentada como sendo inerentes aos povos africanos, isto é, por estarem ainda no estágio tribal de desenvolvimento, não conseguem viver "civilizadamente". Neste sentido, tudo não passa de um processo de auto-extinção dos próprios africanos. Todos os conflitos, neste continente, são colocados como sendo de caráter étnico ou tratados como meras guerras tribais.

Estas concepções ocultam as razões atuais que provocam estas situações, como também descartam a realidade histórica da África. Como foi enunciado acima, normalmente, quando se fala em história da África pensa-se no tráfico de escravos, dando uma falsa imagem de que os africanos só viveram esta realidade. Por conta disto, levantar algumas questões a respeito do desenvolvimento histórico dos africanos torna-se fundamental, tanto para entender seu momento atual como para romper com preconceitos já estabelecidos de que na África não houve história antes da presença européia, mais claramente, a partir da expansão portuguesa pelo litoral africano no século XV.

Pelo exposto até agora é possível afirmar que a África esteve na vanguarda do desenvolvimento da humanidade não só no seu início como também durante um longo tempo do período chamado de civilização³⁸, o momento pelo qual surge o Estado, as grandes cidades, as artes "sofisticadas", as obras arquitetônicas de grande porte, etc. Mas, também, de realizações sociais como o fenômeno da existência das classes. Assim sendo, é admissível formular a idéia de que os conceitos de africanos e negros não têm muito sentido para os povos desse continente, pois quaisquer termos que ocultem as diferenças culturais ou sociais na África não possuem

³⁸ Foi com esta perspectiva que se apresentou a discussão sobre o Egito antigo, podendo ser considerada a primeira civilização humana. Essa civilização foi vislumbrada por arqueólogos como sendo um povo de "raça" branca. No entanto, historiadores africanos buscam demonstrar que se tratou de uma civilização negra, pois fora constituída de uma mestiçagem oriunda de vários povos africanos existentes ao sul e norte do vale do rio Nilo, notadamente negros. A gênese das realizações desta sociedade se deve a esses povos e não a influências do oriente.

capacidade de interpretação da sua realidade. Isso não diferenciava a África de outras regiões. Vale a ressalva que, para qualquer povo africano, invasor era todo aquele que o desejasse dominar, mesmo sendo um Estado inimigo dentro do próprio continente.

Em resumo, a África esteve na vanguarda do desenvolvimento tecnológico nos primórdios da humanidade, pioneira no acontecimento da civilização e continuou sendo uma das áreas do planeta mais desenvolvidas durante longo tempo. O que fez então da África a região onde são consideradas as mais precárias as condições de vida? Em que momento iniciou-se este processo de virada? Em outras palavras, por que a África de uma das regiões mais avançadas se tornou das mais atrasadas do mundo? Há alguma relação disso com a intervenção européia? Isso se colocar por ser o principal problema em estudar a África o conceito que se tem sobre este continente baseado na negação de sua historicidade e, em decorrência disso, de seu atraso. Superar o paradigma de uma África não desenvolvida, parada no tempo, é o desafio capital do resgate da história africana. Isso implica em superar as visões amplamente divulgadas sobre esta cultura cuja referência é sustentada na ambiguidade da miséria e fome de um lado e na beleza das savanas e sua fauna de outro.

O que se intencionou demonstrar é que os conteúdos da história africana apresentam nuances, constituindo desafios a quem se propõe levá-los a sala de aula. Nessa conjuntura o desconhecimento desse tema associado a estudos concentrados na história ocidental parece ser a realidade do ensino de história. Os livros didáticos têm trazido novidades sobre a África que possam vir auxiliar nesse contexto educacional, seu conteúdo será exposto a partir do capítulo seguinte. Antes, porém, algumas palavras sobre o método adotado tendo em vista o princípio de dissecação do objeto em que a pesquisa está metodologicamente amparada.

4 PROJEÇÃO DOS TEMAS DA HISTÓRIA AFRICANA NOS LIVROS DIDÁTICOS

O objetivo deste capítulo é tão somente apresentar um panorama amplo de como a história africana esta inserida nos livros didáticos. Isso se tornou necessário tendo em vista a problemática da pesquisa, a qual se preocupa, especialmente, com a forma em que a África esteja inserida no conjunto do livro didático. O que se buscou foi perceber o espaço ocupado pelos temas da história da África dentro da totalidade do livro. Esse tipo de exercício permitiu observar a dimensão que ocupa a África nos livros didáticos em analogia às demais áreas temáticas em que o livro trabalha. Atenção especial foi dada à analogia entre a dimensão da África e da Europa.

O capítulo foi dividido em três pontos: no primeiro foi feita a projeção da história africana em um conjunto de livros selecionados; no segundo, a projeção é realizada por livros individualmente, e no terceiro se faz uma classificação dos temas da história africana, presentes nos livros didáticos investigados. Com isso, se poderá observar a realidade em que se coloca a presença africana nos livros didáticos de história. Com este expediente, se poderá ter uma noção das condições de inserção da história da África nos referidos livros. O recurso ao método quantitativo será a tônica desse capítulo, entretanto, isso não ofusca a primazia que a pesquisa se propõe, qual seja trabalhar primordialmente com o princípio qualitativo. Por isso, dedicará o capítulo seguinte à triagem de temas e livros para um processo investigativo analítico, portanto, de cunho qualitativo.

Para fins deste capítulo e do seguinte se utilizará numerações para identificar os livros didáticos de história pesquisados, conforme a ordem da tabela abaixo:

Tabela 1 - Livros didáticos de história pesquisados

Numeração dos Livros	Indicações Bibliográficas
Livro 01	SERIACOPI, Gislane Campos Azevedo e SERIACOPI, Reinado. História: volume único. São Paulo: Ática, 2005.
Livro 02	FERREIRA, João Paulo Hidalgo e FERNANDES, Luiz Estevam de Oliveira. Nova História Integrada. Campinas, SP: Companhia da Escola, 2005.
Livro 03	SCHMIDT, Mario Furley. Nova História Crítica. São Paulo: Nova Geração, 2005.
Livro 04	REZENDE, Antonio Paulo e DIDIER, Maria Thereza. Rumos da História: história geral e do Brasil. 2 ed. São Paulo: Atual, 2005.
Livro 05	FERREIRA, João Paulo Hidalgo e FERNANDES, Luiz Estevam de Oliveira. Nova História Integrada. Campinas, SP: Companhia da Escola, 2005.
Livro 06	MOCELLIN, Renato. História: Volume Único. 2 ed. São Paulo: IBEP, 2005. (Coleção vitória-régia).
Livro 07	CAMPOS, Flávio de e MIRANDA, Renan Garcia. A escrita da história. São Paulo: Escala Educacional, 2005.
Livro 08	PEDRO, Antonio; LIMA, Lizânias de Souza e CARVALHO, Yone de. História do Mundo Ocidental: volume único. São Paulo: FTD, 2005.

4.1 Projeção da história da África em um universo de livros didáticos

O primeiro procedimento realizado foi selecionar oito livros de história geral do Programa Nacional do Livro Didático de História para o ano de 2008. Esse universo serviu como amostra da inserção da África no livro didático de História. Foram realizados dois exercícios com estes livros: primeiramente, se realizou uma amostra demonstrando o espaço ocupado pelas áreas de conhecimento que fazem parte dos livros didáticos de história, decifrando a quantidade de capítulos utilizados pelos autores dos livros para cada área. No segundo exercício, foi utilizado o mesmo procedimento só que com o uso da porcentagem de espaço ocupado pelas áreas no conjunto do livro.

As áreas de conhecimentos existentes nos livros didáticos de história geral para o ensino médio são: Europa, Brasil, América, África e Ásia. O conhecimento sobre o Brasil entra como área nessa versão do livro didático porque a concepção que rege o formato escolhido é conhecida como história integrada, ou seja, em um

único volume, se trata da história geral e da história do Brasil. Este é o formato mais usual e recorrente nas edições atualmente editadas no Brasil. Esses procedimentos foram sistematizados primeiramente em tabelas e, posteriormente, organizados em gráficos para efeito de demonstração.

Quantidade de capítulos por área de conhecimentos em livros didáticos de história

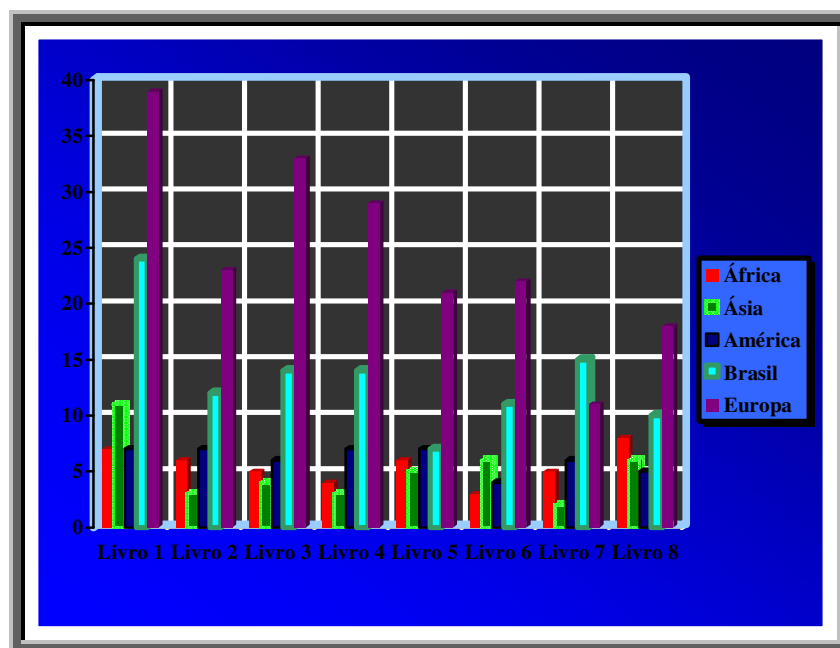


Gráfico 1 - Amostra absoluta do espaço ocupado por área de conhecimento nos livros didáticos de história geral do ensino médio. Universo dos livros: 371 capítulos

Observando o gráfico acima, se pode perceber o quanto a Europa se destaca no conjunto das áreas trabalhadas nos livros didáticos de história. Apesar disso, nem todos os livros projetam a Europa da mesma forma, como se verifica no livro 07 em que área de Brasil supera a Europa. Essa modalidade de livro reserva à área de Brasil espaço bastante satisfatório por ser concebido como uma junção da história geral e do Brasil. Mesmo assim, no conjunto, a Europa se destaca, na maioria dos casos, acentuadamente. Esta seria uma primeira constatação: a história da Europa é o eixo da história geral nos livros consultados. É nesse contexto que se percebe a dinâmica da presença da história da África nos livros, ou seja, ela está sufocada pela história da Europa e, de certa forma, pela de Brasil também.

No caso específico da história da África, percebe-se que ela concorre em espaço com as áreas de América e Ásia, havendo certo equilíbrio entre estas três áreas no espaço concedido pelos livros. A África está presente em todos os livros,

mas, no geral, se constatou uma tímida presença africana nos livros didáticos de história, nesse aspecto, se igualando à presença da Ásia. A questão é que não existe uma lei de obrigatoriedade de ensino de Ásia, mas existe sobre o ensino da África. Portanto, não seria disparate presumir a presença da África no livro didático de forma mais contundente na atualidade.

Na totalização dos 371 capítulos consultados, nos oito livros selecionados, a África está presente em 44 capítulos, em contrates aos 196 capítulos dedicados à Europa e 107 referentes ao Brasil. Como já foi constatado, as outras duas áreas se aproximam da realidade da área de África, com a América presente em 49 capítulos e a Ásia em 40. É importante ter em conta que há capítulos nos quais duas áreas se cruzam, como Europa e América, por exemplo. Esses detalhes serão mais bem analisados nos gráficos do ponto seguinte.

Dimensão ocupada por área de conhecimento em livros didáticos de história

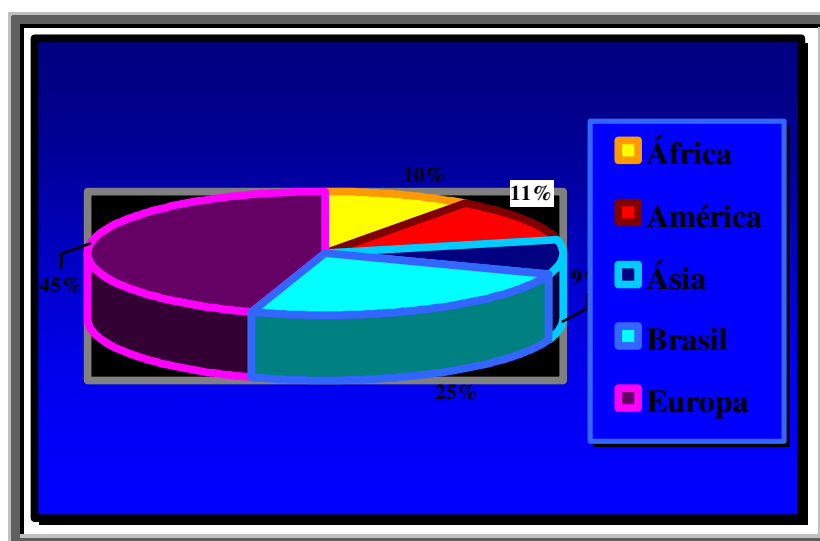


Gráfico 2 - Amostra relativa do espaço ocupado por área de conhecimento nos livros didáticos de história geral do ensino médio

Nesta modalidade de gráfico, fica demonstrado, de forma mais explícita, a predominância da área da Europa no que diz respeito ao espaço ocupado nos livros didáticos analisados, pois, quase a metade do livro se ocupa dela, com quarenta e cinco por cento do total. A temática Brasil ocupa o segundo lugar, com vinte e cinco por cento, bastante atrás da Europa. Europa e Brasil juntos possuem uma dimensão de setenta por cento do espaço ocupado nos livros didáticos, restando, portanto, pouco espaço para as demais áreas. Ademais, a distância em relação à Europa se

acirra quando se leva em conta o espaço ocupado por qualquer uma das três áreas restantes.

Observa-se que as áreas de África, Ásia e América têm uma dimensão muito próxima em relação ao espaço ocupado nesses livros. Podendo ser inferido que não somente a África ocupa espaço irrisório no livro didático, mas, também, Ásia e América. Entretanto, este tipo de gráfico dá apenas uma visão parcial da presença da história africana no livro didático pelo fato de não intervir variáveis como as que foram utilizadas nos modelos de gráficos do próximo exercício.

4.2. Projeção da história da África na estrutura dos livros didáticos

O segundo procedimento consistiu em trabalhar as áreas de conhecimento na estrutura de cada um dos livros didáticos. Na verdade, é apenas uma compartimentação ou particularização dos exercícios anteriores, onde se poderão visualizar com maior precisão os resultados obtidos sobre o espaço dedicado à África em cada livro. Isso permite observar, com acuidade, as diferenças e semelhanças entre as obras selecionadas. A precisão se dá por conta da adoção de critérios não existentes nos gráficos mais amplos. Estes critérios ou variáveis permitem observar mais detalhadamente a natureza da dimensão ocupada pela África em cada livro.

As variáveis utilizadas foram de três ordens: a primeira foi o espaço total ocupado por uma determinada área; a segunda, os capítulos ocupados diretamente por uma determinada área de conhecimento, ou seja, dedicados exclusivamente a ela; a terceira, os capítulos onde a área é abordada de forma indireta, em capítulos destinados a outra área. Portanto, a legenda apresenta as terminologias total, direto e indireto, respectivamente, para explicar as questões acima.

Quantidade de capítulos por área de conhecimento - História (Gislane e Reinado Seriacopi)

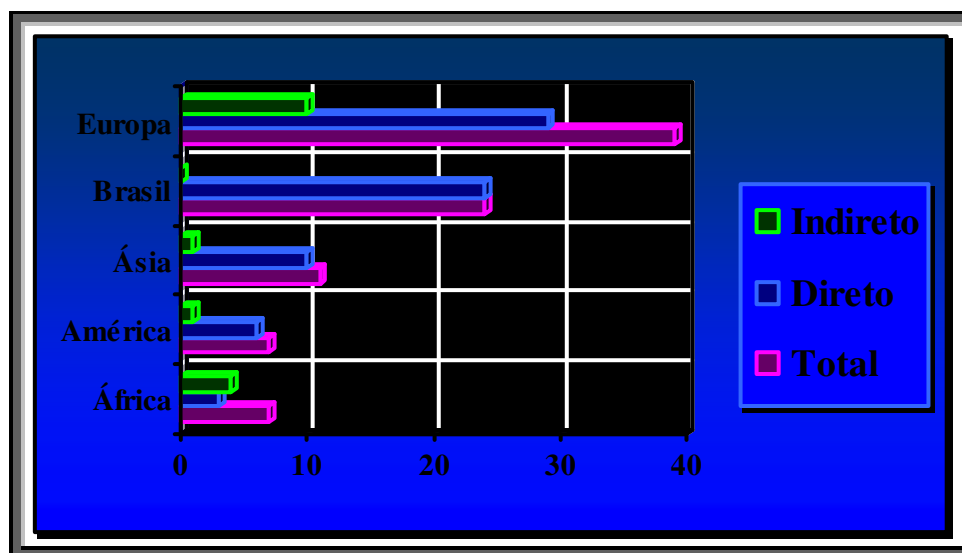


Gráfico 3 - Espaço absoluto ocupado por área de conhecimento no livro 01.
Universo: 83 capítulos

Neste livro, como se pode verificar na variável total, a Europa desponta ocupando 39 dos 83 capítulos, enquanto a África aparece em apenas 07 capítulos. Brasil viria com 24 capítulos. Na junção Europa-Brasil os capítulos se estendem a 63, restando pouco para as demais áreas. América está presente em apenas 07 capítulos e Ásia em 11 capítulos. Configurando a idéia geral da simetria do espaço ocupado por África, América e Ásia.

Entretanto, se utilizarmos a variável direto, ou seja, levar em conta os capítulos destinados exclusivamente à área, o quadro muda relativamente de configuração. Neste caso, são destinados apenas 3 capítulos à África e 29 capítulos à Europa. Os outros 4 capítulos onde a África aparece são destinados à Europa ou América, onde a história da África é um apêndice, surgindo em boxes ou itens. Neste quadro, se configura uma realidade da presença européia quase dez vezes maior que a da África. A área de Brasil não muda, porque todos os capítulos destinados a ela são específicos para essa temática.

Para a América, foram destinados 06 capítulos dos 07 em que se vê sua presença. Para a Ásia dos 11 capítulos, dez são exclusivos. Portanto, com essa variável teríamos 03 para África, 06 para América e 10 para a Ásia. Desse modo, desaparece a simetria entre os espaços ocupados por estas três áreas nesse livro. A

América teria o dobro da África e a Ásia um espaço ocupado em torno de três vezes mais.

Tendo em vista essa configuração a África é a menor das áreas abordadas, não só com presença tímida, mas bastante ínfima. No entanto, vale uma importante ressalva que demonstra um paradoxo, qual seja, este livro está entre os que se colocam como inovadores por ter um capítulo especial destinado aos reinos e impérios africanos.

Dimensão ocupada por área de conhecimento - História (Gislane e Reinado)

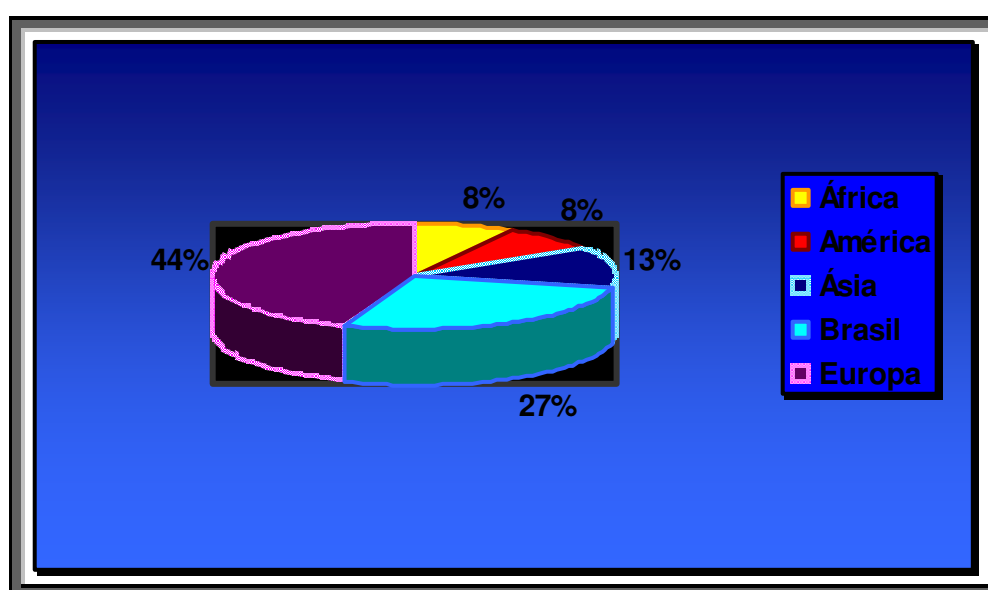


Gráfico 4 - Espaço relativo ocupado por área de conhecimento no livro 01

Neste gráfico, Brasil e Europa têm em conjunto uma dimensão de 71% do espaço ocupado no livro, demonstrando, assim, uma hegemonia relativa da Europa e absoluta na junção com Brasil. Mantém-se, aqui, o padrão da estrutura do livro didático de história no que diz respeito à distribuição de espaço para abordagem das áreas de conhecimentos. Um diferencial seria a maior presença da Ásia do que dos demais livros, como se verá mais adiante.

Quantidade de capítulos por área de conhecimento - Nova História Integrada
(João Paulo e Luiz Estevam)

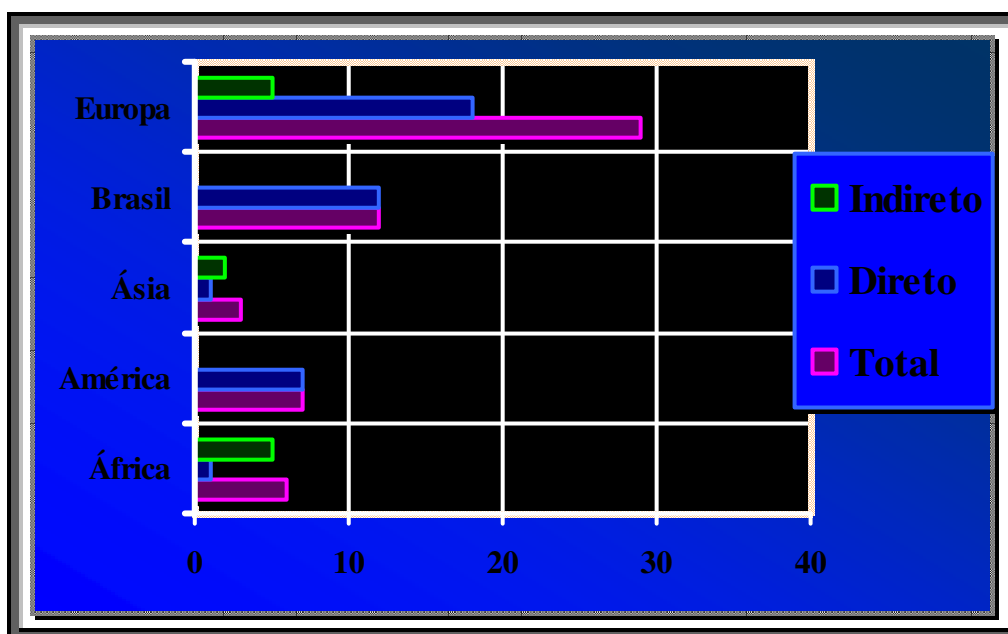


Gráfico 5 - Espaço absoluto ocupado por área de conhecimento no livro 02.
Universo: 43 capítulos

Neste livro, nos 43 capítulos existentes, a África está presente em 06 e a Europa em 29. Brasil viria com 12 capítulos, todos exclusivos. A América com 07 e a Ásia com apenas 03 capítulos. Neste caso, há um diferencial para a Ásia, que possui metade dos capítulos em relação à África. Quadro diferenciado do livro de Gislane e Reinaldo analisado acima.

Tendo em conta a variável direto, dos 06 capítulos da África apenas 01 é exclusivo, enquanto que para Europa são 18 capítulos. Neste caso, a diferenciação relativa entre África e Europa se alarga bastante, demonstrando uma presença pequena da África. Não obstante é um livro que engloba a proposta de inclusão de África na medida em que dedica um capítulo à história antiga da África.

**Dimensão ocupada por área de conhecimento - Nova História Integrada
(João Paulo e Luiz Estevam)**

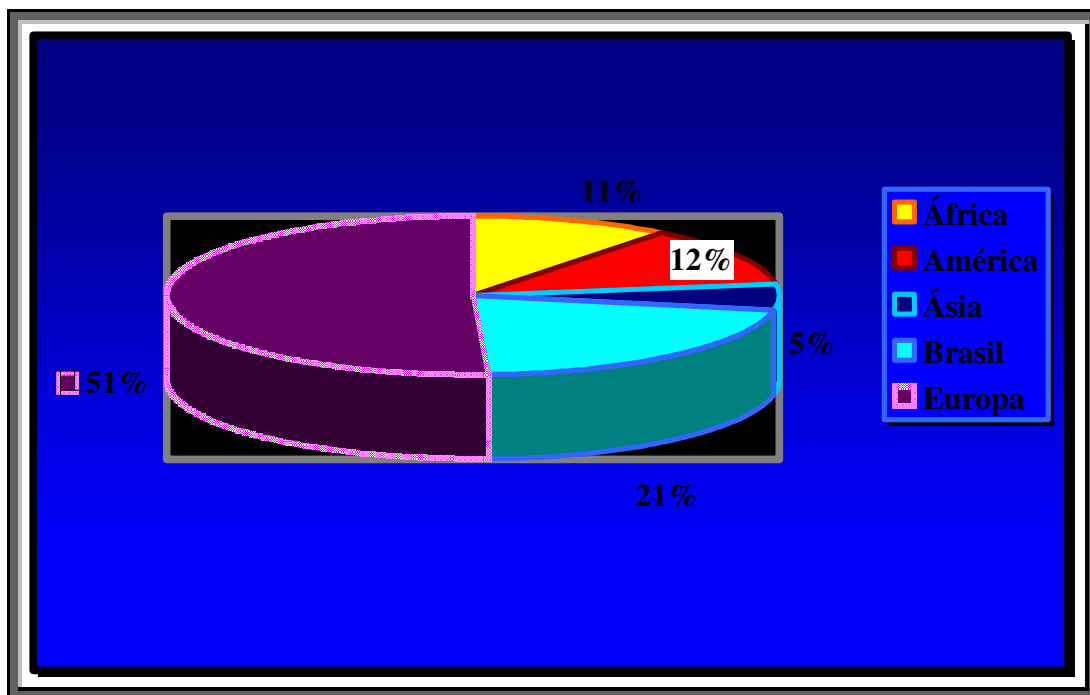


Gráfico 6 - Espaço relativo ocupado por área de conhecimento no livro 02

Na perspectiva desse gráfico, a dimensão da Europa nesse livro é maior que nos demais. Configurando, assim, uma situação de não mais hegemonia relativa, mas, de maioria absoluta. Percebe-se que o espaço maior para a Europa é em detrimento da área de Brasil. Curiosamente, a África aparece com presença mais acentuada que na do livro de Gislane e Reinaldo. Portanto, o padrão de domínio da área de Europa é mantido com acentuação. Este livro dedica maior espaço para a África em relação ao de Seriacopi. Faz parte da proposta de inovação dedicar um capítulo exclusivo à África antiga.

Quantidade de capítulos por área de conhecimento - Nova História Crítica (Mário Shimidt)

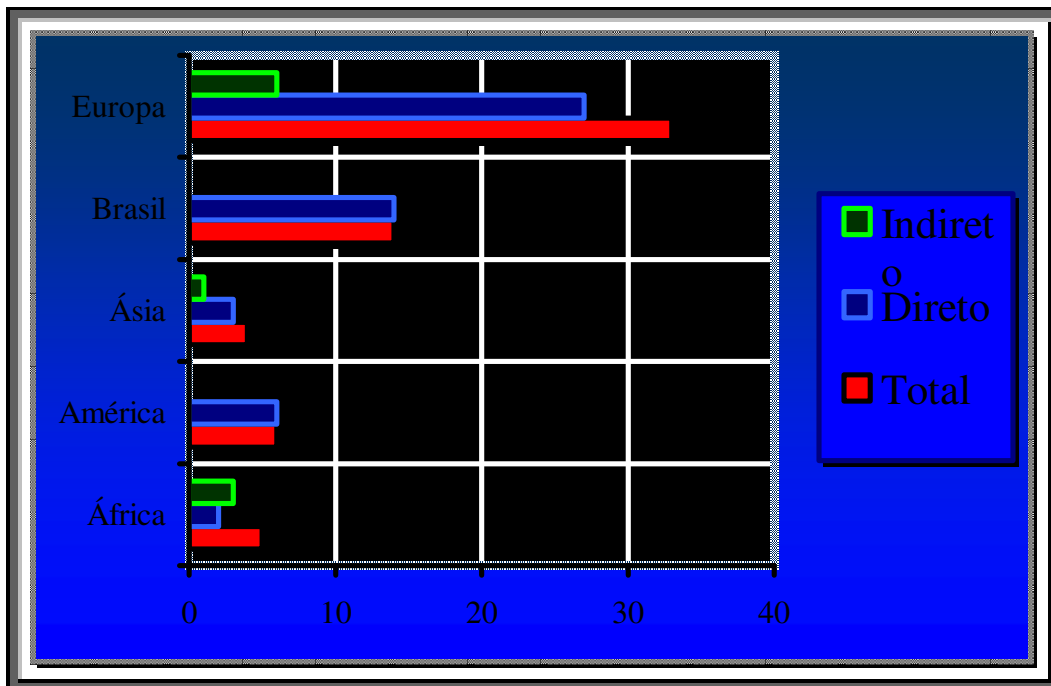


Gráfico 7 - Espaço absoluto ocupado por área de conhecimento no livro 03.
Universo: 56 capítulos

No livro acima analisado, dos 53 capítulos, a África está presente em 05 e a Europa em 33. Levando em conta a variável direto, em questão, a África teria 02 capítulos e a Europa 27. A diferença entre o espaço ocupado pela Europa e a África é mais acentuada que nos demais, muito embora este livro também faça parte do grupo de inovadores dedicando capítulo contundente à África antiga. Brasil com 14 capítulos exclusivos mantêm o padrão usual. A América com 06 e Ásia com 04 se aproximam da África. Entretanto, a América ocupa três vezes mais espaço direto que a África.

Percebe-se, até o momento dessa análise, que, com pouca variação, nos livros observados, se mantém o padrão relativo de domínio da Europa, seguido de Brasil, logo depois América. Modificando-se a cada livro a dimensão do espaço ocupado entre África e Ásia.

Dimensão ocupada por área de conhecimento - Nova História Crítica (Mário Shimidt)

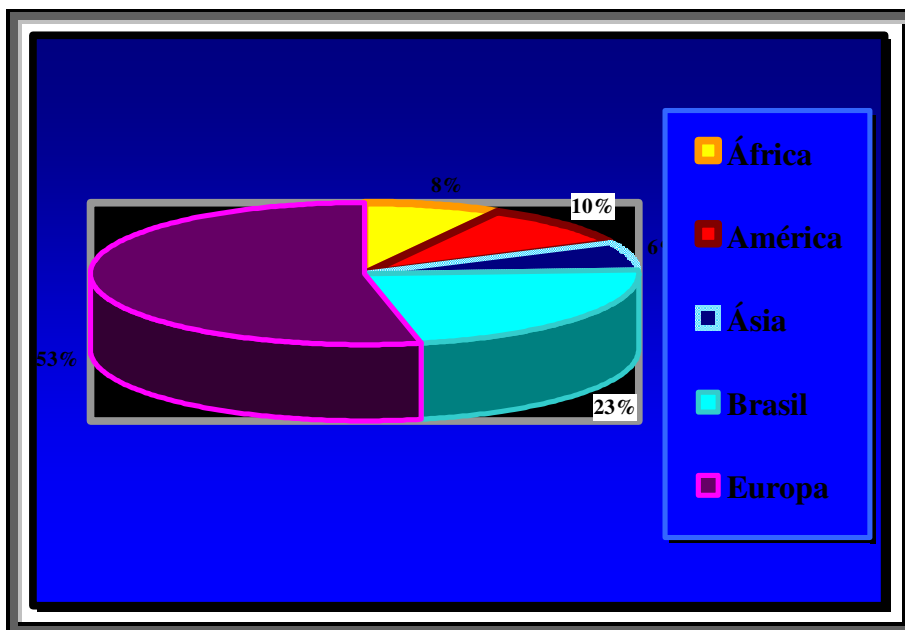


Gráfico 8 - Espaço relativo ocupado por área de conhecimento no livro 03

Observa-se, neste gráfico, como a Europa é soberana na dimensão ocupada no espaço desses livros. Trata-se de um exemplo acentuado do padrão hegemônico da Europa nos livros didáticos. Paradoxalmente, como foi enunciado na análise do gráfico anterior, este livro desponta, não apenas por apresentar um capítulo especial para África antiga como pela forma em que concebe a história africana neste.

Quantidade de capítulos por área de conhecimento - Rumos da História (Antonio Rezende e Maria Didier)

1

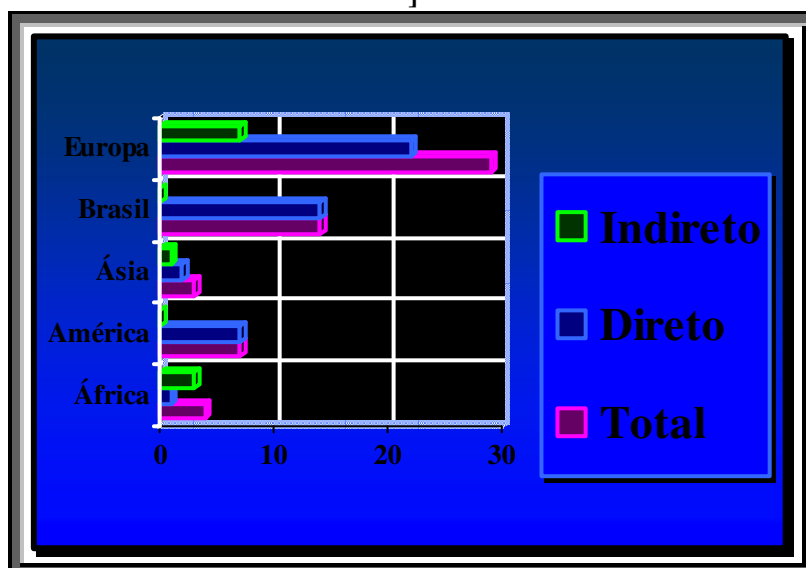


Gráfico 9 - Espaço absoluto ocupado por área de conhecimento no livro 04.

Universo: 45 Capítulos

Este livro, na variável total, não apresenta novidade. A África está presente em 04 capítulos contra 29 da Europa e 14 de Brasil. A América com 07 e Ásia com três capítulos completam um quadro do que poderia ser o livro padrão, em termos espaço ocupado por áreas de conhecimentos, nos livros didáticos de história atualmente utilizados. Na variável direto, a África tem apenas 01 capítulo e a Europa 22. Neste caso, a diferença entre Europa e África é um verdadeiro fosso.

**Dimensão ocupada por área de conhecimento - Rumos da História
(Antonio Rezende e Maria Didier)**

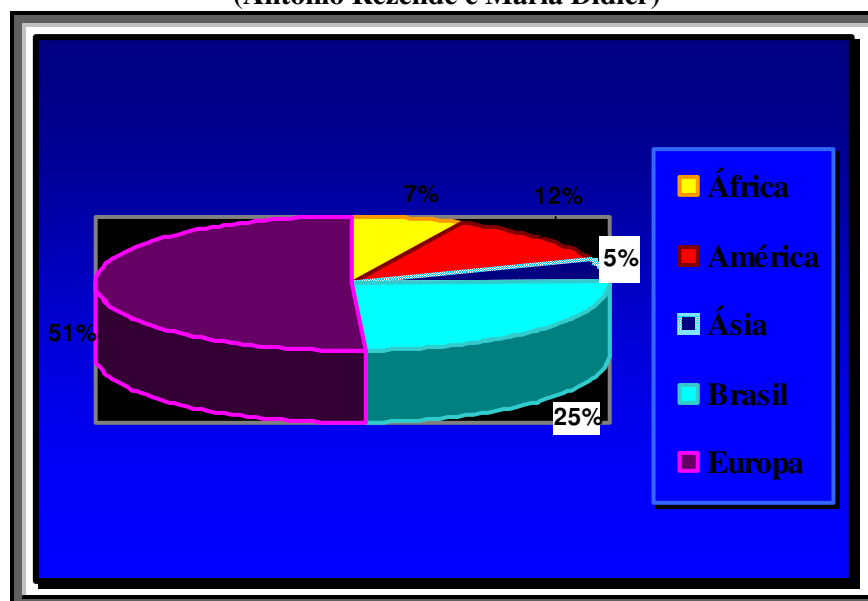


Gráfico 10 - Espaço relativo ocupado por área de conhecimento no livro 04

Neste gráfico, evidencia-se o quadro de um livro padrão, pois, quase oitenta por cento do livro é dedicado a Europa e Brasil. Confirmando a lógica em que se distribuem as áreas de conhecimentos nesses livros.

Quantidade de capítulos por área de conhecimento - História: Uma Abordagem Integrada de Nicolina, Eduardo e Luciano

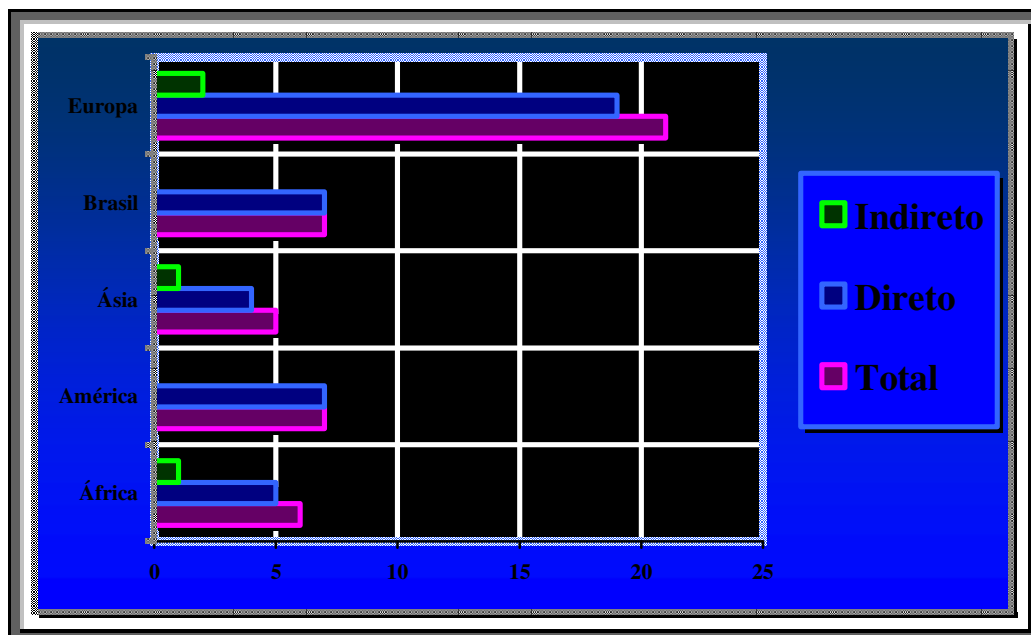


Gráfico 11 - Espaço absoluto ocupado por área de conhecimento no livro 05
Universo: 36 capítulos

Neste livro de 36 capítulos, a África está em 06 e a Europa com 21. Brasil, América e Ásia se equilibram com 07, 07, e 05 capítulos, respectivamente. Equilíbrio inclusive com a África. Nessa primeira visão, fica a impressão de uma distribuição equitativa entre as demais áreas, salvaguardando a hegemonia da Europa. Tendo o referencial da variável direto, a Europa tem 19 capítulos e África 05. Dos livros analisados até o momento, este é o que possui maior quantidade de capítulos dedicados exclusivamente à África, sem, contudo, interferir na lógica de domínio da Europa,

Dimensão ocupada por área de conhecimento - História: Uma Abordagem Integrada
(Nicolina, Eduardo e Luciano)

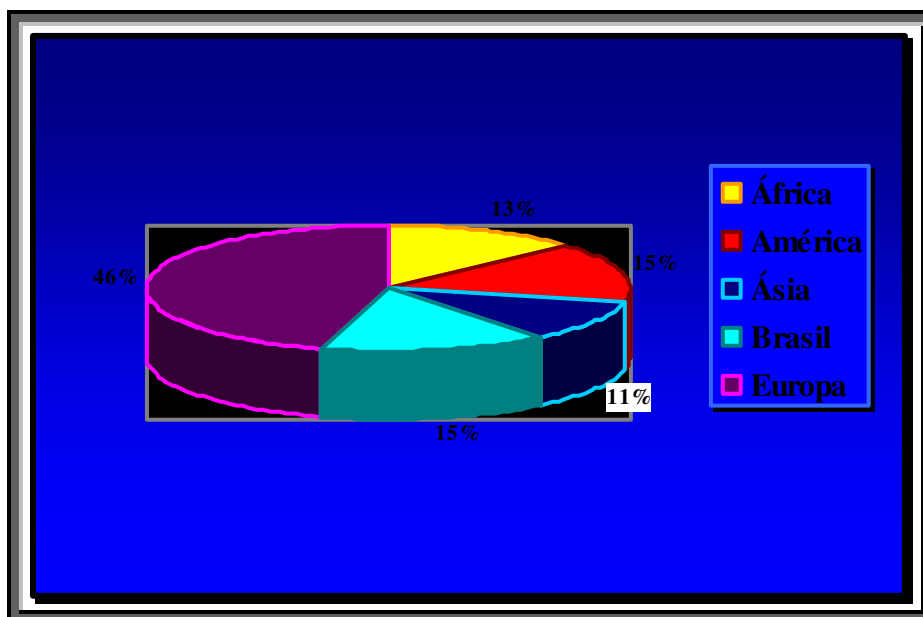


Gráfico 12 - Espaço relativo ocupado por área de conhecimento no livro 05

Este gráfico apenas exemplifica com maior nitidez a análise anterior. A Europa ocupa quase a metade do livro e a outra metade é distribuída com certo equilíbrio para as demais áreas. Logo, a Europa não perde espaço nesse livro, Brasil sim.

Quantidade de capítulos por área de conhecimento - História (Renato Mocellin)

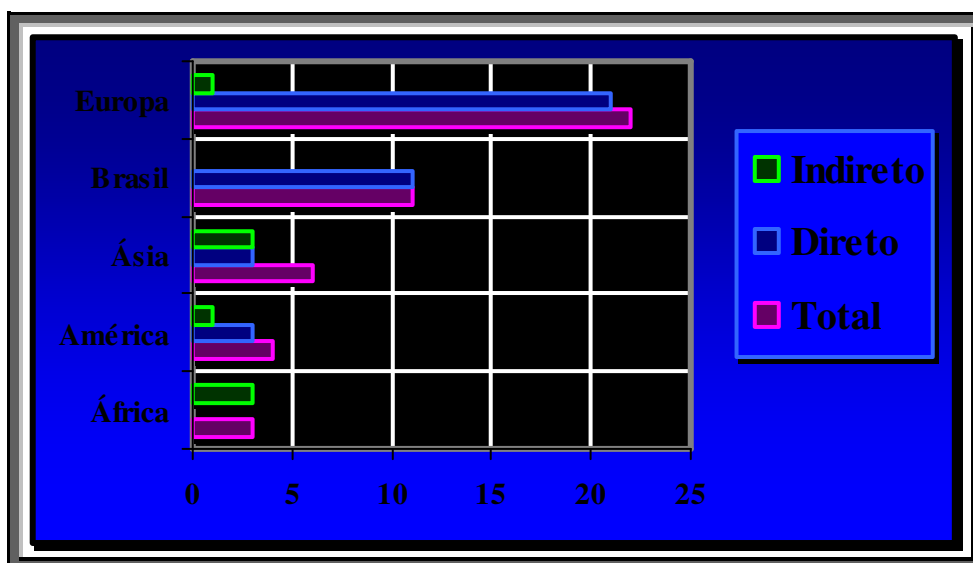


Gráfico 13 - Espaço absoluto ocupado por área de conhecimento no livro 06
Universo: 43 capítulos

Neste livro, a África está em 03 capítulos e Europa com 22. Na variável direta, a África não possui nenhum capítulo exclusivo e a Europa 21. Nos três capítulos em que a África aparece, esta está imersa em temas de outras áreas. É o exemplo da ‘África oculta’ no livro didático.

Dimensão ocupada por área de conhecimento - História (Renato Mocellin)

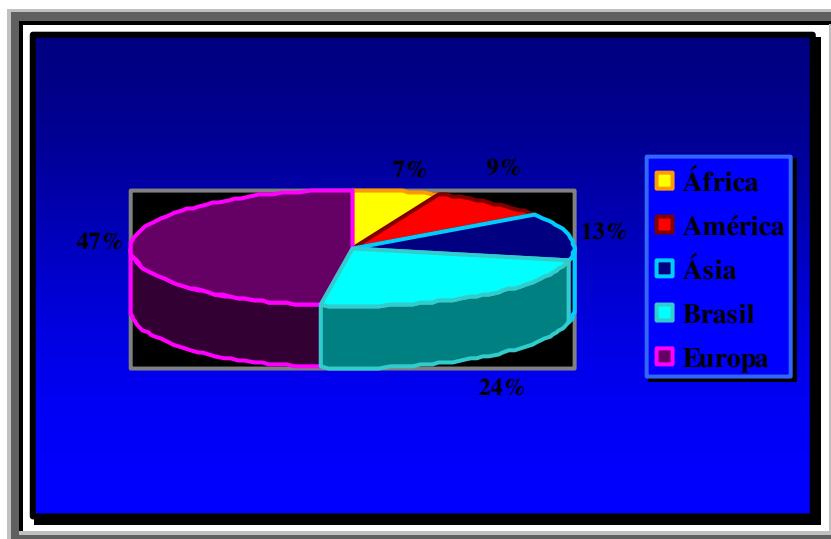


Gráfico 14 - Espaço relativo ocupado por área de conhecimento no livro 06

Neste gráfico, se configura um padrão de hegemonia europeia com omissão perceptível da África. Difere dos padrões em que há a hegemonia europeia, porém com certa visibilidade da África.

Quantidade de capítulos por área de conhecimento - A Escrita da História (Flávio Campos e Garcia Miranda)

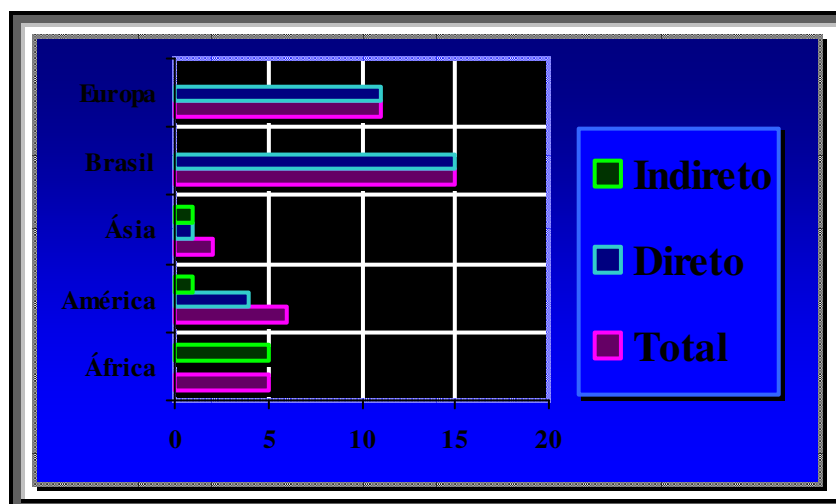


Gráfico 15 - Espaço absoluto ocupado por área de conhecimento no livro 07
Universo: 27 capítulos

Algumas diferenciações se apresentaram nesse livro. Na variável total, a África está em 05 capítulos e a Europa em 11. Muito embora a Europa seja o dobro em relação a África, isto foge do padrão visto até então. Outra diferença: Brasil se sobrepõe à Europa com 15 capítulos.

Essa configuração se modifica tendo como referência a variável direto. Nesse caso, a África, como no livro anteriormente analisado, não possui nenhum capítulo específico e a Europa mantém os 11. Pode se inferir que, apesar de a África ter razoável presença, esta se dá num contexto de diluição em capítulos destinados a outras áreas, o que compromete a visibilidade desse continente no todo do livro.

**Dimensão ocupada por área de conhecimento - A Escrita da História
(Flávio Campos e Garcia Miranda)**

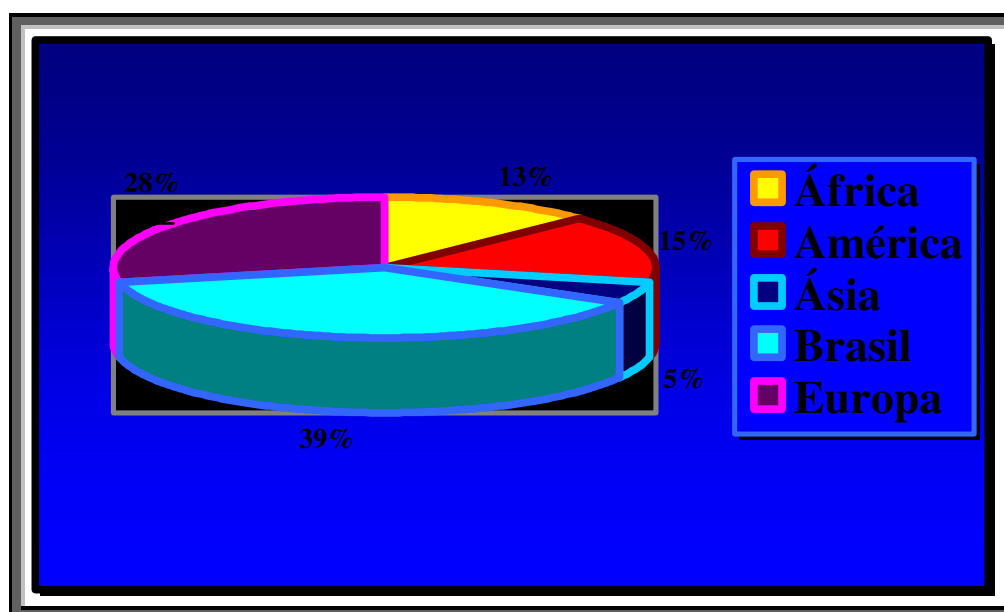


Gráfico 16 - Espaço relativo ocupado por área de conhecimento no livro 07

Observa-se que a Europa perde espaço para Brasil. Neste caso, a hegemonia relativa é de Brasil, com a África possuindo melhor visibilidade. Mas, como foi enunciado, sem capítulo específico.

**Quantidade de capítulos por área de conhecimento - História do Mundo Ocidental
(Antonio, Lizânias e Yone)**

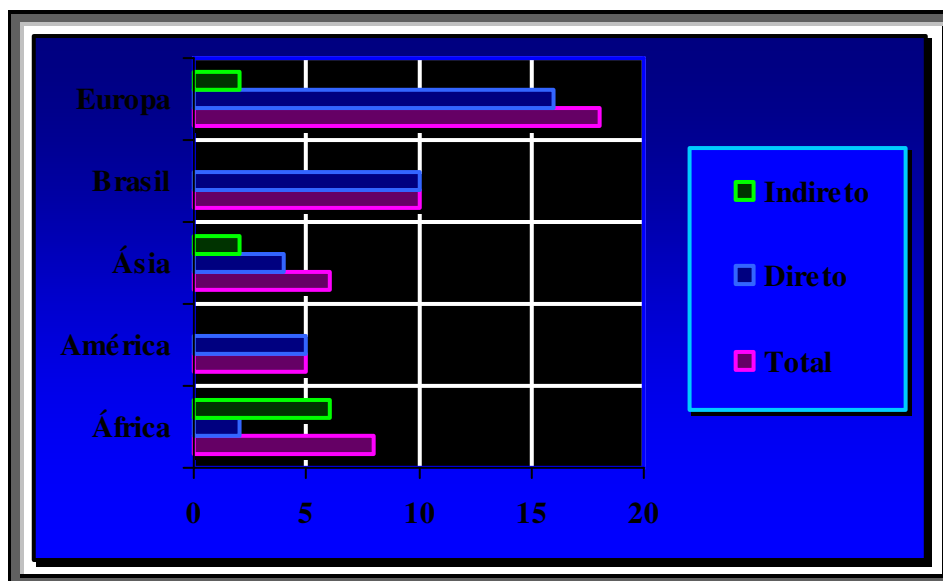


Gráfico 17 - Espaço absoluto ocupado por área de conhecimento no livro 08
Universo: 38 capítulos

O título deste livro é sintomático porque assume a perspectiva adotada, ou seja, vislumbra apresentar uma história do ocidente em um livro de história geral. Entretanto, traz algumas surpresas, como a presença mais visível da África à medida que esta está presente em 08 capítulos e a Europa em 18. Brasil, América e Ásia mantêm o padrão visto até o momento com 10, 05 e 06 respectivamente. O diferencial estaria, então, na maior presença da África entre os livros consultados.

No entanto, ao observar a partir da variável direto, percebe-se que a África possui apenas 02 capítulos exclusivos e a Europa 16. Enquanto que as outras áreas pouco se modificam com essa variável, a presença da África decai sobremaneira. Infere-se que, apesar da visibilidade da África, em mais um exemplo, ela está diluída em capítulos dedicados às outras áreas. Trata-se, portanto, de uma visibilidade indireta da África.

Dimensão ocupada por área de conhecimento - História do Mundo Ocidental de Antonio, Lizânias e Yone

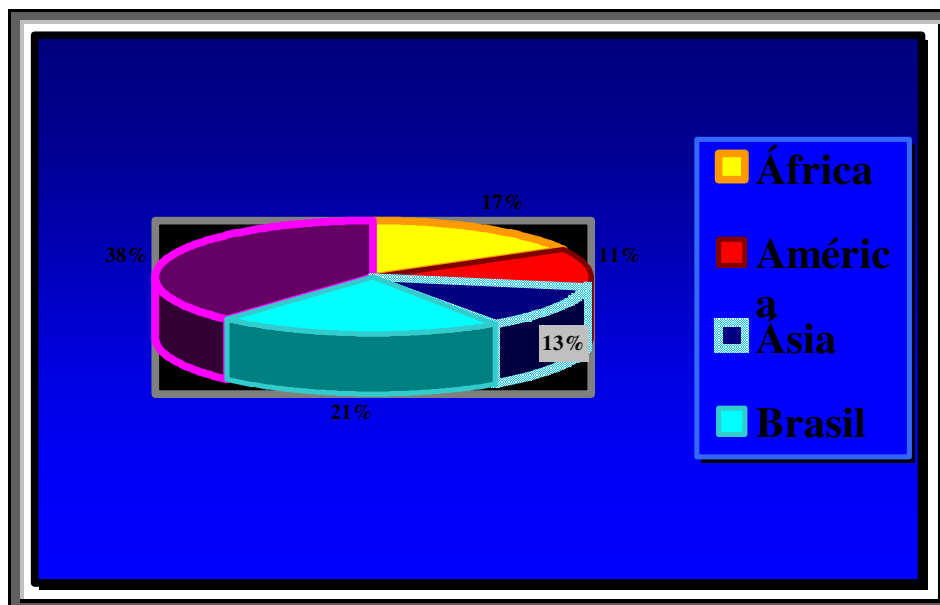
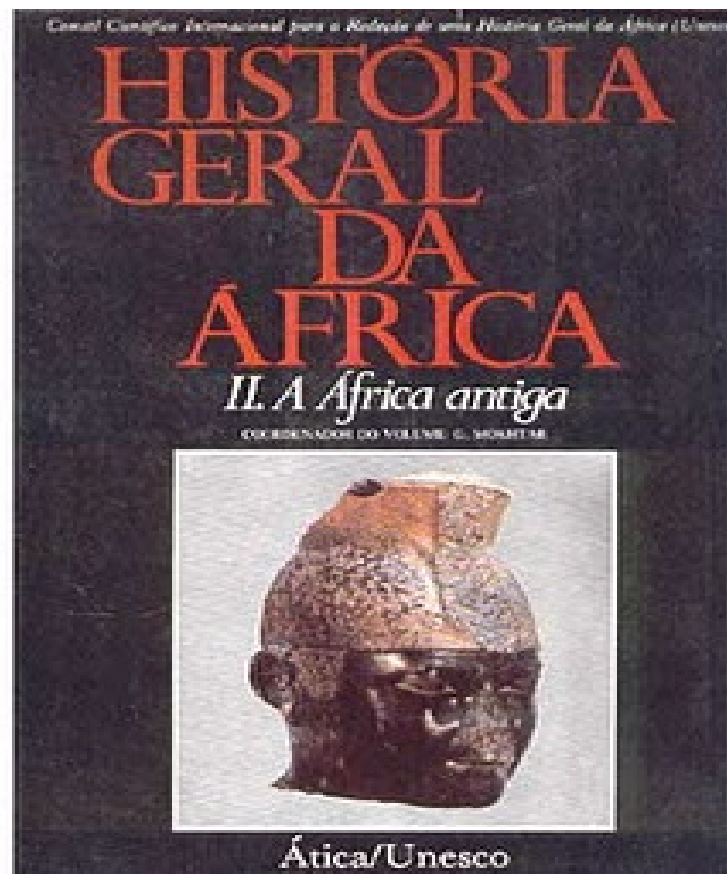


Gráfico 18 - Espaço relativo ocupado por área de conhecimento no livro 08

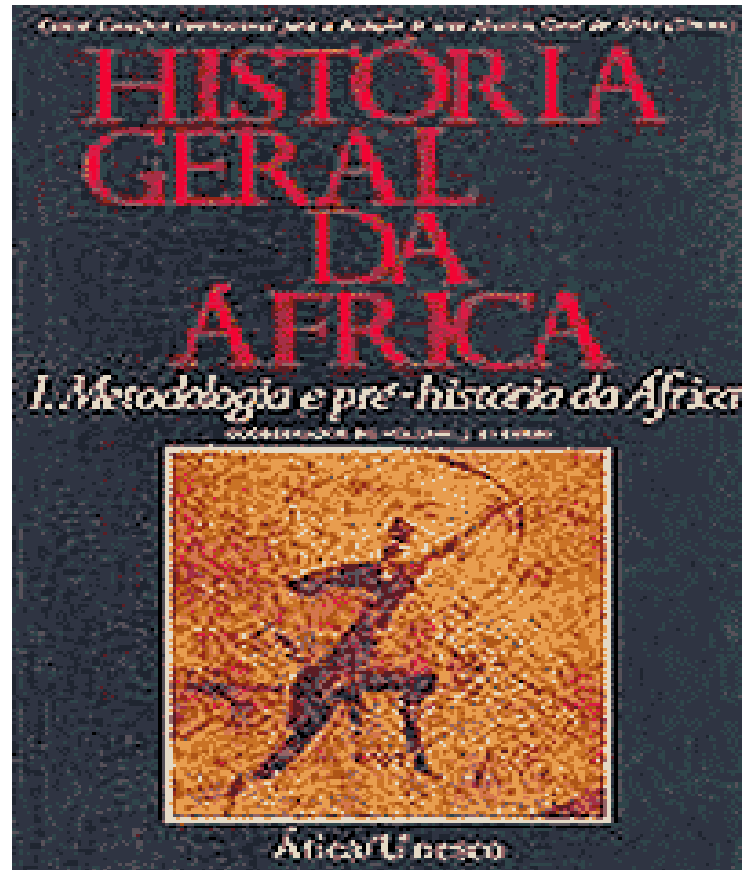
No gráfico acima, pode-se observar o quanto a visibilidade da África fica ressaltada. Nesta modalidade de demonstração, a África aparece conquistando espaço. No entanto, isso é relativo, haja vista, no gráfico anterior, o caráter dessa presença africana neste livro. Ela é mais aparente que real.

4.3 Projeção dos temas da história da África presentes nos livros didáticos

Neste ponto se verá um panorama dos temas em que aparecem à história africana nos livros consultados e sua regularidade. Podendo, com isso, se observar os temas mais recorrentes da história da África, presentes nesses livros. Desse universo de temas africanos nos livros, se elegeram os mais significativos para a análise qualitativa.



Figuras 1: Livro Didático que tematizam a História da África.



Figuras 1: Livro Didáticos que tematizam a História da África.

Tabela 1 - Classificação dos temas da história da África em um universo de livros didáticos

Livros	Conteúdos de África	
	Conteúdos Diretos	Conteúdos Indiretos
01	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Reinos e Impérios Africanos ✓ Tráfico de Escravos ✓ Descolonização 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Origem Humana ✓ Egito Antigo ✓ Exploração Ultramarina ✓ Imperialismo e Partilha da África
02	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Reinos e Impérios Africanos 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Origem Humana ✓ Egito Antigo ✓ Escravidão Negra ✓ Imperialismo e Partilha da África ✓ Guerra Fria e Descolonização
03	<ul style="list-style-type: none"> ✓ África Antiga ✓ Descolonização 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Origem Humana ✓ Egito Antigo ✓ Expansão Ultramarina ✓ Imperialismo e Partilha da África
04	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Descolonização 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Origem Humana ✓ Egito Antigo ✓ Expansão ultramarina ✓ Imperialismo e Partilha da África
05	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Descolonização 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Origem Humana ✓ Egito Antigo ✓ Expansão Ultramarina ✓ Tráfico de Escravos ✓ Imperialismo e Partilha da África
06		<ul style="list-style-type: none"> ✓ Egito Antigo ✓ Partilha ✓ Guerra Fria e Descolonização
07		<ul style="list-style-type: none"> ✓ Origem Humana ✓ Egito Antigo ✓ Expansão Ultramarina ✓ Tráfico de Escravos ✓ Imperialismo e Partilha da África
08	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Partilha da África ✓ Descolonização 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Origem Humana ✓ Egito Antigo ✓ Guerras Púnicas ✓ Tráfico de Escravos ✓ II Guerra Mundial

Temáticas da história africana presentes em livros didáticos de história

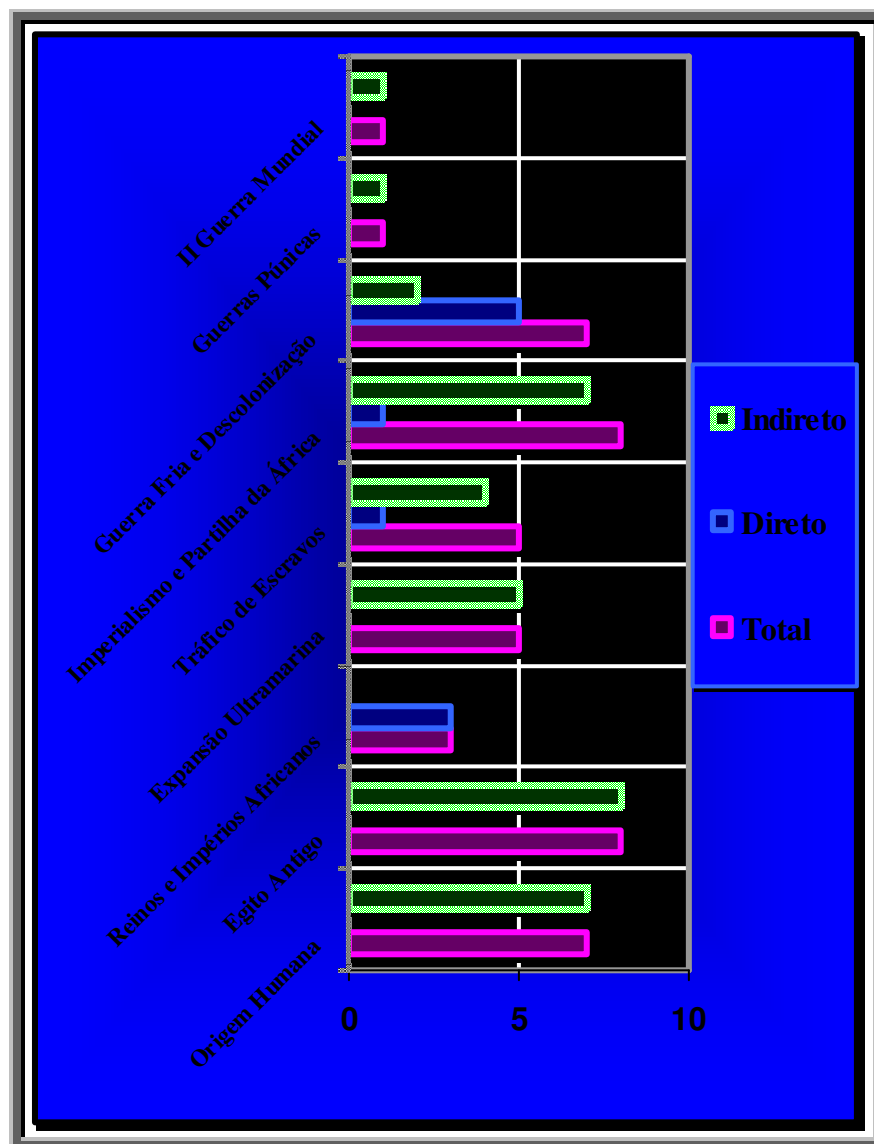


Gráfico 19 - Classificação dos temas da história da África em um universo de livros didáticos Universo: 371 capítulos

Nove temas da história africana foram encontrados nos livros didáticos consultados. Perfazendo uma dimensão histórica imensa. Indo desde a origem do ser humano até o final do XX. Portanto, a história da África percorre toda a história da humanidade, paradoxalmente, ocupando um espaço tímido nos livros didáticos de história geral.

Alguns temas estão presentes em todos ou quase todos os livros se configurando como padrão adotado. Outros surgem esporadicamente ou, mesmo, como caso único. No todo, as temáticas africanas nos livros didáticos de história

estudados apresentam um padrão com possibilidade mínima de variação. Isso pode ser confirmado tanto pelo gráfico como pela tabela.

Alguns temas estão presentes em todos ou quase todos os livros se configurando como padrão adotado. Outros surgem esporadicamente ou, mesmo, como caso único. No todo, as temáticas africanas nos livros didáticos de história estudados apresentam um padrão com possibilidade mínima de variação. Isso pode ser confirmado tanto pelo gráfico como pela tabela.

Há temas que são abordados em capítulos exclusivos e outros que estão imersos em capítulos de outras áreas. Por ordem de incidência, os temas da história da África mais frequentes foram: Egito Antigo e Partilha da África, sendo unanimidade por estarem em todos os livros. Seguido de Origem da Humanidade e Descolonização da África presente em 07 livros. Sendo este os temas notadamente recorrentes constituindo-se quase como uma obrigação curricular dos livros didáticos de história do ensino médio.

A expansão ultramarina e a circunavegação da África, juntamente com o tema da escravidão-tráfico estão presentes em 05 livros, servindo como casos intermediários. A novidade dos reinos e impérios africanos apareceu em apenas 03 livros. Se constituindo como casos especiais. Por fim, os casos raros foram as Guerras Púnicas e a Segunda Guerra na África com uma única presença.

Pode-se constatar que os temas da África nos livros dos didáticos de história estão bastante diversificados e obedecem a um padrão de seleção. Em geral são temas que, de alguma forma, se relacionam com o processo histórico da Europa ou, em alguns casos, do Oriente. É uma presença da África deduzida da história fora dela. Desse universo foram escolhidos dois temas da história da África para a análise qualitativa.

4.4 Considerações

A amostra trabalhada na pesquisa sobre a presença da história da África nos livros didáticos atuais demonstrou uma dimensionalidade onde o domínio da área de estudo voltada para Europa é predominante. O quadro geral evidenciou a Europa ocupando uma média em torno de 45% e a área de Brasil numa média de 25%, prefigurando as duas áreas uma média geral em torno de 70%. A configuração, portanto, direciona num sentido de uma hegemonia relativa da Europa e uma

hegemonia absoluta do conjunto Europa-Brasil. É neste quadro que a história da África se insere, ou seja, divide o espaço restante com as áreas de América e Ásia. Neste sentido, havendo equilíbrio entre estas três áreas e em outras situações oscilando a favor de uma delas, com uma tendência a favorecer a área de América, nesse caso, ficando África e Ásia relegadas.

A formulação que se pode elaborar, portanto, é da existência de um padrão existente, com poucas possibilidades de variações, mesmo nos livros que trazem a novidade dos reinos e impérios africanos. Este padrão poderia ser concebido da seguinte forma: os livros investigados apresentam uma história geral da Europa, com o Brasil integrado, completado com a América e espaços cedidos à Ásia e África. A conclusão é a de que a visibilidade da história africana é ainda muito tímida.

5 A ÁFRICA ANTIGA NOS TEXTOS DOS LIVROS DIDÁTICOS

Os livros didáticos de história dedicam-se primordialmente à narrativa e descrição das temáticas trabalhadas. Nos textos descritivos os livros caracterizam as sociedades estudadas e nos narrativos a atenção é deslocada para a abordagem do processo histórico propriamente dito. Descobrir conceitos por traz desses textos se tornou o exercício da pesquisa.

No conjunto a pesquisa buscou tanto a caracterização que os autores fizeram do Egito antigo como a concepção do processo histórico egípcio que elaboraram. No mesmo sentido, a caracterização dos reinos e impérios africanos, assim como a concepção da lógica histórica em que estão imersos foram os eixos centrais da investigação. Nas caracterizações e na noção do processo histórico africano é de onde se extraiu as representações da África presentes nas fontes utilizadas.

Este capítulo se divide em duas partes: a primeira se ocupa de verificar se o antigo Egito, como matriz africana, continua sendo tratado nos padrões tradicionais do crescente fértil ou trás reformulações que o inclua na perspectiva histórica africana, ou seja, como civilização da África antiga e não como uma civilização do oriente antigo. No segundo item o tema abordado foram os reinos e impérios africanos, se constituindo como a demonstração de como a história da África é vista na atual reformulação do livro didático de história pós-sanção da lei de obrigatoriedade do ensino de África. Esta é a África ocultada pelos livros didáticos publicados antes da referida lei. O Egito não era ocultado, mas a sua identidade africana sim.

5.1 Uma velha questão da história antiga da África nos livros didáticos: a identidade africana do Egito Antigo

5.1.1 Os livros analisados e a problemática da investigação

Inicialmente algumas palavras sobre as perspectivas de análises dos autores adotados. Três obras foram escolhidas para a investigação do Egito. O critério adotado foi a diferenciação das abordagens. Não obstante, buscou-se identificar tanto os aspectos disparez como os elementos comuns às obras. Os livros escolhidos foram: O de Gislane e Reinaldo Seriacopi (2005), o de Antonio Rezende e Maria Didier (2005) e o de Renato Mocellin (2005). Na exposição abaixo, os resultados encontrados estão agrupados a partir de temas considerados relevantes para a discussão da problemática que guiou a investigação da presença do Egito antigo nos livros selecionados. Os livros pesquisados apresentaram uma idéia que se destacou no conjunto das formulações existentes em seus respectivos capítulos. No livro de Seriacopi (2005) o que chamou a atenção foi a discussão sobre o legado que o Egito antigo deixou. Em Mocellin (2005), merece destaque tanto o tratamento dado ao caráter africano do Egito como a caracterização conceitual anacrônica utilizada pelo autor. No livro de Rezende e Didier (2005) a menção de destaque vai para o tratamento dado ao caráter oriental da civilização egípcia. Portanto, perspectivas distintas se apresentam nessas obras ao abordarem o Egito antigo.

Essa diferenciação de perspectiva se pode perceber na estrutura do capítulo em que o Egito antigo é abordado em cada um desses livros. No livro de Seriacopi (2005) há uma tendência à inovação com a história do cotidiano. A organização do capítulo trata de temas que vão desde a narrativa histórica tradicional, perpassando pela também comum descrição das artes, religiosidade e conhecimento dos egípcios antigos, se diferenciando com o tema da história da vida cotidiana. É um livro que em sua estruturação, ao trabalhar com o Egito antigo, apresenta uma ambigüidade, mantém um padrão tradicional e, ao mesmo tempo, trás novas abordagens. O livro de Mocellin (2005), autor que utiliza conceitos do materialismo histórico, trabalha o Egito antigo em uma unidade intitulada “A Revolução Urbana”, cujo capítulo recebeu o título “A Civilização Egípcia”³⁹. Nesse livro o Egito é abordado a partir de uma temática que discute o surgimento das cidades e do Estado. No livro Rumos da

³⁹ MOCELLIN, 2005. Unidade 1, p. 28-37

História (livro 4), o Egito antigo é abordado em uma unidade intitulada “As Primeiras Conquistas”, cujo capítulo vem com título “Natureza, Cultura e História”⁴⁰. Neste livro, vale registrar, o Egito é tratado no ponto da antiguidade oriental, não merecendo capítulo especial. Na forma em que é organizado no texto, o Egito é considerado como uma sociedade do denominado crescente fértil.

A problemática central sobre esse tema é saber se nos livros analisados o Egito é apresentado como uma civilização africana. Em outros termos, se os livros didáticos assumem, negam ou ocultam a identidade africana do Egito. A partir dessa discussão surgem outras: primeiramente saber se as realizações da civilização egípcia são reportadas aos próprios egípcios ou delegadas a povos estrangeiros. Na sequência, observar a definição da antiguidade dessa civilização, discutindo se o livro didático a apresenta como sendo a mais antiga da história. Uma última observação é conferir se os livros discutem a temática do legado da civilização egípcia para a humanidade. Este encadeamento de questões é basilar para o objetivo da pesquisa que se propõe encontrar representações da história da África. Se ao Egito lhe é negado ou camuflado este aspecto capital de sua natureza histórica e geográfica, remete ao debate em torno da perspectiva de não conceber a África como centro civilizatório.

Por isso ser essencial saber se o Egito é apresentado como africano, autônomo, berço da civilização e com um denso legado cultural para a humanidade. É fundamental observar se estes aspectos se encontram presentes nos livros investigados. De nada adiantaria aceitar o Egito como africano anulando os outros elementos apontados acima. Esses elementos possuem igual importância na definição do Egito antigo, compondo um todo. Apresentar o resultado encontrado nos livros didáticos discutindo se apresentam essa visão do Egito ou se a ignoram é o objetivo desse ponto. Estas questões sobre o antigo Egito são de suma importância para se definir um determinado olhar sobre a história africana que venha a ter o livro didático.

As obras escolhidas para a pesquisa desse tema se dividem entre as que buscam uma reformulação, tentando apresentar um Egito mais próximo da África, e outra que a aparta desse continente. Optou-se por trabalhar em conjunto os livros de Seriacopi (2005) e Mocellin (2005) por evidenciarem uma tentativa de reformulação

⁴⁰ REZENDE e DIDIER, 2005. Unidade I, Capítulo 2, p. 18-36

no que diz respeito a não utilização do conceito de crescente fértil ao analisar o Egito antigo. O procedimento será cruzar os dados dessas fontes a cada temática analisada. Não obstante, quando for necessário se deterá em pormenores de cada autor. Isto significa que o tratamento é dado em um bloco único onde se expõe e analisa as várias temáticas do Egito antigo abordas nas obras selecionadas para a investigação. O livro de Rezende (2005) será analisado em separado por representar uma perspectiva diferenciada. Na conclusão se fará uma síntese possível das obras analisadas.

5.1.2 Caracterização e noção do processo histórico do Egito antigo nos livros didáticos

As noções basilares para se entender como o livro didático trata o Egito antigo são a localização, temporalidade e fatores da existência do antigo Egito. Tendo em vista a anunciada problemática da identidade africana do antigo Egito, as noções de espaço e tempo se colocam como elementos definidores de uma concepção sobre a história do Egito. No mesmo sentido, a contenda em torno da temática sobre os fatores responsáveis pela existência dessa civilização é promissora para o debate acerca da caracterização do Egito como uma civilização eminentemente africana. Esses elementos receberam atenção especial na análise dos textos descritivos.

O início do problema se encontra na localização do Egito. Nesse sentido, a noção de espaço sobre o Egito antigo exposta nos livros didáticos é importante, pois expressar implicitamente uma forma de se posicionar sobre a relação que os autores fazem entre Egito e África. Na introdução do livro de Gislane e Seriacopi (2005), a localização do Egito tem como referencia o rio Nilo. Percebe-se não uma menção à África e sim ao rio, ao ambiente onde existiu e não ao continente. A noção de espaço sobre o Egito não está com informação incorreta, mesmo assim, tergiversa sobre a relação geográfica do Egito com a África, por estar incompleta. Já no item onde se aventa a origem do Egito, este é localizado com precisão, ou seja, no norte da África. Os autores abandonam o referencial do ambiente, para o do continente. Há então uma oscilação nesses autores entre uma definição geográfica reduzida e completa do Egito. No livro de Mocellin (2005), se dá o contrário, a localização geográfica está completa desde o início, apresentando o Egito como africano. Este

autor descreve com precisão o curso e as cheias do Nilo, destacando a fertilidade da região. Ter postulado a africanidade geográfica do Egito demonstra um elemento diferenciado do padrão de apresentação dessa civilização na maioria dos livros didáticos. No entanto, permanece dentro do padrão de conceber o Egito a partir da premissa inicial do meio físico.

A questão mencionada é importante porque ao se localizar o Egito apenas no Nilo, se passa a impressão que este rio não tem localização, existindo por si mesmo, sem espaço delimitado, funcionando como uma entidade, em muitos casos, criadora do Egito. Esta compreensão superlativa do rio Nilo em relação ao Egito é comum nos livros didáticos. Ademais, o Nilo é africano e não meramente Egípcio. A parte desse rio que percorre o Egito é seu leito final. A maior parte do curso do Nilo está fora do Egito e foi palco de outras civilizações antigas. Portanto, não só o Egito é nilótico. O Nilo é da África e não somente do Egito e o Egito também é da África e não só do Nilo. Essa identidade entre o Nilo e o Egito existe, mas, no contexto geográfico e histórico africano, tem que ser relativizada. Quando na introdução os autores situam o Egito tendo o Nilo como referência, ocultam essa dimensão africana. Mais adiante, ao retomarem o tema da localização como sendo no norte da África, assumem essa identidade africana. Daí uma ambiguidade: ocultam a identidade africana do Egito com recurso a outra identidade, a do Nilo. Assim sendo, permanece um padrão referencial antigo, isto quando assume como referencial. A África apresenta outra identidade, ou seja, continente. No entanto, essa nova apresentação do Egito é feita sem problematização alguma, como a que está sendo feita por essa análise crítica. Isso demonstra imprecisões do livro na definição clara da face africana do Egito antigo.

Os fatores explicativos da existência do Egito antigo surgem como outro elemento importante para verificação da posição dos autores sobre o caráter africano do Egito. Neste aspecto, o livro de Gislane e Reinaldo (2005) se destaca por apresentar um leque de condicionantes que se relacionam com o fenômeno da formação do Egito antigo. Segundo esses autores esse papel coube tanto a fatores geográficos como humanos, não deixando de mencionar a forma como os próprios egípcios concebiam a existência de sua sociedade a partir da dádiva divina. O livro apresenta o triplo papel na formação do antigo Egito: da geografia, dos homens e dos deuses. Daí uma amplidão na definição dos elementos históricos que possam explicar o surgimento dessa civilização, indo desde fatores físicos à práxis humana,

recorrendo a elementos religiosos. A idéia que se configura é de um Egito produto da natureza, dos homens e de possível sobrenaturalidade. Enfim, o livro deixa esse campo em aberto e, ao não fechar a questão, permite opções variadas. Permanece então, o princípio da dúvida quanto da definição dos elementos explicativos da existência dessa sociedade.

Essa forma ampla de abordagem do processo histórico da formação do Egito antigo merece ser analisada mais pormenorizadamente. Os elementos apontados pelos Seriacopi (2005) como explicadores da existência da civilização egípcia são contraditórios por remeterem a fenômenos de caráter totalmente distintos. O elemento inicial apontado pelos autores é geográfico, baseado na descrição do fenômeno da enchente do rio Nilo que resulta no evento da agricultura. Portanto, inicialmente o Egito é um produto de condições geofísicas.

Esses autores apontam à ação humana como outro elemento fundamental na formação do antigo Egito. Neste caso, utilizam à noção de uma longa duração, segundo os autores, “milhares de anos” (SERIACOP, 2005, p.25) foram necessários para que o Egito se tornasse a civilização cujo agente foi à população que empreendeu feitos como: drenagens, diques e canais. Esta ação humana criadora é caracterizada como sendo uma atividade sustentada no “trabalho comunitário organizado”(SERIACOP, 2005, p.25), resultando um: excedente agrícola. Com essa formulação, o Egito é concebido como fruto da atividade humana não aleatória, mas de uma práxis organizada em sistema de cooperação, implicando um alto grau de desenvolvimento social. Ao denominar que o Egito tem como base o trabalho comunitário, o livro descarta implicitamente a idéia de uma sociedade escravista, reportada ao Egito pelos relatos bíblicos. É o trabalho que cria o Egito, mas o trabalho organizado nas comunidades. Entretanto, o processo histórico é concebido dentro de um quadro evolutivo, sistematizado na seguinte ordem: núcleos populacionais deram origem a aldeias ou *nomos*, que se desenvolveram em reinos e posteriormente em um império.

Destarte, distancia-se da assertiva anterior que continha uma tendência ao determinismo geográfico. O quadro da determinação dupla do meio físico e da ação humana sobre ele se configura como explicador da existência dessa sociedade. No fechamento do raciocínio, os autores acrescentam a esse quadro um elemento novo, qual seja, a forma como os próprios egípcios concebiam a existência de sua sociedade. Essa explicação seria de cunho eminentemente religioso: para os egípcios

a abundância produtiva em que viviam, em contraste com áreas vizinhas onde predominava seca e fome, se devia primordialmente à ação dos deuses e, por conta disso, se consideravam privilegiados. O elemento do imaginário egípcio é citado e se transforma, no texto, em um complemento das explicações sobre o contexto fundante dessa civilização.

Portanto, têm-se uma tríade, geografia, homens e deuses se combinando para explicar o processo histórico do Egito antigo. Desse modo, se configura no texto uma indefinição quanto à compreensão explicativa da formação do antigo Egito, foram os africanos, o ambiente ou as entidades sobrenaturais. Os fatores propostos pelos autores abrem um campo de possibilidades que se contradizem. Ou é o meio físico ou a ação humana, ou ambos ou a ação sobrenatural que determinaram a existência do Egito. Deste modo, o Egito continua indefinido tanto na sua identidade africana quanto na explicação do processo de sua formação.

A noção que se coloca sobre o Estado egípcio se constituiu também como um elemento que possa vir a elucidar a compreensão que os autores do livro didático tenham sobre a história dessa civilização. No caso de Gislane e Reinaldo, o Estado egípcio é encarnado na figura do faraó. Este é apresentado como símbolo do poder e da unificação, representando a fusão entre política, administração e religião, uma mescla de monarca e chefe religioso. Esta configuração faraônica do antigo Egito obteve uma durabilidade temporal de mais de 3 mil anos, dividido em múltiplas dinastias. Esta caracterização tradicional do Egito faraônico é mantida nos livros didáticos com diferenciação apenas nos elementos que compõem cada período. A idéia que se desdobra nessa descrição estatal do Egito é a imobilidade expressa em sua durabilidade e o aspecto fenomênico da personificação do poder no monarca. Neste longo tempo histórico o Egito é descrito, por esses autores, tendo como pano de fundo uma sociedade hierarquizada com presença do Estado.

No livro de Renato Mocellin a caracterização do Estado egípcio se diferencia à medida que considera como principal elemento para defini-lo, não a personificação faraônica, mas, o fato de ser o proprietário dos meios de produção. Com base nisso a definição se desloca para a idéia de um Estado intervencionista, por planejar e controlar a economia. Esse autor desloca a idéia de personificação do Estado, realizado no livro de Seriacopi, para concebê-lo como uma instituição. Isso é possível pelo fato do autor usar o recurso conceitual do materialismo histórico. Entretanto, sem preocupação em definir esses conceitos e associá-los a uma visão

liberal, pois o Estado egípcio é visto como proprietário e controlador, através do mecanismo da intervenção. O autor expressa uma visão do Egito a partir de uma crítica liberal, ignorando as relações entre o Estado e as comunidades de camponeses. O Egito é conceitualizado não a partir de sua configuração própria, mas de um conceito contemporâneo. Incorrendo em evidente anacronismo.

Não obstante, para Mocellin, o governo do antigo Egito é composto por um imenso corpo de funcionários, sendo caracterizado como uma monarquia despótica e teocrática com base na servidão coletiva dos camponeses. Esta forma de caracterizar o Egito reforça a idéia de negá-lo como escravista, entretanto, da forma como é colocada, sem discussão dos conceitos aplicados, pouco explica a natureza dessa sociedade. Segundo o autor, este Estado teocrático se sustentava na religiosidade que dominava todas as instâncias da sociedade egípcia. Isso reforça a idéia do Egito religioso.

Nesse ínterim vale aprofundar um pouco mais sobre como os livros didáticos abordam o tema da formação do Egito. Isso se justifica porque se trata de um tema bastante delicado para o pesquisador à medida que envolve temas correlatos, tais como discussão cronológica, por exemplo. A partir do marco temporal adotado, se pode conceber a formação do Egito de duas modalidades: como unicamente faraônica ou com antiguidade que possa remontar à ocupação do vale do Nilo por povos africanos de várias matrizes, equivalendo discutir com maior profundidade a composição étnica do Egito. Nesse sentido foi de suma importância observar nos textos dos livros didáticos estudados a questão da temporalidade dada a essa civilização. Portanto, a noção de tempo que o livro didático traz sobre o Egito se coloca como suscetível de demonstrar uma visão sobre sua história.

Na narrativa histórica, Gislane e Reinaldo, trata da formação inicial do Egito até o surgimento do Egito faraônico. Isso merece destaque porque permite perceber que a história do Egito antigo não se inicia no momento de sua unificação em um único Estado centralizado e controlado pelo faraó. A formação do Egito antigo pode ser vista como sendo um período anterior ao faraó, permitindo assim conceber uma antiguidade ainda maior para essa civilização, reafirmando ser o berço da civilização e seu caráter genuinamente africano. Apesar do livro não discorrer desta forma, quando afirma a formação do Egito anterior ao período faraônico abre uma brecha para que se possa intervir com o conteúdo acima descrito. No entanto, a existência dessa civilização está datada, nesses autores, a mais de 5 mil anos. Tendo em vista a

cronologia cristã, esta temporalidade dada implica em entender que o Egito antigo passou a existir a 3 mil anos antes de a. C, isto é, somente após a unificação faraônica. Esta datação entra em contradição com raciocínio anteriormente enunciado pelo livro de que a formação do Egito antecede a esse período. Portanto, há uma assimetria entre o raciocínio e a datação oferecida no capítulo sobre a origem do Egito.

Os autores fazem recurso a uma narrativa padronizada pelos livros didáticos quando da explicação do surgimento do Egito faraônico. Esta narrativa vai das primeiras centralizações em pequenos reinos que deságua na primeira unificação do antigo Egito, a formação dos reinos do baixo e alto Egito. Na conclusão dessa historicidade veio a segunda unificação: a criação de um único e centralizado império. O processo final é o surgimento do faraó como monarca. Interessante observar que essa unificação geral do Egito é reportada nos livros didáticos a uma mitologia cuja expressão de destaque é o líder Menés, considerado o primeiro faraó da história. Apesar dos avanços incomensuráveis da arqueologia egípcia, o Egito antigo ainda é analisado nos livros didáticos sob o prisma mitológico. A partir daí narram o processo histórico padronizado do Egito faraônico em antigo, médio e novo império.

Renato Mocellin aborda o processo histórico político do Egito de forma diferenciada no que diz respeito à datação. Este autor estabelece um marco de mais de dez mil anos de existência dessa sociedade. Isso é um detalhe importante levando-se em conta a cronologia de Gislane e Reinaldo que reportaram 5 mil anos ao Egito. Esse diferencial permite um debate sobre a formação do Egito que de alguma forma está relacionada à identidade africana dessa civilização. Nos Seriacopi há uma oscilação no que diz respeito ao tema da formação do Egito, a medida que eles anunciam a existência de um Egito pré-dinástico e apresentam uma periodização insuficiente. Esta contradição não existe em Mocellin que não somente admite a existência de uma história do período pré-dinástico e aponta uma periodização condizente a esta formulação. Este autor indica o surgimento dos nomos a partir da revolução agrícola, que antecede em muito a centralização faraônica, reportando ao início do povoamento do vale do Nilo, conseqüentemente, à composição étnica originária, ou seja, africana. Quando o livro didático traz uma noção do Egito pré-dinástico permite uma compreensão mais ampla da formação dessa civilização e a possibilidade do resgate de sua origem africana. Esta forma de

iniciar o estudo do Egito antigo é fundamental caso se pretenda superar um padrão do Egito antigo como, apenas, o Egito faraônico ocultando uma outra longa história do Egito, a denominada 'pré-dinástica'.

Mocellin caracteriza os nomos como sendo uma organização social de cunho independente e cooperativo, comandados por uma chefatura que unificava o poder político, jurídico e militar. Também aqui, como em Gislane e Reinaldo, prevalece uma visão da fusão de poderes na figura do faraó e do trabalho comunitário e cooperativo como base de sustentação da sociedade. Não muito diferente do livro de Seriacopi, em Mocellin a formação do Egito se inicia com a agricultura. Observam-se discrepâncias e consonâncias entre a abordagem do livro de Mocellin e o de Gislane e Reinaldo, por exemplo, no processo histórico do Egito faraônico a narrativa padronizada dos dois reinos e a posterior unificação mitológica é repetida.

Ponto interessante a ser destacado é expansão egípcia. No livro de Gislane e Reinaldo isso se deu na etapa mais adiantada da sua história antiga, ou seja, o período denominado de novo império. O destaque vale para a colocação dos autores sobre a relação entre a África e a Ásia, onde afirmam ser aspecto importante, representando uma nova configuração ou relações de força em que o Egito se expande pelo oriente médio, especificamente na região que liga os dois continentes. Isto se deveu pela ameaça assíria à hegemonia egípcia e possíveis invasões no delta do Nilo. O importante é perceber como nesse trecho o Egito é assumidamente posto como uma civilização africana se relacionando em forma de disputa expansionista com civilizações de outro continente, no caso da Ásia. Aqui o Egito explicitamente não é asiático.

Entretanto, mais importante ainda, são as relações do Egito com a Núbia. Tema este importante, mas, apenas mencionado e não desenvolvido por Gislane e Reinaldo. Essa expansão egípcia em direção ao sul, precisamente na região da Núbia, no atual país Sudão, permite elucidar um viés de relações entre Egito e outras regiões da África, integrando o processo histórico do Egito ao da África. Portanto possibilitaria aos autores relacionar de forma mais contundente a o Egito com as demais civilizações africanas contemporâneas a ele. No entanto, como foi mencionado, os autores citam a ocupação do Egito na Núbia sem se darem conta da importância que teria desenvolver essa temática, numa perspectiva de associação do Egito com o processo histórico africano.

A forma como Gislane e Reinaldo encerram a narrativa histórica do Egito é também bastante sintomático no sentido de demonstrar uma concepção corrente nos livros didáticos sobre o desfecho final do processo histórico da civilização do Egito antigo. Para estes autores o resultado da história do Egito foi a perda de sua autonomia com uma série de invasões e domínio estrangeiro até o século XX com a conquista da independência em 1922. Segundo essa lógica de pensar, o esplendor Egito é a época faraônica, sumindo da história com o fim da civilização faraônica através das invasões estrangeiras. Este é outro padrão geral de tratamento da história egípcia. Diferentemente da civilização greco-romana que desemboca no feudalismo, a civilização egípcia não tem solução de continuidade na forma como é encerrada a narrativa desses autores

No tocante à visão dos aspectos sociais do Egito antigo se observou um conjunto de elementos. Percebe-se na descrição da sociedade egípcia feita por Gislane e Reinaldo que a escravidão, mesmo existindo, não é o elemento definidor desta. Com isso, os autores apresentam elementos que podem se contrapor a uma visão bíblica escravista do Egito. O Egito é mostrado como uma sociedade desigual por está dividida em camadas sociais. Dá uma idéia da complexidade social. Apesar disso, o recurso à pirâmide social simplifica as coisas. O mais importante a se destacar é que, embora trate o Egito de forma complexa no que diz respeito à estratificação social, essa é associada à idéia de uma sociedade estática. O Egito imóvel agora é afirmado a partir da sua estrutura social. Portanto, os elementos da ocupação territorial, religiosidade, das artes e da estrutura social se combinam nesse livro para sustentar uma visão de um Egito estático. Um Egito imóvel que não deixou solução de continuidade é a idéia central com que esses autores concebem o processo histórico dessa sociedade africana.

Renato Mocelin faz uma formulação geral baseada em alguns elementos como hierarquia e tendência à imobilização. O faraó como cabeça da sociedade é definido a partir da fusão entre o poder temporal e espiritual, se igualando à visão de Gislane e Reinaldo como fusão de poderes. Esse parece ser outro padrão de concepção sobre o poder no Egito antigo. Este autor repete a descrição das camadas sociais até os escravos. Descreve sucintamente a importância dos escribas e sacerdotes como privilegiados. Continua com os camponeses destacando sua vida dura com ressalvas de que não era só de sofrimentos. Descreve a escravidão em suas origens e condições com diferenciação do tipo de escravo. Expõe a situação da

mulher que possuía direitos, não havendo discriminação de sexo, sendo avançado o sistema jurídico do Egito antigo.

Esta caracterização das camadas sociais do Egito antigo feita por Mocellin é mais completa e trabalhada que em Gislane e Reinaldo com destaque para a forma como coloca a questão das condições de vida dos camponeses e dos escravos. A dubiedade em relação aos camponeses se expressa em serem explorados e terem uma vida relativamente cômoda. Quanto aos escravos coloca a diversidade de escalas que possuem, não sendo uma classe homogênea. No geral, o Egito, também, é considerado como não sendo escravista. O aspecto mais interessante a ser destacado é visão sobre a situação da mulher na sociedade egípcia, afirma não existir discriminação, baseado no sistema jurídico que garantia direitos à mulher.

No trato do tema da economia o procedimento dos livros didáticos também é padronizado. Geralmente seguem dois passos na abordagem dessa temática. Primeiro, buscam realizar uma caracterização ampla da economia da sociedade em estudo, para em seguida enumerar os produtos que são produzidos e comercializados. Este procedimento é unificado pelos livros como é recorrente nos capítulos que trabalham com as civilizações antigas. Renato Mocellin não foge a esse padrão. Inicia a abordagem econômica do Egito descrevendo sucintamente a economia egípcia caracterizando-a como baseada na agricultura e pecuária. Destaca a inovação dos hicsos com a introdução do cavalo. Enfatiza a produção do papiro, da tecelagem, da caça e da pesca e o comércio, nesse caso, como exportadores e internamente não utilizavam a moeda. Vale a pena se dedicar um pouco mais a análise deste panorama da produção material da sociedade egípcia antiga.

Primeiramente a caracterização dupla, feita por Mocellin, como sendo a base econômica do Egito a agropecuária. Isso é estranho porque o Egito era sustentado por uma organização agrícola, a pecuária era eminentemente complementar, necessitando, inclusive de suporte externo para completar seu abastecimento em termos de animais. Estado pecuário era o que existia ao sul do Egito, na região da Núbia. Apesar do Estado cuxita ter uma agricultura, sua base essencial era o pastoreio intensivo, vindo a se tornar grande fornecedor de rebanhos ao Egito (KI-ZERBO, 1999). Parece então um equívoco essa caracterização dupla da economia egípcia. O segundo aspecto a ser ressaltado é a variedade produtiva do Egito expressa na enumeração dos produtos. Isso merece duas observações: os livros didáticos de história quando tratam das civilizações antigas, geralmente lançam mão de um

procedimento descritivo de produtos elaborados e comercializados pela civilização em estudo, almejando dar uma visão da variedade e complexidade da produção existente. Portanto, nesse aspecto, o Egito é tratado como o é as demais civilizações, respondendo ao mesmo modelo teórico da descrição de produtos.

Um segundo aspecto desse ponto sobre economia egípcia trata de uma singularidade, a ausência de moeda no comércio. Esse aspecto é recorrente nos livros analisados. Há que se ter uma atenção a esse detalhe, pois pode sugestionar atraso caso se parta para analogias com a civilização greco-romana, por exemplo. Em outros termos, isso pode levar ou reforçar idéia de atraso.

O último aspecto a ser posto nessa visão da estrutura produtivas do Egito antigo feita por Mocellin é a referência à contribuição dos hicsos. Este tema também é recorrente, se constituindo como assunto delicado, não tanto no sentido da veracidade do fato, mas da sua interpretação, ou seja, conceber avanços vindos de fora como determinante para o desenvolvimento egípcio ao ponto de reafirmar seu atraso. Observa-se então a contradição basilar se apontando no texto, qual seja, a dúvida idéia de um Egito avançado e atrasado ao mesmo tempo. Assim como de um Egito móvel e estático como foi visto em Gislane e Reinaldo.

Este debate sobre o desenvolvimento da civilização egípcia é mais explícito na passagem seguinte, merecendo uma reflexão um pouco mais detalhada. Mocellin parte do pressuposto de que houve desenvolvimento das forças produtivas na história do Egito antigo, principalmente com o advento dos hicsos que trouxeram o bronze, o torno, o tear mais eficientes, o gado zebu, cavalo e novas técnicas militares. O ferro viria com os assírios. Observa-se nessa passagem de forma mais explicitada o que estava apenas enunciada na anterior: essencialmente, o Egito se desenvolveu a partir de contribuição externa. Esta é uma das afirmações mais elucidativas de como o livro didático rejeita a autonomia criativa do Egito. Como esse livro associa o Egito à África, o que era vantagem inicial se torna complicador agora, pois não é só o Egito que é tratado como dependente de tecnologias externas para se desenvolver, mas, a própria África. O modelo de uma África dependente de presença estrangeira para se desenvolver se desenha nessa forma de tratar a questão do desenvolvimento dos egípcios antigos realizado por esse autor.

Talvez o aspecto mais marcante nos livros estudados sobre a caracterização do antigo Egito seja o da religiosidade. No livro de Gislane e Reinaldo o fenômeno da religiosidade é colocado como característica essencial no antigo Egito, pois, não

se restringe apenas a explicação de sua origem, mas também aos outros campos da sociedade como a política. Essa unidade entre política e religião é tema que os autores abordam quando tratam do fenômeno da personificação dos deuses nos governantes. Segundo os autores, esse processo inicialmente se deu através dos nomarcas, resultando em fusão gradativa entre funções políticas, administrativas e religiosas nos nomos. Esse fenômeno se repetirá em escala maior quando do processo de avanço da centralização do poder e a formação do império faraônico. Duas questões se sobressaem nesta formulação: primeiramente o destaque que o livro faz com o Egito sendo configurado como uma civilização essencialmente religiosa. Está é uma forma também comum de caracterização desse povo. Em segundo lugar, ao reconhecer o fenômeno da fusão entre religião e política anterior a fase faraônica do Egito, reconhece-se que a formação desse povo antecede à centralização. Mais uma vez abre-se lacuna para o debate sobre a formação africana. O pressuposto que se coloca neste momento é que qualquer referência a uma temporalidade da formação do Egito antigo anterior ao período faraônico, permite o debate sobre as origens africanas dessa civilização. No livro ora analisado há uma oscilação verificável nos textos.

Mocelin corrobora com a afirmação do caráter marcadamente religioso da sociedade egípcia. Neste sentido, define a religião egípcia como sendo politeísta, cujo povo era imensamente religioso. Apoiado em dizeres dos gregos antigos, discute alguns conceitos religiosos destacando a concepção central da vida após a morte. Observa-se que esta compreensão do Egito religioso tem apoio nos escritos gregos. Logo, trata-se de uma visão grega do Egito? Do racionalismo grego? Outro aspecto é o caráter politeísta, isso parece que tem que ser relativizado.

Esse Egito da religiosidade é apresentado nos livros estudados sem exceção, reforçando a visão que disto trás Gislane e Reinaldo, a religiosidade é posta como um dos aspectos mais marcantes da sociedade egípcia. Do mesmo modo que em Mocellin, suas principais características são o politeísmo, criacionismo, crença na imortalidade, levando a conceber a morte como um grande acontecimento. Segundo esses autores, esta forma de se relacionar com a religião suscitou determinado tipo de comportamento, tal como o hábito de o faraó ser enterrado junto a familiares e funcionários com função de servi-lo na vida eterna. Outra implicação da concepção da eternidade pós morte foi a prática da conservação dos corpos que exigia a permanência física do corpo no além. Com base nisso, os autores explicaram a

prática da mumificação, segundo eles, desenvolvida e aperfeiçoada pelos antigos egípcios

Assim como a religiosidade não há um livro didático que não enalteça a arte no Egito antigo. Entretanto, isso é feito a partir de uma contradição basilar, ao mesmo tempo, que é tratada como uma arte de grande vulto ela é utilizada para apresentar o Egito como uma cultura estanque, que parou no tempo, pouco afeita a mudança. Esta visão de uma arte rígida e monumental é a marca registrada nos livros didáticos quando tratam o Egito antigo. O que fica de idéia central é um Egito rígido e monumental através da perspectiva da arte.

Em Gislane e Reinaldo entra um aspecto complementar a esse quadro exposto acima. Os autores apontam como sendo a característica geral da arte egípcia antiga a vinculação entre religião e política que a colocava a serviço dos deuses e faraós. As arquiteturas mais importantes estavam relacionadas a templos e túmulos dos faraós. Por conta desse vínculo, a pintura e escultura obedeciam a regras rígidas sem o recurso da perspectiva. Mocellin não muda a caracterização. Na abordagem das artes egípcias esse autor aponta os elementos da religiosidade e política como importante para sua definição de funções. Era uma arte voltada para o faraó, por isso seu aspecto colossal, rígida e sem perspectiva. Repete o modelo da vinculação da arte ao político e religioso, sendo isto a explicação de seu caráter rígido.

A concepção de que existia um conhecimento científico no Egito antigo é também recorrente nos livros analisados. Isto possibilita uma visão mais ampla dos conhecimentos que possuíam os egípcios antigos. Sobre esse aspecto, em Gislane e Reinaldo, se percebe a preocupação em dar uma idéia da dimensão que alcançou os conhecimentos dos egípcios elencando uma série de áreas onde empreenderam descobertas e criações de vulto tais como engenharia hidráulica, tecelagem, transportes fluvial e marítimo, comércio baseado na troca de produtos, pois a moeda só surgiria tardiamente, medicina com grandes avanços nas especificidades da anatomia humana, anestesia e cirurgias, astronomia elaborando diferentes calendários, a exemplo do de 365 dias e seis horas ao ano, posteriormente adotado, com modificações por Júlio Cezar e reformado pelo papa Gregório XII no séc. XVI, sendo então a base do calendário atual.

O Egito nesse ponto não é tão religioso assim, pois eram grandes conhecedores em várias áreas de saberes. Isto entra em contradição com a compreensão de uma civilização quase que absolutamente religiosa. Esta

contradição se explica em parte pela característica estrutural do livro didático, especificamente como são estruturados os capítulos, onde os conhecimentos são compartimentados em itens no texto central ou separados por boxes autônomos. Isto leva a uma assimetria quando se observa detalhes, muito embora o texto em seu todo comprove uma simetria.

No caso de Mocellin, essa tendência não religiosa da ciência egípcia fica mais nítida. Esse autor defende a existência de uma ciência egípcia ligada às necessidades práticas como nos casos da matemática, medicina, odontologia, farmácia e medicamentos, astronomia, calendário e química. Observa-se pelo elenco de saberes a variedade de áreas de conhecimento dominado pelos egípcios. Interessante observar que, diferentemente da arte, a ciência não está presa à religião, mas a necessidades de cunho prático, de sobrevivência da sociedade.

Tema que não faltam aos livros didáticos quando em relação ao Egito antigo é o da escrita que se constitui como assunto também delicado. Vale destacar a visão de Gislane e Reinaldo que se apóiam na idéia de autonomia e mudança a partir da escrita egípcia. Esses autores dedicam um boxe especial para uma reflexão sobre a evolução da escrita egípcia afirmando que esta sofreu mudanças gerando três modalidades, a hieroglífica, a hierática e a demótica. A lógica dessa mudança é um processo de simplificação da escrita egípcia ampliando as fontes de conhecimento. É o único espaço no livro em que o Egito é visto como dinâmico, mesmo assim, não se explorou a literatura que deriva dessa escrita, ou seja, não se instigou se a literatura egípcia antiga sofreu modificações, do mesmo modo que sua escrita, isto é, se houve ou não uma popularização da literatura aos moldes da escrita, inclusive em decorrência dela. Em Mocellin é mantido o padrão geral de apenas descrever as modalidades de escrita.

Alguns aspectos da sociedade e cultura egípcia são destaques em um livro e ignorado em outro, se constituindo em particularidades nas abordagens. Portanto, há uma diferenciação entre os livros didáticos. Um exemplo é a abordagem ao tema da saúde e estética feito por Gislane e Reinaldo que permitiu, por assim dizer, uma visão sofisticada do Egito antigo. Segundo os autores, os egípcios são elegantes e cuidadosos com a saúde. O cuidado com o corpo tinha função estética e de medicina preventiva. Nesse caso, o Egito é visto como uma civilização com elevado grau de eficiência técnica. Esse aspecto de um Egito desenvolvido é demonstrado também quando esses autores tratam do tema da urbanização. Nesses autores, o Egito antigo

é tratado em uma unidade intitulada “A urbanização”. Tendo como menção a temática da unidade, o Egito está associado a um modelo de sociedade urbanizada, sendo apresentado como uma das civilizações antigas que promoveram a revolução urbana. A primeira idéia é deduzida da inclusão nessa temática: o Egito urbanizado. Em outra passagem, tomam uma postura elogiosa ao Egito. Na introdução do capítulo dedicado ao Egito antigo manifestam uma reverencia utilizando a expressão “fascinante civilização egípcia”. Esta postura elogiosa é comum nos livros didáticos, uma forma de apologia às realizações dessa civilização e a sua durabilidade.

A questão que se coloca é se o livro assume essas realizações como genuinamente africana e se indica elementos de aporte que essa civilização deixou para a humanidade. Neste item do livro de Gislane e Reinaldo a questão do legado egípcio para a humanidade é expressa em termo valorativo como: “rico e diverso em várias áreas do saber” (SERIACOPI, 2005, p.25). Muito vago esta forma de tratar o legado egípcio antigo sem na verdade explicitar o conteúdo, apenas utilizando o recurso de enunciados sem entrar no mérito.

Todas essas formulações elogiosas entram em contradição com o conjunto do capítulo que predominantemente passa a idéia da estagnação do Egito antigo. Caso interessante a ressaltar é a forma singular como Gislane e Reinaldo expressaram essa premissa de um Egito estático. No tema da formação do Egito os autores levantam uma afirmação sobre o fenômeno da ocupação territorial: defendem a idéia de que permanece a mesma há mais de 8 mil anos. Esta forma de apresentar o Egito também não é nova, pois está implícita nessa formulação a idéia de um Egito inerte, paralisado no tempo. No entanto, a formulação de um Egito imóvel, pouco afeito a mudanças, na maioria das vezes, aparece quando os livros didáticos versam sobre sua longevidade histórica ou da descrição de características como as artes, por exemplo. No caso desses autores, a idéia de estagnação é colocada em um elemento novo, a ocupação territorial, tida como inflexível até os dias atuais. Isso é de suma importância porque se o Egito é representado como estagnado e é africano, amplia-se a contradição do texto a medida que fica registrado o estigma de estagnação da África a partir de sua experiência histórica considerada a mais desenvolvida.

Por fim, há passagens nos textos que se ocupam de assuntos aparentemente desconexos, mas, que trazem em seu bojo elementos suficientes para serem analisados. É o caso de um boxe, em Gislane e Reinaldo, que faz uma denúncia da rapina arqueológica no Egito. Trata-se de um boxe especial que foi dedicado ao que

os autores chamam de “o novo interesse pelo Egito antigo” (SERIACOPI, 2005, p.23). Iniciam afirmando o ostracismo a que foi relegada em benefício da história de outras civilizações a exemplo da Grécia e Roma. Argumentam que o motivo desse fenômeno foi a dominação externa que sofreu o Egito por longo período. A revalorização viria com a missão napoleônica e a invasão francesa ao Egito. A partir daí se iniciou uma valorização intelectual e comercial da cultura egípcia. Isto gerou uma caça predatória do patrimônio artístico destinados a museus da Europa e Estados Unidos. A atitude atual do governo egípcio é exigir a devolução desse patrimônio tendo como reação dos museus internacionais a declaração conjunta defendendo o direito de manter as peças em seus museus. Existe um paradoxo neste texto a medida que denuncia a rapina da arqueologia egípcia, mas delega isso às invasões estrangeiras reforçando a idéia anterior do Egito dominado. Logo a denúncia, apesar de verídica, dissimula a idéia de um Egito sem autonomia.

Há também as passagens das curiosidades dentro dos textos nos livros didáticos. Estas demonstram certa versatilidade e que não deixam de suscitar visões culturais e sociais de um determinado tema. O caso a ser destacado sobre o Egito antigo é também do livro de Gislane e Reinaldo. Trata-se de outro boxe que discute um estranho legado do Egito, ou seja, a repercussão da mumificação. Vale insistir, os livros didáticos apresentam alguns aspectos, no mínimo, hilários. Existem boxes destinados a curiosidades. O Egito não se constituiu como exceção à medida que um boxe trata de tema curioso sobre como o processo de mumificação egípcia era vista desde a Europa medieval. Nesta época, os médicos europeus prescreviam a carne mumificada para tratar doenças por entenderam estar munida de elementos curadores. Isto resultou em saques a tumbas egípcias e o tráfico de carne mumificada para a Europa. É dessa forma extravagante que se refere ao tema da transmissão de conhecimento do Egito para fora dele.

5.1.2.1 O Egito tratado como civilização do oriente

Este é o aspecto mais comum dos livros didáticos quando abordam o Egito antigo. No livro Rumos da História de Antonio Paulo Rezende e Maria Thereza Didier. O Egito antigo é abordado em uma unidade intitulada “As Primeiras Conquistas”, cujo capítulo vem com título “Natureza, Cultura e História”, como já foi dito. Neste livro, o Egito é tratado no item da antiguidade oriental, não

merecendo sequer um capítulo dedicado a sua história antiga. Neste caso, essa obra seria um exemplo extremo da forma tradicional em que o Egito antigo é tratado na maioria dos livros didáticos de história. Na forma em que é organizado no texto, o Egito é considerado como uma civilização não africana, como uma sociedade denominada crescente fértil. Vale expor nas palavras dos autores como o Egito é apresentado no livro no livro:

O Egito estava incluído, na Antiguidade, no chamado Crescente Fértil, região que se estende desde o sudeste do mediterrâneo até o golfo Pérsico, onde hoje se localizam Síria Iraque e Israel, entre outros países. É muito comum afirmar-se que o Egito é uma dádiva do Nilo, repetindo o historiador grego Heródoto. Não é, portanto, sem razão que o Egito é chamado de terra do Nilo, embora ele não se situe ao longo de todos os 6.450 Km de extensão que compõem as margens desse rio. (REZENDE, 2007, p. 25).

Essa é a visão clássica com que os livros didáticos de história padronizaram a compreensão do Egito. Ele é do oriente médio, apesar de estar às margens do Nilo. O continente africano não é mencionado. O trato dessa localização, do Egito como oriente, é tão profundamente marcado nesse livro que incorre em erros do tipo que se verá a seguir quando os autores buscam dar mais precisão à localização do Egito definindo suas fronteiras: “O Egito estava dividido em duas grandes regiões: o baixo Egito (a região do delta) e o alto Egito (região do vale do Nilo, onde hoje está o Sudão). Ao sul do seu território estava a Núbia, terras das cataratas do Nilo; a oeste ficava o deserto da Líbia; a leste o deserto Árábico, e, ao norte, a costa mediterrânea”. (REZENDE, 2007, p. 25). Diferenciadamente é a forma que é apresentada a localização do Egito em Seriacopi como se pode ver na passagem seguinte: “localizado no norte da África, o Egito tem seu território quase todo ocupado pelo deserto do Saara. Por isso a maior parte de sua população encontra-se nas margens e delta do rio Nilo, que atravessa o país de norte a sul” (SERIACOPI, 2005, p. 25).

O erro anunciado está na informação de que o vale do Nilo está no Sudão. Tanto o delta como o vale do Nilo são territórios do Egito, desde a Antiguidade. O limite sul do Egito antigo é a primeira catarata, na região de Assuã. O vale do Nilo é a região que vai do delta à primeira catarata. Tudo isso pertence territorialmente ao Egito, não tendo nada a ver com o Sudão. O Sudão atual é a região ao sul, portanto é

a Núbia que pertence a esse país. Apesar desse erro, o autor caracteriza muito bem a Núbia como a região das cataratas do Nilo, porque é realmente a região que compreende o curso das seis cataratas do Nilo. Percebe-se que o autor tem certo conhecimento de causa, no entanto, incorre em erro gritante. Inferi-se que falta mais domínio do ambiente físico africano onde está o Egito. No entanto, como foi visto, para esse autor o Egito é uma civilização do oriente. Embora descreva as regiões africanas onde o Egito está localizado, não menciona o continente.

Como foi assinalado acima o Egito está compactado nesse livro em um capítulo onde se estuda as civilizações do oriente, por conseguinte sendo abordado junto aos Mesopotâmios, Persas, Hebreus e Fenícios. É reservado ao Egito poucos parágrafos, sendo que no conjunto sua identidade é alocada junto aos impérios asiáticos. As características do Egito são aproximadas aos dos mesopotâmios e aos persas e não a sua originalidade africana. O processo histórico do Egito antigo é engolido nesse texto, apenas mencionado alguns marcos históricos tradicionais, tais como a unificação, a divisão em períodos, sem adentrar nos conteúdos. A caracterização da sociedade se dá pelo caráter religioso expresso no poder do faraó. Nada mais de relevante é dito. Neste livro, o Egito foi solapado da África.

Vale uma última ressalva que estende este tema a outra situação histórica. Esta questão de o Egito ser apartado da África pelo crescente fértil não se constitui em um único exemplo histórico de se tentar separar regiões africanas do continente. Na verdade, todo o norte da África assim é tratado a partir da presença Árabe nesta região. Para se ficar em um exemplo é interessante observar a citação abaixo extraído de um livro recentemente publicado, que se originou de uma dissertação defendida no curso de história da Unicamp. Trata do tema da teoria da história de Ibn Khaldun. Ao se referir a este historiador do século XIV, assim se pronuncia o autor na introdução do livro quando da apresentação desse historiador africano:

Ibn Khaldun é um dos poucos sábios mulçumanos que conseguiram superar a imensa barreira do desconhecimento e da falta de interesse do mundo árabe mulçumano no Ocidente. Podemos considerá-lo, portanto, um clássico. Embora nunca tenha sido esquecido entre os árabes, entre os ocidentais sua descoberta foi tardia quando comparada às traduções e análises de pensadores como Averróis e Avicena. Ibn Khaldun só veio ganhar a atenção da Europa por meio dos estudiosos modernos, estimulados por

interesses colonialistas no norte da África. (ARAÚJO, 2007, p. 11).

O autor desse trabalho é um arabista, dedicado aos estudos da história e cultura árabe. Portanto, não é de se estranhar que trate este filósofo e historiador africano como sendo árabe e não arabizado por falar a língua árabe. Na própria apresentação do livro Ibn Khaldun é apresentado como historiador árabe. Isto apesar de ser citado como nascido em Túnis. Este filósofo, historiador e estadista africano nunca esteve na Arábia. Ser mulçumano, falar e escrever em árabe o tirou da África. Segundo a lógica arabista desse autor. Isto implica em conceber que o Norte da África não a mais pertence, pois é todo árabe. Há sempre essa tendência na historiografia geral de arrancar o Egito e o Norte da África deste continente. O livro didático não está sozinho nessa empreitada.

5.2 A inovação da história antiga da África nos livros didáticos: os reinos e impérios africanos

5.2.1 Os livros analisados e a problemática da investigação

A noção de uma antiguidade africana é essencial na atual abordagem da África nos atuais livros didáticos. Em livros anteriores a África aparece na história no tráfico de escravos e posteriormente na partilha e descolonização. A África entra no século vinte como um espectro sem passado algum, como se tivesse surgido do nada. Enquanto que o processo histórico europeu era desenrolado minuciosamente e em sequência, a África surge como uma aparição, por conta da expansão imperialista europeia. Esta inovação feita por alguns livros didáticos demonstram efeitos da lei de obrigatoriedade do ensino de África na área de história. Além disso, possibilita a discussão de outra visão não somente da África, mas da história da humanidade. Apesar disso se verá que estes novos conteúdos estão carregados de estigmas sobre a história e cultura africana.

A problemática que rege esse ponto está relacionada ao tema da originalidade e autonomia das civilizações africanas abordadas pelos livros didáticos. Saber em que medida os autores apontam na perspectiva de conceber uma história da África, através desses reinos e impérios antigos, a partir do ponto de vista africano, foi o elemento basilar da análise realizada. Pensar a história da África a

partir de um ponto de vista africano, ao ver dessa pesquisa, é como pensa o consagrado historiador da África Basil Davdson, conceber o desenvolvimento africano por ele mesmo e não buscar elementos externos explicativos da existência das civilizações antigas da África.

Neste ponto da pesquisa optou-se por trabalhar os autores em separado tal a densidade das informações contidas e as perspectivas diferenciadas nas abordagens. Como o procedimento adotado se baseia na dissecação dos conteúdos dos textos, acompanhou-se a trajetória do raciocínio de cada autor, expondo suas idéias e argumentos a cada tema tratado no capítulo investigado e realizando análise simultaneamente. Assim, o trabalho toma forma de diálogo entre o pesquisador e os autores do livro didático, tendo como mediador a historiografia exposta do primeiro capítulo.

Três obras foram escolhidas do catálogo do MEC para o ensino médio de história. O primeiro já trabalhado na temática do Egito antigo é o livro História de Gislane e Reinaldo. O segundo, o livro Nova História Integrada de João Paulo Mesquita Hidalgo Ferreira e Luiz Estevam de Oliveira Fernandes (FERREIRA; FERNANDES, 2005) e o terceiro o livro de Mário Shimidt, Nova História Crítica (SCHMIDT, 2005).

Obedecendo ao tratamento individual dado às fontes, este ponto ficou dividido em três itens, levando como título a idéia central que se baseia cada livro ao abordar a história da África antiga. O método é tratar os textos sem referencial de modelo ideal, buscando observar as contradições presentes entre as representações ou idéias contidas em cada obra para, na conclusão, verificar as contradições comparando as idéias centrais do conjunto investigado. Este seria então o intento da totalização final

A idéia das duas Áfricas

Inicialmente vale tratar do mito da dupla África em que se baseia o livro de Gislane e Reinaldo Seriacopi (2005). Nesses autores, a idéia central sobre a história da África está sustentada no postulado da existência das duas Áfricas. Isso pode ser observado quando abordam o tema dos reinos africanos em um capítulo específico dedicado à história da África, capítulo este inserido em uma unidade intitulada “Diversidade religiosa”, cujo capítulo recebeu o título de “Os reinos africanos” (SERIACOPI, 2005, p.92-97). Duas questões se colocam para uma primeira reflexão na passagem acima quanto à caracterização do continente africano. A África antiga

dos reinos e impérios é identificada em uma unidade em que o tema geral é a religião, essa simetria entre África e religião está também presente quando se trabalhou com o Egito antigo. A África é apresentada como um continente marcadamente religioso. Em segundo lugar, a adjetivação que se dá no título da unidade é de uma pluralidade religiosa. Isto se contrapõe a uma idéia de uma África homogênea e una.

Neste capítulo, a África está dividida em duas grandes regiões: África setentrional e subsaariana. O Deserto do Saara é visto como delimitador dessa separação, provocando uma diferença histórica entre essas duas porções da África. Esta referência do deserto como obstáculo não é indiferente à historiografia africanista, mas não sem polêmicas. A primeira é a África do norte, berço de civilizações florescentes como a egípcia e cartaginesa. A África subsaariana teve sua ocupação prejudicada por fatores geográficos e ambientais como solo fraco, existência de floresta e transmissores de doenças, a exemplo da mosca *tsé-tsé* (HERNANDES, 2005). Segundo a abordagem dos autores do livro 1, até os primeiros séculos da era cristã predominou nessa vasta região africana culturas ligadas à caça e coleta e isso foi determinado pela existência abundante de terras com pouca densidade demográfica. Pode-se inferir que havia uma discrepância entre a disponibilidade de terras e de seres humanos na África subsaariana. Essa discrepância foi responsável por definir os rumos da história da África abaixo do Saara)⁴¹. No entanto, ressaltam que houve um lento processo de “sedentarização” nessa região que permitiu o surgimento de “sociedades com importante influência no continente” (SERIACOPI, 2005, p. 92).

Duas formulações se combinam neste quadro geral sobre a África. Quadro basilar para a abordagem que esses autores fazem da história da africana. A primeira questão posta é o perigo desse apartamento radical entre a África do norte e subsaariana. O delicado desse procedimento é a indução de uma região desenvolvida e outra atrasada. E mais ainda, pode se inferir desse tipo de formulação que a existência de uma África atrasada e outra desenvolvida está em condicionantes

⁴¹ Esta teoria da baixa densidade demográfica na história da África tem em Jonh Thornton um expoente importante, neste autor esta lógica histórica da África de muita terra disponível tornou-a uma área onde à mão de obra era o dilema a ser resolvido, fazendo da África um ambiente de caça ao homem, por conseguinte a África seria por sua natureza histórica produtora de escravos. A conclusão desta tese vai no sentido de amenizar a influência e européia no fenômeno do tráfico de escravos na África. As idéias contidas nos livros didáticos em análise corroboram com esta tese. (THORNTON, 2004).

internos, precisamente em um determinismo geográfico. Portanto, formulações tidas como sedimentadas no livro didático sem debate historiográfico leva a estereótipos.

Na caracterização geral do processo histórico africano, feita no início do capítulo, constata-se que a premissa inicial é a existência de uma África desenvolvida, a do norte, e uma África atrasada, a subsaariana. A razão dessa diferença é delegada a fatores prioritariamente de ordem geográfica. Idéia esta sustentada na premissa de duas Áfricas desconectadas entre si. O que implica também induzir a uma falta de interconexão entre regiões africanas. Esta é outra polêmica importante na historiografia da África.⁴²

O segundo elemento importante a ser analisado é a idéia expressa em Gislane e Reinaldo de que a África é antiga. Com esse postulado os autores iniciam a abordagem da história da África estudando a antiga civilização da Etiópia, apontada como sendo uma das nações mais pobres do planeta. Entretanto, no passado abrigou uma das primeiras sociedades a se converter ao cristianismo. O reino de Axum é apresentado como um dos mais antigos dos Estados cristãos da história. A origem desse reino é remontada, nesse livro, a migrações de habitantes do sul da Arábia que dominavam a agricultura e o pastoreio. Além disso, trouxeram também as técnicas do arado e escrita semítica. Segundo os autores, partir dessa presença semítica nessa região africana e “com o passar dos séculos” aldeias se transformam em centros comerciais que, ao se desenvolverem, mantinham relações comerciais com Índia, Arábia, outras regiões da África e povos do Mediterrâneo.

O quadro que Gislane e Reinaldo apresenta dessa civilização é de dimensões internacionais. Isso pode ser conferido no trato que fazem do Estado de Axum, que surge da lógica de desenvolvimento acima narrada. Esse processo histórico é concebido pelos autores, como determinado por um comércio africano de caráter internacional que possibilitou que a cidade de Axum se expandisse a ponto de formar um Estado em forma de um reino. Segundo os autores, este antigo Estado africano também controlava o tráfico de mercadorias do interior para o litoral do continente africano, do mar vermelho ao Vale do Nilo, investindo em um processo de expansão, conquistando territórios da península arábica a leste e o império africano de Kush, a oeste.

⁴² Sobre o determinismo geográfico para a África ver GIORDANI, 1985.

O quadro dado por esses autores da civilização de Axum é que este se tornou um grande império, cuja prosperidade se pode conferir com a utilização de moeda cunhada. Portanto, tem-se aqui uma visão grandiosa de um antigo Estado africano.

No entanto, esta visão favorável da África, através da caracterização desse Estado africano veio associada a dois fatores que merecem ser analisados. O primeiro desses elementos explicativos do desenvolvimento de Axum é a migração semítica. Os autores reportam a povos estrangeiros e sua migração à África o fato decisivo do salto qualitativo empreendido por essa civilização. Isso é muito recorrente na historiografia colonialista sobre a África como foi visto na parte teórica dessa pesquisa quando do tratamento da historiografia africanista. Essa dificuldade em reconhecer a autonomia africana em relação a seu desenvolvimento, buscando uma gênese fora dela é o que se passa com essa forma de narrar o processo histórico de Axum feito por esses autores (DAVIDSON 1970).⁴³

O outro fator em que está associado o esplendor de Axum no livro de Gislane e Reinaldo é o processo de cristianização ocorrido nessa civilização. Segundo os autores, a religião original era baseada no politeísmo e a cristianização veio no governo do imperador axumita de nome Ezana, culminando com o auge dessa civilização, constado na cunhagem de moedas. Outro fator externo entra como fato decisivo do desenvolvimento desses povos. Interessante ressaltar como o livro trata o declínio desse Estado. Segundo o texto, o fim de Axum se deveu à presença dos muçulmanos nessa região. Portanto, o processo histórico de Axum é impulsionado na sua origem, desenvolvimento e declínio por intervenções externas. Logo, o elemento decisivo para explicar a existência desse antigo Estado africano e seu poderio é a presença estrangeira. Esse aspecto tem dimensões outras na medida em que o processo histórico africano, em seu todo, é comumente analisado tendo como demarcador a presença estrangeira.

Vale frisar a noção de processo histórico implícita na forma como esses autores narram os eventos históricos. Trata-se de uma visão evolutiva, expressa em formulações como “com o passar dos séculos”, “com o tempo”, etc. Nessa ótica a idéia de ruptura não existe. Interessante seria conferir se, em capítulos que tratam de

⁴³ O Estado de Axum é concebido como tendo sua origem ora na África, ora no Arábia. Em alguns casos é tido como síntese desses dois povos. Na teoria da autonomia africana reportada ao historiador Basil Davidson não se pode ter dúvidas quanto a origem e matriz africana da civilização axumita. (DAVIDSON 1970).

temas diferentes ao da África, essa mesma maneira de conceber o processo histórico é utilizada ou seria uma expressão utilizada apenas referente à África?

Dando continuidade à exposição sobre a existência de Estados na África desde tempos antigos, o livro de Gislane e Reinaldo abordam o que denominam de reinos do Sahel,. De antemão fazem definição dos termos geográficos que serão utilizados como Sahel e Costa da Guiné. Na abordagem do Sahel este é concebido como sendo uma faixa transitória entre o deserto e a floresta, sendo habitado de forma sedentária desde tempos antigos. Segundo os autores, a ocupação humana dessa região africana permitiu o surgimento de um processo histórico que evoluiu da formação em aldeias ao aparecimento das cidades e comércio, originando formações estatais governadas por monarcas. Este processo histórico é concebido pelos autores por formação de “sociedade mais complexas”. Portanto, segundo Gislane e Reinaldo, houve um processo histórico nessa região da África que antecedeu a era cristã, cujos elementos principais foram à urbanização, o comércio e a constituição de Estados. Que em sua devida expansão territorial permitiu a formação de reinos e impérios.

Dentre as formações Estatais do Sahel, os autores escolheram trabalhar inicialmente com o reino do Gana dando ênfase ao fato de ser considerada a terra do ouro. Localizam este Estado africano em rota do comércio transaariano, situado no atual país da Mauritânia. Este reino africano ficou conhecido pela produção do ouro, sendo considerado, segundo o texto, o principal fornecedor desse metal precioso para o mediterrâneo, posição esta perdida para o Brasil no século XVII. O reino do Gana é tratado na mesma perspectiva que Axum, ou seja, com grandiosidade sem, contudo, reportar origens exógenas a sua existência. Detecta-se uma oscilação nesse tipo de abordagem entre admitir uma originalidade africana e sugerir uma gênese externa para sua a existência dos reinos e impérios nesse continente.

Neste livro, Gislane e Reinaldo utilizam os conceitos de reino e império para se referir as formações sociais africanas fazendo ressaltar que esses Estados africanos se diferenciavam do europeu, por exemplo, por não ter fronteiras delimitadas. Segundo os autores, a lógica de manutenção desses reinos não era a extensão territorial, mas o controle da população, cidades e aldeias que lhes forneciam tributos, soldados e funcionários. Este tipo de reflexão é de suma importância porque elucida a singularidade das formações africanas, muito embora, no texto, os autores não utilizem uma nomenclatura apropriada à realidade africana.

Em outras palavras, apesar da ressalva que fazem continuam usando conceitos imprecisos.

Interessante observar que na abordagem sobre o declínio do reino do Gana, o texto faz menção a fatores internos como ao processo de desertificação do Sahel, devido ao avanço do pastoreio intensivo, assim como a exploração de novas zonas auríferas fora de seu domínio do Gana, enfraquecendo seu poder. Segundo os autores, o resultado desse processo se concretizou com conquista desse reino por outros povos africanos. Muito interessante essa passagem porque deixa claro que a decadência desse Estado africano se deu por um avanço da produção que desgastou uma área produtiva. Portanto, foi a lógica interna de seu funcionamento que o fez entrar em crise. A invasão externa veio consolidar uma realidade em andamento. Fica então garantida, no item 3, Reinos do Sahel do livro de Gislane e Reinaldo Seriacopi (2005, p. 94) a autonomia de desenvolvimento desse Estado africano. Fica configurada uma contradição entre a abordagem do Estado de Axum e do Gana. Os autores lançam mão de perspectivas contrárias para tratar cada um desses Estados. Vale a pena ressaltar, nesse livro, o Gana foi destruído por outros povos africanos, demonstrando em apenas uma passagem sutil como esta a complexidade do contexto histórico africano.

Na sequência histórica o livro trabalha com o reino do Mali, caracterizado como um Estado mulçumano. O quadro apresentado pelos autores é o que se segue. O período de ascensão desse Estado correspondeu ao declínio do reino do Gana, ambos localizados na África ocidental. O reino do Mali era dominado pela etnia: mandinga. O processo histórico é narrado sucintamente, englobando a submissão inicial ao reino do Gana. Sob a liderança de um guerreiro Sundiata Keita, o Estado do Mali dominou toda a região outrora sob controle do antigo Gana. A expansão desse reino veio a superar a do Gana, pois atingiu regiões distantes do centro como o litoral do Atlântico.

Dando continuidade à narrativa, os autores, afirmam que o Mali teve sob seu controle: as regiões do ouro e importantes rotas transsaarianas de comércio. O processo de islamização do Mali foi mais intenso no Gana, com soberanos fazendo viagens a Meca. Descrevem resumidamente a viagem de um determinado soberano nos moldes do historiador africano Joseph Ki-Zerbo (1999). Fazem destaque à lendária cidade de Tombuctu que veio a se transformar em famoso centro de estudos

islâmico se de imigração estrangeira à África ocidental. O declínio desse reino se deve a um complexo processo de invasões africanas.

Em Gislane e Reinaldo, se confirma uma visão grandiosa desses Estados africanos. No processo do Mali se desenvolve a mesma concepção que da análise do Gana. O princípio da autonomia do processo histórico e os conflitos internos à África bastante elucidados. Não obstante, a concepção de história está sempre relacionada a um processo “evolucionista”, pois repetem a noção de gradualidade quando se referem as mudanças utilizando expressões como gradativamente, pouco a pouco, etc. Mais uma vez não utilizam a lógica das rupturas históricas. Segundo o texto do livro, o Mali substituiu o Gana em um processo de crescimento gradativo seu, em simetria ao de declínio daquele.

Tratam da importância, longevidade e extensão do comércio transsaariano. O Saara é visto como uma barreira entre Sahel e o mediterrâneo, entre norte e sul da África. Esse comércio existia antes dos árabes, mas só se fortaleceu sob influência deles, principalmente quando introduziram o camelo no transporte de mercadorias. Neste tipo de formulação, os autores reproduzem uma versão conservadora da historiografia que colocam os árabes como dinamizadores do comércio do Saara e não os africanos. Esta é a forma de ver de uma historiografia arabista que solapou o Saara e mediterrâneo da África.

Outra forma preconceituosa de se ver o processo histórico africano: a África do norte é árabe e a África propriamente dita é a África negra. Não obstante, descreve a cidade de Tombuctu, como patrimônio histórico da humanidade, ressaltam a sua longa história e seu esplendor cultural e intelectual, assim como sua arquitetura que são provas do grau de desenvolvimento a que chegaram determinadas sociedades africanas. Aqui reaparece a idéia de grande desenvolvimento das sociedades africanas.

A temática que encerra a parte do texto central em Gislane e Reinaldo é dedicada ao fenômeno da expansão dos bantos. Inicia fazendo uma definição do termo banto sendo compreendido como uma variedade de povos de origem comum designados pela origem linguística, não se configurando por ser uma etnia. Segundo o texto, a origem dessa dispersão se encontra na região fronteiriça entre o atual Camarões e a Nigéria. Esse processo histórico africano durou quase dois mil anos sendo concluído no século XII.

Os autores realizam um panorama histórico sobre o processo de migração desses povos da África subsaariana apontando as consequências para a história da África. Segundo eles, estes povos africanos, em sua expansão, vieram a ocupar dois terços da África, localizada abaixo da linha do equador. Levaram consigo um manancial de técnicas que foram difundidas pelo continente tais como caça, coleta, pesca, pastoreio, agricultura de coivara. Eram itinerantes e povoaram extensas regiões. A cada processo de esgotamento dos recursos buscavam áreas em condições para agricultura. O resultado desse fenômeno histórico foi variado indo desde a criação de tribos independentes a Estados centralizados como o Grande Zimbábue. As técnicas difundidas pelos bantos foram também variadas como o artesanato, pastoreio, agricultura, chegando a desenvolver o comércio do ouro e marfim em direção à costa oriental africana.

O que fica dessa exposição, apresentada por Gislane e Reinaldo, é um quadro extremamente rico sobre um processo de difusão cultural interno à África. A visão que permeia essa passagem do livro é de uma dinâmica história intensa, não se percebe ao recurso a uma idéia evolucionista, ao contrário, onde chegaram os bantos provocaram rupturas em variados graus, a depender da configuração social em que tiveram contatos. Trata-se agora de uma visão transformadora das estruturas sociais africanas, através de um processo genuinamente africano. Neste tema os autores não deixam nenhum resquício de idéia que possam inferir atraso, estagnação ou agente externo ao continente conduzindo a historicidade africana.

No final do capítulo, Gislane e Reinaldo, em sua narrativa mencionam de forma extremamente resumida a existência do reino do Congo que teve sob seu controle uma imensa variedade de povos. Esta forma de encerrar um capítulo a toque de caixa é bastante comum nos livros estudados. Percebe-se que os autores do livro não conseguiram maior espaço para tratar desse reino importante da África e restou a eles apenas citá-lo. Por conseguinte, fica apenas registrada a existência desse Estado africano. A contenção do espaço liquidou o tema.

Ao tratar do tema das religiões africanas, Gislane e Reinaldo, reforçam a idéia de separação das regiões neste continente, notadamente entre norte e sul, determinado por fatores ambientais como o deserto e a floresta, ou seja, apontam determinantes geográficos para a existência de diferenças religiosas na África. Portanto, a geografia foi condicionante histórico e religioso na África.

Sobre a caracterização das religiões africanas, os autores ampliam um raciocínio afirmando o princípio da diversidade religiosa africana. Paradoxalmente, buscam características gerais que possam definir uma modalidade de ser da religiosidade africana e para tal utilizam terminologias tais como “crenças religiosas” existentes desde “tempos remotos” tendo como aspecto comum o culto a muitos deuses. Aqui aparecem duas contradições explícitas: a primeira entre o enunciado da diversidade e a caracterização dá uma forma única de ser da religiosidade africana. A segunda está no conteúdo, é tratada dentro da estereotipia de crenças religiosas e que não se modificaram desde tempos remotos. Predomina então uma visão de uma África eminentemente religiosa de conteúdo atrasado e estático. A contradição entre esta formulação sobre a arte e a religião africana e o fenômeno histórico da expansão banto é evidente. Ora a África é dinâmica, ora é estática.

Nessa busca de uma caracterização geral da religiosidade africana elaboram um quadro de conteúdo sobre as religiões da África que merece ser melhor analisado. Os elementos principais apresentados são: o ser humano como parte não privilegiada da natureza e que tem como responsabilidade cuidar de estabelecer o equilíbrio ambiental. Neste modo de conceber a relação do homem com a natureza, os elementos da natureza são sacralizados; o que viria a configurar uma religiosidade baseada no animismo. Por conta disso, os animais são considerados protetores e as árvores com propriedades de alma. Por fim, os africanos são definidos como politeísta e criacionista, ou seja, têm o paradoxo de acreditarem em vários deuses e ao mesmo tempo elegem um ser supremo como criador, logo, são religiões estruturadas em um sistema de hierarquia. Deuses menores: personificavam fenômenos e espíritos da natureza, com funções de proteger aldeias e clãs. Este conjunto de crenças está sustentado no princípio do culto aos antepassados honrados como deuses. Os autores destacam a existência de crença em “gênios” que necessitavam de oferendas para revelar segredos em sonhos.

Segundo o texto, os cultos variavam de locais, podendo ser em templos, casas ou ao ar livre. Concluem esse quadro de uma religiosidade africana apontando como essência destas religiões o sacrifício de animais ou seres humanos, onde se faz a transferência de força dos deuses para os seres humanos. Fecha o quadro estabelecendo a existência de duas modalidades de prática religiosa na África: a da magia branca, considerada benéfica, realizada por adivinhos e curandeiros, baseada

na interpretação dos sinais, através de oráculos e a magia negra, considerada como maléfica elaborada por feiticeiros e feiticeiras em rituais de antropofagia e sacrifícios humanos. Estas são práticas punidas com tortura e morte na própria África.

O quadro geral oscila em colocar uma religião bastante elaborada com recurso a hierarquia, de rico e complexo panteão a uma religiosidade animista baseada no sacrifício e magia. Dupla representação da religiosidade africana apresentada em um único texto do livro. Outro aspecto marcante nesse quadro da religiosidade africana é a forma dúbia em que ela aparece nas duas versões: a má e a boa. Isto utilizando linguagem preconceituosa, ou seja, a boa é branca e a má é negra. Mais ainda, essa forma de ver a religião é reportada aos próprios africanos que acionam sanções à prática considerada indevida. Ao buscar uma definição para a religiosidade africana, os autores entram em um emaranhado de contradições, cujo resultado em termos de representação é a reprodução do exotismo.

Por fim estabelecem uma relação estreita entre a arte e a religião na África. As esculturas africanas em forma de máscaras são concebidas como suporte material para o culto aos antepassados, que por meio delas os ajudavam a resolver problemas do presente. Máscaras como objetos de rituais e dançarinos com possessão são apresentadas pelos autores como característica plástica das religiões africanas. Esta visão é uma simplificação da arte e religião africana, estigmatizando-as com o conceito de tradicional, que implica vê-las como sendo cultos atrasados. Percebe-se então uma tendência à estereotipia da cultura africana.

Nos exercícios propostos por Gislane e Reinaldo se pode inferir algumas formulações sobre a história da África que sintetizam as idéias centrais do capítulo. A primeira afirma o atraso da África subsaariana e pede para apresentar as causas ou condições que levaram a essa realidade histórica. Esse atraso estaria ligado ao processo tardio de aparecimento de “civilizações mais complexas”, devido à dificuldade de sedentarização. Esse processo teve como condicionante as condições geográficas. A segunda é sobre a história de Axum, onde se volta a afirmar o caráter cristão dessa civilização. A terceira, a valor do camelo no comércio trassaariano, postulando a importância da influência árabe na história da África. A quarta é sobre a viagem do imperador do Mali, Mansa Musa, a Meca, reiterando a idéia da real influência do oriente médio ou dos árabes na história da África. Em suma, os

exercícios que expressão fixação de conhecimentos trazem a idéia de uma África atrasada e impulsionado por agentes externos.

5.3 A idéia das várias Áfricas

No livro *Nova História Integrada* (FERREIRA; OLIVEIRA, 2005),⁴⁴ de João Paulo Mesquita Hidalgo Ferreira e Luiz Estevam de Oliveira Fernandes, a África é abordada em um capítulo intitulado "Uma história da África". Em sua abertura, parte da idéia central das várias Áfricas, enfocando a diversidade do continente, salientando que apesar da diversidade estas Áfricas não eram estranhas umas as outras. Portanto, essa obra expressa a idéia de várias Áfricas em contato, bastante diferente da perspectiva dos autores anteriormente analisados. É com essa premissa inicial que esses autores se propuseram abordar a história africana. Com esse postulado intencionam desconstruir a idéia de uma África uma ou homogênea. Portanto, a idéia que orienta a visão desses autores é a da pluralidade existente na África. A premissa da diversidade é acompanhada por outra, a da complexidade. Estes aspectos da África abrangem tanto sua história quanto sua geografia. Uma África diversa e complexa, essa é a promessa alentada pelos autores em sua introdução.

Paradoxalmente, em outra passagem do capítulo, os autores afirmam que as regiões da África abaixo do Saara ficaram isoladas do contato com outros continentes e que houve poucas interações entre os próprios povos da África. Com isso, se configura a idéia de um continente imóvel. A distancia foi a causa desse isolamento, logo, mais uma vez, um elemento geográfico influenciou características do processo histórico africano.

Na primeira temática levantam a tese da origem africana para a humanidade, referenciada no historiador africanista inglês Roland Oliver, a partir da seguinte expressão: "parece, em última análise, que todos nós pertencemos à África (OLIVER, 1997)". Esta afirmação estaria sustentada em argumento de pesquisas arqueológicas do séc. XX. Parece ser um bom começo ter em conta essa premissa da primazia africana na origem da humanidade. O problema é que o texto ficou apenas na afirmação sem desenvolver argumentos, muito menos tirar inferências desse

⁴⁴Neste livro não há divisão em unidades. O espaço destinado a esta temática ocupa 14 páginas, sendo 12 de textos e 2 de exercícios. Os textos são mais densos que os outros livros.

postulado, como, por exemplo, a primazia da África também no surgimento da cultura.⁴⁵

A diversidade na geografia e linguística africana é o primeiro recurso que lançam mão os autores visando demonstrar a tese da pluralidade africana. Utilizam o recurso do conhecimento da geografia antes da história, procedimento importante tendo em vista o desconhecimento do tema por parte do público escolar. Expõe várias formas de se dividir a África em macro-regiões geográficas. Traz, também, o tema bastante polêmico da baixa densidade demográfica do continente africano em relação à disposição de terras. É a mesma idéia encontrada em Gislane e Reinaldo. Ao tratar a geografia da África dão uma idéia da imensidão africana e por conta disso tiram duas inferências: a primeira é a da diversidade já mencionada e a segunda é exatamente a disponibilidade de terras.

A tese da baixa densidade demográfica africana como condicionante histórico é posto na historiografia africanista e tem complicadores. Essencialmente, permite colocar que a questão para a África não é ter terras, mas a mão de obra, daí a tendência africana à captura do trabalhador, por conseguinte para a escravização. Esta singularidade da história africana é uma polêmica que produz debate muito acirrado. A questão para os dois livros analisados, até o momento, é que não problematizam e conseqüentemente abrem espaço para a estereotipia de um continente afeito à escravização.

Apesar de se proporem desconstruir preconceitos, especialmente de uma África homogênea, os autores, usam os conceitos de família, comunidades e clãs para definir as sociedades africanas. Ficando a idéia de sociedades tradicionais. Essa marca de um continente tradicional é uma forma de estigmatização do atraso africano.

Tendo como referência o renomado africanista brasileiro Alberto da Costa e Silva, os autores apresentam a tese da África como o lugar por excelência do fenômeno das migrações. Trata-se de um continente cujo elemento definidor de “grande parte da história da África é o relato dessas migrações” (VANSINA, 1982). Complementa esta tese o relato das técnicas que possibilitaram o evento das migrações: canoas, animais ou mesmo a pé. A singularidade do processo histórico

⁴⁵ Existe uma hipótese sobre a origem da cultura humana na África, de onde se expandiu para Ásia e Europa. Procedimento lógico tendo em vista a tese da origem humana na África. (KLEIN, 2005).

africano seria marcada, no ver desses autores, pela imensidão do continente, gerando processos de necessidade de controle da mão de obra e o fenômeno da migração.

A diversidade africana é também posta a partir de outra imensidão da África: as línguas. Os autores apresentam uma classificação linguística da África em quadro de macros grupos que englobam mais de mil línguas. Fica configurado um quadro amplo de diversidade linguística, reforçando assim a idéia da diversidade-pluraridade-complexidade da África nos campos da geografia, linguística e história.

A diversidade na história africana viria então completar o panorama da heterogeneidade africana. O desenvolvimento diferenciado das regiões africanas expresso no fenômeno das cidades e organizações políticas é o primeiro tema abordado sobre a história da África nesses autores. Apresentam uma visão de desenvolvimento lento das sociedades africanas baseado na descrição de produtos produzidos e no surgimento de agricultura, comércio, pecuária, artesanato, cerâmica e metalurgia. Desse modo, a África além da caça, pesca e coleta passa a ter atividades mais complexas, aparece então uma visão oscilante das sociedades africanas.

Os autores fazem destaque para a conhecida tese da urbanização da costa ocidental da África, apontando como causa a disponibilidade do barro. Assim como o Egito antigo é considerado como uma dádiva do Nilo a África ocidental é uma dádiva do barro. Fenômeno que aconteceu a um milênio antes de Cristo. O livro explana o surgimento de grandes “cidades”, “Estados”, “Reinos” e “Impérios” na África com ênfase para Gana, Mali e Ndongo.

Em contraste, na África oriental a urbanização foi lenta, pois até o período tardio predominava sociedades eminentemente rurais. As cidades envolviam construções, comércio, agricultura e governos. Portanto, estabelece-se, nesses autores, uma divisão no processo histórico da África subsaariana localizado no fenômeno da urbanização e do Estado. Houve uma região precoce, África ocidental, e uma atrasada, África oriental. Se em Gislane e Reinaldo a dicotomia entre uma região atrasada e desenvolvida pode ser inferida da divisão entre África do norte e subsaariana, em João Paulo e Luiz Estevan essa dicotomia aparece dentro da própria África subsaariana entre a África ocidental e oriental. Se nos primeiros a diferenciação no desenvolvimento histórico dentro da África teve um condicionante geográfico, o Saara, nos últimos, o condicionante é um elemento sócio-histórico, a urbanização. Por isso que evocar a diversidade africana é tema delicado, pois pode

gerar concepções como a aqui analisada entre uma África avançada e outra atrasada. Parece ser essa a fórmula que os autores analisados encontraram para não definir o continente africano como atrasado em seu todo. Saindo de uma estereotípia generalizada optaram por uma selecionada.

Outra questão importante em João Paulo e Luiz Estevan é a opção por um demarcador europeu para a história da África. Isso pode ser aferido em um item do capítulo intitulado “África antes do século XV”, ou seja, antes dos empreendimentos marítimos dos portugueses⁴⁶. O primeiro tema histórico tratado tendo em vista esse período é o que os autores chamam de contatos culturais, entendido como contatos religiosos: judaísmo, cristianismo e islamismo. O tema da introdução do monoteísmo na África permeia o texto. O monoteísmo é visto como elemento exógeno à África. Esse processo de entrada do monoteísmo no continente africano é dado como bastante antigo, em especial na região da África mediterrânea.

Duas idéias nessa forma de colocar a questão das religiões externas à África: primeiramente, o texto considera o tema do monoteísmo alheio às religiões de origem africana e, em segundo, a África foi lugar de presença antiga dessas religiões. Logo, a África já conhecia essas religiões antes mesmo das invasões imperial árabe e européia.

O livro aponta o pioneirismo do judaísmo em introduzir na África conceitos tais como monoteísmo e revelação, assim como levar preceitos religiosos baseados na escrita. Segundo os autores, historicamente isso veio através do comércio com o sul da Europa, notadamente com Grécia e Roma. Portanto, fica configurada a importância para a África desses contatos europeus. Mas, essas religiões tiveram nos tempos antigos um caráter itinerante na África não se enraizando totalmente. Isso permite um gancho para diferenciar o fenômeno dessas religiões na África durante a colonização que as institucionaliza. O cristianismo viria em seguida ao judaísmo antecedendo ao islamismo. Enquanto o judaísmo acompanhou o comércio itinerante, se configurando como religião urbana, o cristianismo se apossou de comunidades rurais em grupos sedentários.

Segundo os autores, durante a Antiguidade, destaca-se a cidade de Alexandria com a doutrina grega tendo forte influência na África. Isto é visto como sendo consequência da repercussão oriunda das perseguições de Diocleciano. Mais

⁴⁶Este demarcador não é estranho à historiografia africanista. A exemplo de SILVA, 2002.

uma vez é posto no texto do livro didático um fenômeno histórico externo à África determinando seu desenvolvimento histórico, notadamente na religião e marcadamente no norte desse continente. Tudo isso é ponderado, pelos autores, com ressalva de que o resultado foi uma espécie de síntese expressa a partir do termo “Cristandade africana”, mesmo assim influenciada pelo “cisma monofisista” dos Bizantinos. Ainda aqui o determinante da configuração religiosa dessa região africana na antiguidade é externo, europeu no caso.

Tendo em conta essas formulações no livro analisado, a história da África já sofria determinação européia em seu curso desde tempos antigos. A criação da igreja monofisista copta de Alexandria no Egito é explicada dentro desse quadro referencial. Como complemento dessa concepção, o próprio declínio da religião copta é apresentado como resultado da invasão vândala ao norte da África no século VII. Como especificidade africana, o texto apresenta duas características do “cristianismo africano”: eremita e missionário.

O islamismo veio logo após sendo a última das três religiões dos livros a entrar na África. Sua disseminação ao norte africano é concebida como favorecida pelo tráfico de escravos existentes nas rotas comerciais transsaarianas. No texto do livro, o “islã africano” (FERREIRA; FERNANDES, 2005, p. 150) teve como característica essencial ser um modelo cuja forma fora simplificada pela transmissão via oralidade. A forma mais rebuscada, ou seja, a escrita só viria com a adoção da língua árabe como língua culta. As causas da adesão africana ao islamismo são apontadas como sendo as guerras (jihad) e a capacidade islâmica de absorver súditos de outras línguas. Todo esse processo é associado ao fenômeno histórico da profusão do comércio e, conseqüentemente, das idéias.

Neste livro, no capítulo destinado à história antiga da África, os autores, como pode ser constatado na exposição acima, dedicam enorme atenção ao tema de religiões cuja origem não é africana. A intenção em demonstrar as influências do oriente médio e da Europa sobre a história e cultura da África se evidencia no texto. Ademais, ao tratar do tema do monoteísmo que regem essas religiões, ignora-se que o Egito antigo fez a primeira reforma monoteísta da história. Por fim, fazem menção ao islã e ao cristianismo africano como possível originalidade da África, isto até certo ponto é correto, mas não altera o teor da questão, ou seja, afasta-se da temática do desenvolvimento endógeno da África para se dedicar à temática de influências

estrangeiras. Isso demonstra opções dos autores, consequentemente a adoção de perspectivas de análises.

O segundo tema tratado na África antes da expansão ultramarina européia são as civilizações da África norte oriental, notadamente os Estados de Kush, Axum e os reinos da região da Núbia. Estas sociedades estiveram ligações com a história do Egito antigo. Nesse ponto, iniciam com a premissa de ser o Egito africano e afirmando a existência de civilizações contemporâneas nesta região da África.

Abordam sucintamente a civilização de Kush, narrando seu processo histórico em espaço comprimido, enfatizando a dimensão política e cultural desse povo, situando-o no Sudão⁴⁷. Dão enfoque a relação contraditória entre cuxitas e egípcios. Tratam os cuxitas como povos de civilização de caráter próprio e não como consequência da egípcianização. Segundo os autores, o declínio dessa civilização se deveu as invasões de outros povos africanos, especialmente os axumitas. Neste livro, Cuxe é colocada como centro difusor de técnicas. Interessante abordagem, entretanto, explora muito pouco as idéias colocadas, necessitando complemento. Isso se configura pelo fato de estes conteúdos extremamente densos estarem espremidos e pouco desenvolvidos no espaço dedicado ao tema no livro.

Elaboram uma narração sucinta e provocadora do reino axumita. Inicialmente aceita a tese de origem baseada no elemento externo: mesopotâmia e Israel, tendo como referência a mitologia, ignorando a discussão arqueológica da origem híbrida com elementos sul-arábico e africano. A ênfase é dada no processo de cristianização. Não obstante, trata Axum como uma grande civilização fazendo alusão às suas relações com os gregos e romanos. O declínio desse reino é reportado à expansão mulçumana.

A abordagem sobre Axum e Cuxe, em João Paulo e Luiz Estevan, é bastante resumida e superficial, por apresentar pouca fundamentação e dados muitas vezes desconexos sem realizar nenhuma menção ao debate historiográfico a respeito dessas civilizações. Axum, por exemplo, é visto como reino cristão e conquistador, com destaque para o domínio de Méroe.

Vale reafirmar que em espaço exíguo os autores do livro depositam uma carga de informações e com nomenclaturas de civilizações estranhas ao leitor. Em suma, pouco didático, confunde didática com resumo e simplificação de linguagem.

⁴⁷Neste livro, como é comum nos demais, as civilizações são relacionadas aos países atuais.

Cria-se um amálgama de dados sobre os reinos africanos antigos, não permitindo construir a noção de processo histórico, conseqüentemente, impede estabelecer relações de causalidade adequadas ao raciocínio lógico. Portanto, trata-se de uma montagem de um quadro histórico um tanto desfigurado. Apesar de se preocupar em deixar o leitor localizado no tempo e espaço, sustentado na cronologia cristã, a noção de processo se desvanece, pois não se pode fazer relações precisas com os elementos fornecidos.

A contradição que se apresenta é o fato do texto do livro colocar essas civilizações com visão de grandiosidade e ao mesmo tempo não explicam satisfatoriamente o processo histórico africano que permitiu o surgimento e desenvolvimento desses Estados.

Na continuação, os autores fazem uma descrição e narração, também sucinta, dos reinos cristãos da Núbia. Neste caso, cita o comércio de escravos como um dos elementos que sustentavam esses Estados cristão africanos, enfatizando suas relações com os egípcios e bizantinos. Eram reinos rivais, configurando uma situação de conflitos interafricanos, aspecto apenas mencionado e pouco explorado. Dois desses reinos aderiram a diferentes doutrinas cristãs, demonstrando a idéia de variedade das experiências históricas africanas. Segundo os autores, o declínio desses reinos cristãos veio com o advento da chegada dos mulçumanos e por conta das divergências internas. A caracterização coloca esses reinos como sendo Estados poderosos e militarizados, com destaque para a cavalaria.

Percebe-se então que esses autores dedicam atenção ao processo de cristianização tanto de Axum quanto da Núbia. Continuam com ênfase nas influências religiosas estrangeiras sobre a história da África. Mesmo quando trata do declínio dessas sociedades aparece a presença mulçumana decidindo seu curso. A escolha desse enfoque para analisar a África antiga é o olhar fora da África tentando explicá-la.

O próximo tema aborda a existência de Estados na África ocidental, especificamente Gana e Mali. Neste item mantêm o padrão de descrição-narração sucinta. Em um único parágrafo condensa a descrição, narração histórica e caracterização do reino do Gana. O nível de condensação do texto é muito elevado. Citam nomenclaturas relativas a topônimos e etnônimos da África sem defini-los ou explicá-los. Caracterizam o reino do Gana como Estado intermediário e tributário. O caráter intermediário estaria na importância do domínio de rota comercial realizada

pelo Gana. Destaca a importância da presença do islã nos territórios desse Estado. A decadência se deveu a invasão almorávida. Faz então sumária descrição do Estado Almorávida, afirmando a idéia de jihad como guerra santa.

Quando da abordagem a respeito do reino do Mali se referencia no historiador africanista inglês Roland Oliver para afirmar ser este reino superior ao anterior, ou seja, o Mali se apresenta como um processo evolutivo superior ao Gana. Esse processo histórico evolutivo se apresentou em variados aspectos: político, territorial, no sentido de adesão ao islã, etc. O Mali surge então na esteira da cadência do Gana. Os autores continuam a manter o padrão de citação de nomenclaturas sem explicações dos termos. Citam viajantes árabes. Afirmando que a presença árabe nos textos até agora estudados é muito frequente e determinante para se compreender esses Estados africanos. Somente no desfecho do texto mencionam a existência de outros Estados nessa região africana, como o Songai e o Benim. Também aqui a ‘toque de caixa’.

Observa-se na exposição acima e nas anteriores o quanto de informação é oferecida por um livro didático de história em espaço muito pequeno. Configurando uma situação de muita informação e pouca análise são as características desses textos literários. Nos temas abordados acima, os reinos do Gana e Mali estão sufocados em uma narrativa densa. Apesar disso fica a ressalva de que o quadro apresentado traz consigo, também, suas contradições. A primeira delas é a continuação da visão de grandiosidade e da importância da presença do islã nessa região africana. Isso reforça a já anunciada influência estrangeira no curso histórico africano. Um destaque de louvor deve ser feito, em um determinado momento da narrativa sobre o Gana este é caracterizado como Estado tributário e controlador de rotas comerciais. Esse procedimento é muito importante porque explicita tentativa de conceituar as civilizações africanas a partir delas mesmas. Mas, isso só acirra a contradição do livro entre ver a África por ela mesma ou por agentes externos.

A idéia central que fica desse livro sobre a história da África é que o surgimento, desenvolvimento e declínio das civilizações estudadas estão sempre interligadas ao processo histórico externos a este continente. Prioritariamente ao europeu, com destaque o fenômeno da cristianização. Quando não estão vinculados ao processo histórico europeu se vincula à história dos árabes. Esta forma de abordar a história da África tem sua importância na demonstração dos contatos que os povos africanos estabeleceram ao longo de sua história evitando formulações que

defendem o isolamento. Isto é importante, sobretudo porque inclui a história da África ao processo da história geral. A questão que se coloca como problema é o significado que isso possa remeter, ou seja, essas civilizações são importantes porque se relacionam com europeus ou árabes e não por si mesmas.

Na continuidade do texto é reafirmado o demarcador europeu para a história da África. Há um ponto intitulado “O Continente às Vésperas da Chegada dos Europeus”, presente no capítulo 10, cujo título é “Uma História da África” (FERREIRA; FERNANDES, 2005, p. 153). Objetiva dá um quadro da situação histórica da África quando da chegada dos portugueses. Isso fica esclarecido quando do início da abordagem nesse momento do texto. Os autores iniciam fazendo uma caracterização da expansão ultramarina européia afirmando que esta intensificou os contatos e relações entre África e Europa, tendo como resultante a frequência de Estados europeus na África.

Este evento histórico permitiu que outros povos africanos ou outras Áfricas, para além da região norte, se apresentassem aos olhares estrangeiros. A variedade da África volta a ser referida, desta vez a partir da noção de existência de vários grupos com diversas formações políticas que oscilam da formação de clãs a impérios, do atrasado ao desenvolvido. Os Estados africanos estabeleciam contatos entre si através do comércio inclusive à longa distância. A presença do comércio de escravos é constatada. As formações políticas desenvolvidas são definidas como sendo Estados controladores de rotas comerciais. Entre esses Estados cita resumidamente o reino do Ndongo. Descreve-o como um Estado que dominava técnicas metalúrgicas como o ferro e que produzia embarcações e por conta disso controlava rotas fluviais.

Se pode observa como para esses autores é importante a presença estrangeira na África significando o desenvolvimento interno para a África ou visibilidade desse continente para o mundo. É com esse prisma que vêm à expansão ultramarina e as relações da África com a Europa, ou seja, de uma forma positiva e sem contradição. Por outro lado se observa como os autores também se esforçam para demonstrar as riquezas culturais e sociais das sociedades africanas. No final das contas fica um emaranhado em que ora a África necessitou de intervenção estrangeira para se desenvolver, ora ela se desenvolveu por conta própria. Portanto, os autores analisados são realmente indefinidos quanto à perspectiva de análise.

O quadro geral apresentado por esses autores sustenta uma caracterização sobre os Estados africanos como de grande desenvolvimento político, social,

tecnológico, comercial. Segundo eles, de tudo isso resultou um processo histórico de trocas culturais intensas e amplas, bastante difundido pelo continente. Com isso quebram a tese do isolamento das regiões africanas contida em Gislane e Reinaldo.

Entretanto, apesar de descrever esses Estados com a caracterização acima exposta, paradoxalmente afirmam os autores que a forma predominante de produção africana quando da chegada dos europeus era a agricultura itinerante, tanto na África ocidental quanto na África central. Em outras palavras, a África atlântica, muito embora apresentasse a presença de poderosos Estados e sociedades bastante desenvolvidas, era composta majoritariamente por grupos humanos que ainda estavam no estágio da agricultura semi-nômade. Assim sendo, no todo, predominava um atraso. Parece, então, existir uma contradição do discurso que oscila entre a afirmação de uma África desenvolvida a uma África atrasada, resultando num quadro em que a África é mostrada de forma ambígua.

A partir dessa configuração de como estava à África no momento da chegada dos europeus modernos, os autores passam a discutir a questão do impacto do tráfico sobre o continente africano. O aparecimento de algumas modificações nas sociedades africanas advindas da presença do tráfico de escravos para a América são elucidadas, tais como o surgimento de novos centros de poder e novas grupos ou linhagens assumindo o poder. Apresentam uma variedade de motivos da presença europeia na África, nestes destacam-se motivações de cunho econômico e religioso. Descrevem a forma como o Estado europeu tentou se institucionalizar na África, resultando as resistências africanas e não africanas a esse processo. Destaque é feito ao processo de interação entre Brasil e África, predominando a visão das trocas culturais entre portugueses, brasileiros e africanos.

Do quadro acima exposto se pode inferir que houve um impacto da presença europeia na África. O que se polemiza é qual o caráter dessa interferência. Neste sentido, o raciocínio expresso é de admitir a intensificação do tráfico de escravos e da escravidão, acirrando as lutas entre poderes internos à África, gerando inclusive resistências a essa presença europeia. Contudo alentam que também permitiu trocas culturais. Por conseguinte, a presença europeia advinda da expansão ultramarina teve dois lados, intensificou o comércio de escravos, mas, permitiu um intercâmbio cultural. É uma boa fórmula esta de amenizar o impacto europeu sobre este continente. A questão posta pela historiografia está para além desse tipo de análise

compensatória. Mas, essa contradição do livro merece ser melhor explorada nessa investigação. É o que se fará abaixo.

No entanto, os autores não deixam de frisar que “as interferências externas” originárias do tráfico de escravos a partir da presença europeia na África tiveram também o efeito de desestabilizar as relações político-sociais no continente, como exemplo é apenas mencionado, sem entrar em detalhes, a revolta de Nzinga, rainha do reino Ndongo. Repetem o procedimento de fechar o parágrafo citando sumariamente a existência de outros reinos, nesse caso o do Congo e Monomotapa.

Além dos efeitos políticos que o tráfico de escravos trouxe a África, segundo os autores, houve também o efeito religioso à medida que esse é um dos motivos da presença europeia na África. A questão central desse item do livro está localizada na ênfase dada no texto ao processo de cristianização na África, tendo como desiderato o hibridismo do “cristianismo africano”. Salientam que apesar do cristianismo ser antigo em algumas regiões africanas e por isso sua presença ser anterior a essa época, vastas regiões da África não conheciam essa religião.

Alertam que os povos bantos tinham uma cosmovisão que incluía a noção de um deus único criador. Eram então os bantos povos ao mesmo tempo politeístas e monoteístas? Essa passagem está em contradição com as afirmações contidas no item anterior que nega o monoteísmo oriundo da África. A porta de entrada do cristianismo na África era o conceito de revelação existente também nas religiões africanas. Nesse ponto, os autores se apoiam no historiador norte americano John Thornton para afirmar que com o cristianismo veio uma forma de monoteísmo a medida que a forma africana já existia. Afirmação que entra em contradição com passagem anterior que sustentou a idéia de que o monoteísmo e o conceito de revelação eram externos à África

O livro didático estudado não faz uma reflexão mais detida sobre a questão religiosa. O monoteísmo está contido no politeísmo à medida que no politeísmo existe uma hierarquização das divindades encabeçada por uma entidade criadora. Existe um deus supremo no politeísmo, a absolutização disso é o que se veio a denominar monoteísmo. O filósofo alemão Ludwig Feuerbach é esclarecedor nesse sentido, como se pode ver na citação abaixo:

[...] A religião anterior é para a posterior uma idolatria [...]. Mas toda religião determinada que considera idólatras as suas irmãs

mais antigas exclui-se [...] da essência geral da religião; ela apenas empurra para as outras religiões o que, se for um erro, é um erro da religião em geral. Só porque tem um outro objeto, um outro conteúdo, porque elevou-se sobre o conteúdo das anteriores, julga ela estar isenta das leis necessárias e eternas que fundamentam a essência da religião, julga ela que o seu objeto, o seu conteúdo é sobre –humano [...]. (FEUERBACH, 2007, p. 45).

Portanto, não é de se estranhar à existência de princípios monoteístas nas religiões africanas. Ademais, como foi visto, o Egito antigo realizou a primeira experiência dessa “superação” monoteísta. O que se pode concluir sobre a presença da cristianização da África no Livro de João Paulo e Luiz Estevan é que além de utilizarem um demarcador europeu para a história da África (a África antes dos portugueses e no momento da chegada dos europeus) o conteúdo é direcionado para a presença da Europa, nesse período, via expansionismo religioso. O contra-senso é que os autores tratam da Europa antes da presença da Europa na África, e no contínuo discutir como a Europa impactou a África com o tráfico de escravos atlântico. Portanto, não seria exagero concluir que no capítulo da África antiga o livro se dedica densamente à história da presença estrangeira na África, via expansão religiosa, com ênfase na Europa.

João Paulo e Luiz Estevan tratam o tema da escravidão e tráfico de escravos ressaltando a existência da polêmica historiográfica que envolve os africanistas Walter Rodney e John Thornton. Isso é importante, poucas vezes se percebe nos textos analisados a postura de apresentar as formulações como estando fazendo parte de debates historiográficos. Os autores se posicionam a favor da tese da existência da escravidão e do tráfico de escravos na África antes da presença européia, porém defendem a modificação do caráter desses fenômenos a partir da presença do europeu, ressaltando que passou da modalidade de escravidão doméstica para a escravidão produtiva de plantation. Com isso se afinam com a tese de Rodney. Por isso que alertam para não se justificar o tráfico atlântico com o argumento da existência anterior da escravidão na África. Excelente forma de tratar a questão, isto é, se apresentado e se posicionando no debate historiográfico sem estigmatizações, pelo fato de os africanos não serem nem idealizados nem passivos diante do fenômeno histórico posto. Rompem então com uma visão vitimada da África, sem, contudo deixar de colocar o impacto do tráfico atlântico sobre a história deste continente.

Os autores usam perspectivas contrárias ao tratar temas distintos da história africana. Há uma diferenciação entre a forma como trabalharam os temas da religião e da escravidão no continente africano. Na abordagem sobre a religião se constata um emaranhado de contradições e sobre a escravidão uma coerência com a complexidade do tema.

Fazem uma descrição das sociedades africanas como de linhagens e afirma a tese da não propriedade privada na África inclusive nos reinos e impérios, somente a mão de obra era privada, não havia então a propriedade privada da terra. Nesse aspecto se afinam com a tese de Thorton. Isto demonstra uma versatilidade dos autores, pois extraem elementos de cada autor que consideram relevantes, sem entrar em contradição. Na verdade, realizam uma síntese da polêmica historiográfica. Concluem esse ponto fazendo uma ressalva importante, afirmando que não houve essa modalidade de tráfico em todo o continente africano, inclusive apresentam as regiões da África que produziram escravos para a América e Brasil.

O quadro geral sobre o tema da escravidão e tráfico de escravos exposto por esses autores parece estar bastante equilibrado. Os elementos principais colocados nesse livro podem ser assim resumidos: a escravidão e tráfico de escravos existiam na África antes da presença estrangeira e sofreu transformações com o advento do modelo de tráfico surgido a partir da presença européia. Logo, os africanos tinham uma prática secular desse fenômeno histórico que foi se ampliando e intensificando com o surgimento dos contatos estrangeiros.

Reflexão importante trazida por João Paulo e Luiz Estevan se refere ao problema da conceituação na construção da história da África, especificamente os conceitos de império, reino, Estado e cidade. Os autores estabelecem a polêmica em torno da conceituação na história da África criticando o uso inadequado desses conceitos afirmando serem europeus. Entretanto, justificam o uso destes no livro, argumentando que o fazem com ponderação, ressaltando as diferentes configurações sociais e políticas na África. Postulados bastante condizentes, pois permite ao leitor relativizar o uso desses conceitos para além da história européia.

Relevante é a formulação da teoria política das sociedades históricas africanas, elaborada por esses autores. Neste livro a caracterização das sociedades está sustentada na idéia de aldeia como instituição básica das organizações políticas africanas, o que se chama reino e império seriam apenas extensões mais complexas dessa lógica sem, no entanto, modificar sua essência. Portanto, não houve Estado e

idades propriamente ditos na África. São afirmações complexas que o livro toma como matriz crítica sem fazer inferência dos postulados apresentados. Corre-se então o risco da defesa de uma história especializada ou “sui generis” para a África. Uma coisa é a passagem anterior em que os autores relativizam conceitos como reinos e impérios, podendo utilizá-los desde que se demonstrem as especificidades africanas. Como foi frisada anteriormente, esta pareceu ser uma postura coerente. Bastante diferente, é afirmação de que não se pode utilizar termos com cidade e Estado ou quiçá classes social para a África. Como foi colocado na primeira parte desse trabalho, no tocante à concepção de história, existem categorias que são universais no processo histórico. A análise do historiador se basearia na combinação dessas categorias gerais com as concretas encontradas a partir da investigação do objeto. Caso contrário ter-se-ia uma história da África tão diferente das outras que seria supra-humana. O mais importante a relevar dessa discussão é que se a África não possuiu Estado e cidades, na sutileza, fica a inferência do atraso. O mais importante ainda é que isto está em franca contradição com a descrição e narração feita no texto do capítulo, ou seja, os autores narram e descrevem uma coisa e conceitualizam outra. Entre a exposição dos fatos e sua interpretação há fosso teórico.

Essa questão da conceituação pode ser ampliada ao tema da escravidão. No texto existe uma passagem dedicada a esse procedimento conceitual sobre a escravidão, para tal utilizam como referencial dois historiadores. Primeiramente, trabalha com João Reis afirmando a existência de escravidão na África, cujo caráter era de cunho doméstico e apresenta a definição do escravo como propriedade. O segundo autor utilizado é o historiador Felipe de Alencastro que discute o fenômeno da coisificação do escravo. Isto é feito em um boxe especial e permite perceber que o conceito geral de escravo pode sim ser aplicado a África, destacando sua especificidade concreta, mas o de cidade e Estado não. Na lógica dos autores, não há dúvida de que existia escravidão na África, o mesmo não se poderia dizer sobre o Estado e as cidades. Portanto, se expressa uma compreensão incoerente em seu todo no uso dos conceitos, rejeitando aqueles que vislumbrem desenvolvimento e sedimentando os que reafirmam o atraso. Este complexo sistema discursivo de vai e vem nos textos dos livros estudados demonstram o quanto estão amarrados a padrões anteriores na busca de uma inovação.

No final do capítulo é construído um quadro que resume as idéias centrais do texto. Vale apenas citar os elementos principais deste quadro porque significa que são os próprios autores definindo sua visão sobre a África. A idéia central é a das várias Áfricas, sustentada principalmente na complexidade e pluralidade de sua geografia. A África é considerada como berço da humanidade. A diversidade pode ser vista também por sua amplidão linguística. A integração entre as regiões permitiu o advento do comércio e cidade, reinos e impérios. Kush foi contemporâneo ao Egito antigo, se constituindo como outra civilização da antiguidade africana. A expansão marítima europeia intensificou as relações entre a África e a Europa. A escravidão já existia na África e os europeus aumentaram sua intensidade. O tráfico de escravos é o responsável pela diáspora. A maioria dos escravos para a América vieram da África ocidental.

Pelo que foi analisado neste livro fica evidente que o quadro não expressa a riqueza do texto e por isso oculta suas contradições. Apesar disso não deixa de elucidar a forma amenizada que é posta os contatos da Europa com a África.

O referencial teórico utilizado neste livro diverso incluindo autor africano como Adu Boahem da coleção História Geral da África, autor inglês como Roland Oliver, autor norte americano como John Thornton e por fim autores africanistas brasileiros como Alberto da Costa e Silva, Leila Leite Hernandez, Mary Del Priore e Renato Pinto Venâncio. Isto comprova que as contradições percebidas no texto têm em parte raiz na historiografia, mas não exime os autores das suas próprias formulações.

5.3.1 A idéia das várias Áfricas, associada a da autonomia africana

O livro a ser analisado neste ponto é “Nova história crítica” de Mario Shimidt. Este autor dedica um capítulo especial para a história africana intitulado “A África Antiga” (SCHIMIDT, 2005, p. 71-79). A primeira observação a ser frisada é a forma como este autor faz a abertura do capítulo. Nela se reverencia a África a partir da terminologia “riqueza e profundidade”. É uma forma convidativa à reflexão, pois promete realizar uma abordagem não superficial da África.

Na apresentação do texto central o autor coloca de antemão sua visão geral sobre a história da africana, estabelecendo algumas premissas. A primeira dessas premissas é a idéia das várias Áfricas, da existência, no continente africano, da

diversidade em todos os aspectos, inclusive, no geográfico. Percebe-se que é a mesma premissa do livro anteriormente analisado de João Paulo e Luiz Estevan. A segunda premissa estabelece as sociedades africanas como desenvolvidas. Nesse sentido, organizou um conciso quadro das realizações culturais e tecnológicas dessas sociedades, ressaltando que, em alguns aspectos, é mais avançada que a própria Europa⁴⁸. Com isso, o autor iguala a África aos outros continentes em termos de desenvolvimento. A terceira premissa sustenta o postulado da existência de contatos entre regiões africanas e destas com regiões fora do continente. Neste caso Shimidt, quebra a idéia do isolamento da África. A quarta premissa é a proposta de se analisar a África a partir do ponto de vista africano, buscando evitar uma visão ocidental sobre a África, ou seja, o autor se coloca na perspectiva de ver uma África não ocidentalizada. Conclui estas exposições de pressupostos para o estudo da história africana citando o historiador Felipe de Alencastro para afirmar a existências das relações bilaterais entre Brasil e África.

Não se poderia começar melhor um capítulo sobre a África antiga do que em Mário Shimidt. Todos os preceitos levantados pelo autor poderiam, com justeza, ser intitulado: o resgate histórico da África. A representação inicial é, portanto, completa. Uma África diversa, complexa, desenvolvida, autônoma e em interação com a história da humanidade. Em suma, o autor afirma a historicidade plena da África.

Essa postura de afirmação da historicidade africana é reforçada no texto central do capítulo. O autor levanta o postulado da longevidade de descobertas como a da agricultura africana e do comércio no Saara. Ademais, essas realizações são colocadas como criação dos africanos. Shimidt levanta uma questão ignorada pelos livros didáticos de história, qual seja, a da composição negra no Egito antigo. Discute a influencia cultural dos egípcios sobre os cuxitas, mas resgatando a autonomia dos núbios, inclusive, destaca a existência de faraós núbios. Meróe é posta como um centro da produção de metalurgia. Apesar de ser muito panorâmica essa visão da África, a idéia expressa é de suma importância para uma compreensão da história africana. No panorama acima dado a África é autônoma nas suas realizações, detentora de domínio da agricultura e ferro, fundamentais para a antiguidade. A questão do Egito negro é fundamental para a problemática da

⁴⁸ O já referido historiador Jonh Thornton se refere a África como sendo uma região do planeta desenvolvida no contexto da era moderna, superando em muitos aspectos tecnológicos a Europa.

identidade africana do Egito⁴⁹. Isto não está posto nos demais autores investigados nessa pesquisa. Bastante interessante também é a forma como está posta às relações entre o Egito e o Estado Núbio de Cuxe, demonstrado o caráter conflituoso e autônomo dessas duas civilizações. Portanto, este autor traz à tona uma riqueza em sua compreensão do processo histórico da África antiga.

A problemática a ser colocada sobre esse livro no trato da África está envolta na sua estruturação interna. Apesar de se posicionar com contundência e afirmar uma África plenamente histórica, o autor pouco fundamenta suas posições. As idéias surgem em seu texto como assertivas a serem comprovadas, pois não superaram o estágio de premissa. Isto significa que não existe preocupação em fundamentar as posições colocadas o que as tornam frágeis. A questão está na forma como são expostas as idéias. Formulações expostas em uma forma superficial transformam as idéias desse autor em “jargões”. Existe uma dissonância entre forma e idéias neste livro, pelo menos no que diz respeito ao tema investigado. Todavia, não se pode deixar de reconhecer, como foi feito no início desse ponto, os méritos das formulações sobre a história da África feitas por este autor. A forma não pode negar por completo o conteúdo. As idéias de África apresentadas são importantes apesar de não estarem desenvolvidas.

Com essa mesma lógica de assimetria entre idéias e forma de exposição, o autor apresenta um panorama sucinto da história dos reinos antigos da África, especificamente, Kush e Axum. Ao tratar do reino de Axum enfatiza a influência e o poderio deste Estado diante de outros impérios europeus e asiáticos. Importante destacar que, diferente dos autores anteriormente analisados, Axum não é visto apenas no momento da cristianização. Em Shimidt, Axum é analisada desde tempos anteriores a sua cristianização e não decaiu no momento em surgem os árabes, ao contrário, empreenderam grande resistência a este. Trata-se de apresentar uma visão desse antigo Estado africano como tendo sido uma potência política, militar e econômica a qual marcou um momento histórico, tanto no sentido da África como da história geral. Esta perspectiva dá um diferencial desse livro em relação aos anteriores. A civilização africana estudada é vista em sua autonomia histórica, entendida como não sendo concebida a partir de migrações ou contatos com o

⁴⁹ O maior expoente da teoria do Egito Negro é o historiador senegalês Cheikh Anta Diop, fundador da teoria do afrocentrismo, que defende a tese de um Egito negro, matriz da civilização humana e irradiador de conhecimentos tanto para outras regiões da África como para outros continentes.

exterior. Seu desenvolvimento é próprio e as relações externas como consequência disso. É um enfoque realmente distinto.

Com bastante ênfase nas abordagens, o autor continua sua exposição da história da África trabalhando com o que denominou de “grandes reinos”. Em apenas um único item faz um apanhado, extremamente resumido, da história de vários Estados e povos africanos como Gana, Mali, Songai, Benin, Oyó, Igbo, Monomotapa, Congo, Ndongo Ashanti e Daomé. Um verdadeiro mosaico desconectado e simplificado de um período longo e complexo da história africana. Não obstante, percebe-se a tentativa de apresentar uma dimensão continental do aparecimento e desenvolvimento de várias civilizações por todo o continente africano, destacando seu esplendor, expressando uma visão da autonomia africana no seu desenvolvimento, sem deixar de levar em conta as relações externas.

Apesar da condensação, e conseqüentemente, do aspecto superficial da abordagem, a visão que se passa do processo histórico africano está baseada na idéia da autonomia africana (SCHIMIDT , 2005), ou seja, o processo de surgimento desses Estados é genuinamente africano. Essa eliminação feita por Shimidt do elemento externo na formação das civilizações africanas, pode soar como uma absolutização, entretanto, é fundamental para se construir uma concepção de história da África do ponto de vista africano.

A peculiaridade da escravidão africana é tema crucial na perspectiva de abordagem desse autor. O tema da escravidão na África é abordado em boxe especialmente elaborado. O autor defende a idéia da existência da escravidão e do tráfico de escravos interno a África. Entretanto, salienta que houve modificações a partir da presença européia significando uma intensificação da escravidão e do tráfico de escravos na África sem parâmetros com a modalidade anterior. Muito embora o autor não cite a referência, esta perspectiva adotada se encontra no historiador canadense Paul Lovejoy, isso fica mais evidente quando o texto diferencia a escravidão originária da África a aquela que surge a partir da intervenção européia no tráfico de escravos. Esta forma de postular a questão não elimina a colocação da participação dos africanos no tráfico de escravos. Conclui afirmando a peculiaridade da escravidão africana, diferenciado-a das demais experiências históricas. Esta posição se iguala à de João Paulo e Luiz Estevan analisadas acima.

Nesse livro, Shimidt, abre uma discussão sobre as classes sociais na África. Neste tópico se posiciona a favor da idéia de existência desse fenômeno nas sociedades africanas. No mesmo sentido, trabalha com os conceitos de Estado, reinos e impérios para se referir a formações sociais centralizadas no continente africano. A importância em afirmar a existência das classes na África é vital para uma nova visão desse continente nos livros didáticos. Caso contrário se justificaria a idéia de um continente tribal. O que falta em Shimidt é um trato mais comprometido com a questão conceitual, no sentido de definição mais apurada dos conceitos utilizados.

Um último ponto a ser posta sobre a visão de Shimidt sobre a África se refere ao tema da identidade negra. O autor rejeita a existência do conceito de africano e negro antes da presença européia. Argumenta, destacando as rivalidades entre reinos e povos distintos na África. Mais uma vez questões extremamente polêmicas sobre a África são tratadas de forma aligeirada e compactada. De qualquer maneira fica a idéia de que o conceito de negro foi fabricado fora da África e em momento posterior à antiguidade (GILROY, 2001).

Os referenciais teóricos encontrados foram Mary Del Priore, Alberto da Costa e Silva e Felipe de Alencastro. Portanto, o texto coloca unicamente autores brasileiros. Apesar disso as idéias contidas indicam uma historiografia africanista estrangeira não declarada. As atividades propostas no final do capítulo são direcionadas para confirmação da idéia central do texto, ou seja, reafirmar o esplendor cultural e o alto nível de desenvolvimento das sociedades da África antiga.

5.4 Considerações

Semelhanças e dissonâncias foram encontradas nos três livros analisados. No todo, permaneceu uma realidade permeada por contradições entre assertivas que afirmavam idéias norteadoras de uma visão não estereotipada da história africana com formulações que estigmatizavam este continente. No conjunto encontrado nos capítulos dos livros didáticos destinados à África antiga, as representações recorrentes podem ser agrupadas da seguinte forma: primeiramente, constata-se que os livros trazem uma idéia central que seria o eixo de todo o texto. Uma espécie de “tese” a ser demonstrada no capítulo. Neste caso, percebeu-se a criação “embrionária” de uma formulação basilar, a das várias Áfricas. Nela estaria

embutida a idéia de uma África dividida por regiões, que se distinguem do ponto de vista geográfico, social e histórico. A representação das várias Áfricas gerou uma correlata, a da África dividida. A premissa dessa representação é colocada como sendo a da heterogeneidade da África, por conseguinte, de seu processo histórico. As argumentações foram no sentido de criticar a mencionada visão de uma África una e monolítica, ou de uma África homogênea.

Desse arcabouço inicial de representação sobre a África, os livros estudados desenvolveram representações contraditórias que se constituíram como objeto primordial da análise na pesquisa. Essas contradições se apresentam em formas dicotômicas, nas quais se percebem as oscilações dos autores no que diz respeito a optar por uma ou outra das premissas em dissimetria. Nesse sentido, as representações dicotômicas e em oscilações se concentraram em definir se os africanos eram desenvolvidos ou atrasados, modernos ou tradicionais, religiosos ou afeitos à ciência, autônomos ou dependentes nas suas realizações culturais e históricas. Esta forma de tratar a história africana nos livros analisados dificulta construir um quadro final das representações encontradas. De qualquer forma isto é o que se intenta na conclusão final deste trabalho.

6 CONCLUSÃO

No século XIV da Era Cristã, a África conheceu um de seus maiores intelectuais, o historiador Ibn Khladún. Atualmente, bastante renomado por sua original e densa teoria da história, sendo reverenciado nos mais diversos campos da produção historiográfica. Mas, nem mesmo ele escapou de uma visão estereotipada dos povos africanos, como se pode ver na citação abaixo extraída da sua obra monumental *Al- Muqaddimah*:

Hemos observado que em todo caso que el carácter de los negros, em sentido general, tiende a laligereza, el alotrondamiento y el frecuente alborozo; por lo mismo se lês vê entregados a lãs danzas de todos los sones y a La primera ocasión que se lês presenta; de tal modo que, em todas partes, han ganado La reputación de estólidos. La verdadera causa de esse fenómeno es ésta: según el principio establecido en los tratados de filosofia, la índole del júbilo y de la alegría resulta naturalmente de la dilatación y expansión del espíritu animal [...] se há comprobado que el calor dilata el aire [...] Al estar situados los negros em uma região tórrida, cuyo clima predomina sobre su temperamento, y que, desde La formación de su ser, el calor de sus espíritus debe ser em relación directa com el de sus cuerpos y de su temperatura ambiental, resulta que SUS espíritus, comparados con los de los pueblos de regiones centrales, son extremadamente fogosos, de fácil difusión y rápida emotividad al plazer y alborozos, originándose asi su mayor expansión y su índole de atolondrados (JALDÚN, 1997, p. 208-209).

Esta visão dos povos da África subsaariana pode ter sido influenciada pela cultura muçulmana do autor, mas, ela não foi elaborada na Arábia, nem por um árabe. Ela veio de dentro da própria África. Mais ainda, ela é antiga, pois surgiu a mais de um milênio. A continuidade dessa visão milenar da África tem feito desse continente o mais condenado à teoria do determinismo geográfico. Este racismo baseado no meio físico, até hoje, perdura.

Os livros didáticos analisados, em suas contradições, ao caracterizar a África, não foram tão contundentes como o historiador citado, mas, em suas ambiguidades

elaboraram uma representação da África que demonstra a indefinição sobre o que de fato pensam sobre este continente e sua história. Entretanto, muito do que sugere a citação acima ainda está presente nesses livros.

Nesta última síntese do presente trabalho evidencia-se essa indefinição em que se encontram os livros didáticos ao conceber uma África com autonomia plena em sua história.

A tentativa de construir um padrão inovador da história da África nos livros didáticos, o qual viesse a superar o padrão anterior, parece se desenhar nas declarações de intenções feitas pelos referidos autores nas aberturas dos seus respectivos capítulos. Em geral, afirmam a disposição e a necessidade de romper com preconceitos a respeito desse continente. O padrão anterior onde a África aparecia no momento do tráfico de escravos, para desaparecer e surgir somente a partir da corrida imperialista, do final do século XIX, configurou uma representação de um continente sem história e estigmatizado como apêndice da Europa. O estudo feito nesta pesquisa aponta para uma possível superação desse modelo ultra-reducionista que, de fato, ocultou a África do livro didático de história.

Desse modo, se pode arriscar a afirmação de que existe uma nova visibilidade da história africana nos livros didáticos de histórias atuais, notadamente, aqueles reformulados a partir do ano de 2005. De que visibilidade da África, nesses livros, está se falando é o que se pretende elucidar abaixo.

O padrão que se desenha nos atuais livros didáticos de história sobre a África é o de sua presença, desde a origem do homem até o século XX. Sai desse modelo uma primeira representação, a história da África está em consonância com a da humanidade, permeando todos seus acontecimentos. Esta representação entra em contradição com as temáticas escolhidas para se abordar a África na história, ou seja, na maioria dos casos, são temas relacionados à Europa. Com isso, se pode chegar a uma primeira conclusão: existe uma maior visibilidade da África nos livros didáticos de história, logo, ela não está mais tão oculta, mas, ainda continua como apêndice da história européia.

O domínio exercido pela história da Europa e Brasil nesses livros sufoca as demais histórias e não têm permitido aos autores criarem uma noção própria para a história africana — ela está sendo encaixada nesses livros. Apesar disso, ela aparece e se apresenta nessas obras. Disso sai a segunda conclusão: a África se afirma e se nega, ao mesmo tempo, no livro didático de história atual.

Tendo isso em vista, se apresenta a segunda lógica das representações atuais da história africana nos livros didáticos: a forma dicotômica em que elas são elaboradas, permitindo aos autores utilizar o recurso das oscilações. A África é, então, trabalhada sob o princípio da dúvida. Por conta disso, as representações da África, em seu conjunto, encontradas, sustentam a visão de uma África desenvolvida e atrasada ao mesmo tempo.

Esta seria então a representação em sua formulação provisória: a África tem história, mas, essa história se diferencia por regiões e povos — se constituindo duas linhas gerais: a que se desenvolveu e a que ficou estagnada. O resultado final da pesquisa sugere um possível momento de transição nos livros didáticos no que diz respeito à presença da história africana. Esta suposta situação de transição, aqui intuída, parte do pressuposto de que os livros didáticos estão saindo de um padrão de uma África oculta para uma África tímida. Não obstante, todo momento de transição é também um modo de ser do fenômeno e precisa ser caracterizado como tal. Nesse sentido, pode-se ousar dizer que a atual inserção da história da África nos livros didáticos se dá dentro da ‘camisa de força cultural’ européia.

Segundo Vigotsky, a aprendizagem mediada gera uma memória mediada. È sustentada nessa premissa que surge a preocupação final desse trabalho. Os estudos nas escolas estão mediados por uma série de materiais e recursos. Dentre eles, o livro didático vem se constituído em um dos mais importantes desses materiais mediadores do conhecimento. Isso significa dizer que a memória que professores e alunos possam obter da África não é adquirida *in loco*, por experiência espontânea. Ela é intermediada por um instrumento, que pode ser o livro didático.

Portanto, o livro didático cria uma memória mediada da África no processo de ensino. E esta memória será reelaborada e utilizada no decorrer das vidas dessas pessoas. Por isso, se revela importante o conhecimento que essas memórias de África nos livros didáticos permitirão no futuro. Como foi visto, as ambíguas representações da história africana existentes nos livros didáticos, podem originar uma memória da dúvida sobre a África. Por isso que, ao ver dessa pesquisa, os referidos livros estão criando, em seu processo de transição, uma memória de África indefinida.

Uma precaução final: este é um trabalho monográfico, logo está sujeito a ser revisto por pesquisas de fôlego mais amplo. Esta lógica é mais verossímil tendo em vista que o tema estudado está apenas engatinhando na academia. Por isso, vale

encerrar com a ressalva de Brecht (1987, p.93): “Quanto tempo Duram as obras? Tanto quanto ainda não estão completadas, pois enquanto exigem trabalho, não entram em decadência”.

REFERÊNCIAS

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. **O Tratado dos Viventes: Formação do Brasil no Atlântico Sul** (séculos XVI e XVII). São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

ARAÚJO, Richard Max de. **Ibn Khaldun: a idéia de decadência dos Estados**. São Paulo: Humanitas Editorial; Fapesp, 2007.

BÃ HAMPATÊ, Amadou. A tradição viva. In: **História Geral da África. I Metodologia e pré-história da África**. São Paulo: Ática; Paris, Unesco, 198L

BERGSON, Henri. **Matéria e Memória: ensaio sobre a relação do corpo com o espírito**. 3ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

BORGES, Jorgeval A. **Memória e Conhecimento: análise do papel da memória na teoria do conhecimento de David Hume**. Sorocaba, SP: PPGE da Universidade de Sorocaba, 2009. <http://periódicos.uniso.br/index.php/quaestio>.

BRASIL. **Resolução CEB nº 3/1998**. Institui as Diretrizes curriculares Nacionais para o ensino Médio. Brasília, DOU, 1998.

BRECHT, Bertold. **Poemas: 1913-1956**. São Paulo: editora brasiliense, 1987.

CAIMI, Flávia Eloísa. **Livro didático e o currículo de história em transição**. São Paulo: UPF, 1998.

CAMPOS, Flávio de e MIRANDA, Renan Garcia. **A escrita da história**. São Paulo: Escala Educacional, 2005.

CARVALHO, Edmilson. **A produção dialética do conhecimento**. São Paulo: Xamã Editora, 2008.

CURTN, P. D. Tendências recentes das pesquisas históricas africanas e contribuição à história em geral. In: **História Geral da África. I Metodologia e pré-história da África**. São Paulo: Ática; Paris, Unesco, 1982.

DALBY. D. Mapa lingüístico da África. In: **História Geral da África. I Metodologia e pré-história da África**. São Paulo: Ática; Paris, Unesco, 1981.

DAVIDSON, Basil. **Revelando a velha África**. Lisboa: editoraeuro, 1970.

DIAGNE, P. História e lingüística. In: **História Geral da África. I Metodologia e pré-história da África**. São Paulo: Ática; Paris, Unesco, 1981.

DIOP, Cheikh Anta. **Civilisation ou Barbárie**. Paris: Présence Africaine, 1981.

DJAÏT, **Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal 10.639/03**. Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade – Brasília : Ministério da Educação, 2005. (Coleção Educação para todos).

_____. As fontes escritas anteriores ao século XV. In: **História Geral da África. I** Metodologia e pré-história da África. São Paulo: Ática; Paris, Unesco, 1982.

FAGE, J. D. Evolução da historiografia da África. In UNESCO/HGA, **História Geral da África. v. I: Metodologia e pré-história da África.** São Paulo: Ática, 1982.

FERREIRA, João Paulo Hidalgo; FERNANDES, Luiz Estevam de Oliveira. **Nova História Integrada.** Campinas, SP: Companhia da Escola, 2005.

FEUERBACH, Ludwig. **A essência do cristianismo.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

FONSECA, Thais Nívia de Lima e. **História e Ensino de História.** Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

FROBENIUS, Leo. **A gênese africana: contos, mitos e lendas da África.** São Paulo: Landy, 2007.

GILROY, Paul. **O Atlântico Negro: Modernidade e Dupla Consciência.** Rio de Janeiro, Editora 34, 2001.

GIORDANI, Mário Curtis. **História da África - Anterior aos descobrimentos.** Petrópolis: Vozes, 1985.

GORENDER, Jacob. **O escravismo colonial.** São Paulo: Ática, 1982.

GREENBERG, J. H. Classificação das línguas na África. In: **História Geral da África. I** Metodologia e pré-história da África. São Paulo: Ática; Paris, Unesco, 1981.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva.** São Paulo: Centauro, 2006.

HAMA; BOUBOU e KI-ZERBO, Joseph. Lugar da história na sociedade Africana. In: **História Geral da África. I** Metodologia e pré-história da África. São Paulo: Ática; Paris, Unesco, 1981.

HERNANDES, Leila Leite. **África na sala de aula: visita à História contemporânea.** São Paulo: Selo Negro, 2005.

HRBEK, I. As fontes escritas a partir do século XV. In: **História Geral da África. I** Metodologia e pré-história da África. São Paulo: Ática; Paris, Unesco, 1982.

HUME, David. **Tratado da Natureza Humana.** s/L: Edição da Fundação Calouste Gulbenkian, s/d.

JALDÚN, Ibn. **Al muqadima: prolegômenos de la história universal.** México, D.F: Fondo de Cultura Económica, 1997.

KI-ZERBO, Joseph. **História da África Negra.** Portugal: Publicações Europa América, 1999. (vol. I e II).

KLEIN, G. Richard. **O despertar da cultura**: a polêmica teoria sobre a origem da criatividade humana. Rio Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

KOSIK, Karel. **Dialética do Concreto**. 2ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. 5 ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003.

LEI 10.639/03 – **Parecer CNE nº 3/4**. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

LOVEJOY, Paul E. **A escravidão na África**: uma história de suas transformações. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

MÉSZÁROS, István. **Educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2005.

MOCELLIN, Renato. **História**: Volume Único. 2 ed. São Paulo: IBEP, 2005. (Coleção vitória-régia).

MUNANGA, Kabengele (org.). **Superando o Racismo na escola**. 2ª edição revisada. - Brasília: Ministério da Educação, Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

MURRAY, Jocelyn. **África: o despertar de um continente**. Barcelona: Folio, 2004. (col. Grandes Civilizações do Passado).

OLDEROGGE, D. Migrações e diferenciações étnicas e lingüísticas. In: **História Geral da África**. I Metodologia e pré-história da África. São Paulo: Ática; Paris, Unesco, 1981.

OLIVER, Rolande. **A experiência africana**: da pré-história aos nossos dias. São Paulo: Jorge Zahar, 1997.

PAULME, Denise. **As Civilizações Africanas**. Lisboa, Col. Saber, 1977.

PEDRO, Antonio; LIMA, Lizânias de Souza e CARVALHO, Yone de. **História do Mundo Ocidental**: volume único. São Paulo: FTD, 2005.

PESTANA, Fábio Ramos. **No tempo das especiarias**. São Paulo: Contexto, 2006.

PETTA, Nicolina Luiza de; OJEDA, Eduardo Aparício Baez; DELFINI, Luciano. **História**: uma abordagem integrada. 1 ed. São Paulo: Moderna, 2005.

PNLEM/ 2008. **História: catálogo do Programa Nacional do Livro para o Ensino Médio**. Secretaria de Educação Básica, Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – Brasília: Ministério da Educação, 2007.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SALVADOR. **Diretrizes Curriculares para a inclusão da história e cultura afro-brasileira e africana no Sistema Municipal**

de Ensino de Salvador. Secretaria Municipal da Educação e Cultura. Salvador, 2005.

REZENDE, Antonio Paulo e DIDIER, Maria Thereza. **Rumos da História:** história geral e do Brasil. 2 ed. São Paulo: Atual, 2005.

RICOER, Paul. **A memória, a história, o esquecimento.** Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

RICE, Edward. **Sir Richard Francis Burton:** o agente secreto que fez a peregrinação a Meca, descobriu o Kama Sutra e trouxe as mil e uma noites para o ocidente. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

SCHMIDT, Mario Furley. **Nova História Crítica.** São Paulo: Nova Geração, 2005.

SERIACOPI, Gislane Campos Azevedo; SERIACOPI, Reinado. **História:** volume único. São Paulo: Ática, 2005.

SILVA, Alberto da Costa. A Costa do Ouro. In: SILVA, Alberto da Costa. **A Manilha e o Libambo:** a África e a escravidão – de 1500 a 1700. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002. p. 193-227.

_____. A expansão Bantu. In: SILVA, Alberto da Costa. **A Enxada e a Lança:** a África antes dos portugueses. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2007. p. 212-235.

THOMPSON, Nelly de Carvalho. **Como avaliar um livro didático.** São Paulo: Pioneira, 1995.

THORNTON, Jonh K. **A África e os africanos na formação do mundo atlântico (1400-1800).** Rio de Janeiro: Campus-Elsevier, 2004.

UNESCO. **História Geral da África.** São Paulo: Ática/UNESCO, 1991. Vol. I, II, IV e VII.

_____. **O Tráfico de Escravos Negros (séculos XV-XIX).** Lisboa: Edições 70, 1979.

VANSINA, J. A tradição oral e sua metodologia. In: **História Geral da África.** I Metodologia e pré-história da África. São Paulo: Ática; Paris, Unesco, 1982.

VIGOTSKY, Lev Semenovich. **A Formação Social da Mente:** o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. 7 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

VOLTAIRE. **A Filosofia da História.** São Paulo: Martins Fontes, 2007. (Voltaire vive).

YATES, Francês Amélia. **A Arte da Memória.** Campinas/SP: Editora da Unicamp, 2007.